

O MÉXICO COMO “LIÇÃO”: A REVOLUÇÃO MEXICANA NOS GRANDES JORNAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS (1910-1915)

NATALY VIEIRA DIAS



O MÉXICO COMO “LIÇÃO”: A REVOLUÇÃO MEXICANA NOS GRANDES JORNAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS (1910-1915)

NATALY VIEIRA DIAS



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D541m Dias, Natally Vieira.
 O México como “lição” [recurso eletrônico] : a Revolução
 Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentinos (1910-1915)
 / Natally Vieira Dias. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

 Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-81740-37-5
 DOI 10.22533/at.ed.375202102

 1. México - História - Revolução, 1910-1920. 2. História
 comparada. I. Título.

CDD 972.0816

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1	14
A IMPRENSA MODERNIZADA: O LUGAR DOS JORNAIS NOS DEBATES POLÍTICOS	
CAPÍTULO 2	38
A REVOLUÇÃO MEXICANA NOS DEBATES POLÍTICO-SOCIAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS	
CAPÍTULO 3	97
O MÉXICO REVOLUCIONÁRIO E O DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES CONTINENTAIS	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	134
SOBRE A AUTORA	142

O MÉXICO COMO “LIÇÃO”: A REVOLUÇÃO MEXICANA NOS GRANDES JORNAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS (1910-1915)

A Revolução Mexicana foi um evento histórico de grande projeção internacional e contou com significativa repercussão na imprensa latino-americana. Este trabalho analisa, em perspectiva comparada, as abordagens e interpretações sobre o processo revolucionário mexicano veiculadas por alguns dos principais jornais do Brasil e da Argentina: *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, *Minas Gerais* e *O Estado de São Paulo*; *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*. Comparamos as interpretações e posicionamentos assumidos pelos produtores desses grandes diários em relação a uma revolução de forte cunho social que, embora ocorresse do outro lado do continente, envolvia demandas e reivindicações semelhantes às existentes em seus próprios países. Apesar de pertencerem a um mesmo lugar social, esses jornais abordaram o processo revolucionário mexicano de maneiras muito distintas e seus posicionamentos em relação ao México refletiram, em grande medida, as diferentes posturas político-ideológicas assumidas por seus produtores nos debates políticos que marcavam seus cenários nacionais e também o continental. Ao se desdobrar num conflito com os Estados Unidos, a Revolução Mexicana passou a ser analisada pelos jornais dentro de um debate mais amplo e pré-existente sobre as relações continentais, que envolvia discussões sobre a agressiva política externa dos Estados Unidos no continente à época, a proposta pan-americanista de integração continental e as relações entre os países americanos. Analisamos como os episódios da intervenção estadunidense no México revolucionário, em 1914, e da decorrente ação diplomática conjunta de Brasil, Argentina e Chile (o bloco ABC) para a mediação do conflito entre os países do norte incidiram nas discussões desenvolvidas pelos jornais sobre a questão continental.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Mexicana, grande imprensa, história comparada, Argentina, Brasil.

THE MEXICAN “LESSON”: THE MEXICAN REVOLUTION IN SOME MAJOR NEWSPAPERS BRAZILIAN AND ARGENTINIAN NEWSPAPERS (1910-1915)

The Mexican Revolution was a historic event of great international prominence, which had significant repercussions in the Latin American press. The aim of the current study is to analyze, based on a comparative perspective, approaches to, and interpretations of, the Mexican revolutionary process conveyed by some of the leading newspapers in Brazil and Argentina, namely: *Gazeta de Notícias*, from Rio de Janeiro, *Minas Gerais* and *O Estado de São Paulo*; *La Nación*, *La Prensa* and *La Razón*. Interpretations and positions taken by producers of these great newspapers about a revolution of strong social nature were compared and it was possible observing that, despite happening on the other side of the continent, this revolution involved demands and claims similar to the ones found in Brazil and Argentina. Although these newspapers belonged to the same social place, they approached the Mexican revolutionary process in very different ways. Their positions about Mexico have reflected, to a great extent, the different political-ideological stances taken in political debates that have marked their positions at national and even continental level. As the Mexican Revolution unfolded in a conflict with the United States, it came under scrutiny by newspapers within a broader and pre-existing debate about continental relationships. This process involved discussions about the aggressive US foreign policy in place at the time in the continent, as well as about the Pan Americanist proposal for continental integration and relationships between American countries. The study analyzed how episodes of US intervention in revolutionary Mexico in 1914, and the resulting joint diplomatic action taken by Argentina, Brazil and Chile (the ABC bloc) to mediate the conflict between the Northern countries, affected discussions held by these newspapers about the continental issue.

KEYWORDS: Mexican Revolution, mainstream press, comparative history, Argentina, Brazil.

Este livro é fruto de uma pesquisa de mestrado desenvolvida há alguns anos pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a orientação da professora Kátia Gerab Baggio. Poucas alterações foram feitas no texto original da dissertação, de título homônimo a este livro, e ocorreram basicamente no sentido de atualização bibliográfica. O trabalho analisa como o processo revolucionário iniciado no México em 1910 repercutiu na grande imprensa sul-americana – representada neste estudo por grandes jornais diários de Brasil e Argentina – em seus primeiros anos, durante o período mais intenso da guerra civil.

A Revolução Mexicana foi o primeiro e mais radical dos movimentos de derrubada da ordem oligárquica que marcaram a primeira metade do século XX na América Latina. A imprensa latino-americana, como um privilegiado espaço do debate político da época, desenvolveu interpretações e suscitou discussões sobre os acontecimentos mexicanos desde o início do movimento revolucionário. Este livro analisa, em perspectiva comparada, como os eventos dos primeiros anos da Revolução Mexicana foram noticiados e discutidos em alguns dos principais jornais brasileiros e argentinos da época – *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro; *O Estado de São Paulo* (OESP) e *Minas Gerais*; e os portenhos *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*.

A proposta de estudar as repercussões da Revolução Mexicana em outros contextos nacionais parte da concepção de que sua relevância histórica e historiográfica projeta-se para além da realidade nacional mexicana, importando também analisar sua repercussão internacional e, sobretudo, continental. Muitas das demandas dos revolucionários mexicanos estavam presentes em outros países latino-americanos, o que tornava a experiência revolucionária daquele país um possível catalisador de movimentos sociais em outros países da região. Na zona rural mexicana, os problemas relativos à concentração fundiária, super exploração do trabalho e extrema pobreza da população fizeram da vertente camponesa a mais significativa da Revolução. Demandas semelhantes existiam no Brasil, emergindo em fenômenos como os movimentos messiânicos que marcaram o início da República. O

movimento operário foi outra importante vertente da Revolução Mexicana, sobretudo a corrente anarquista, então a mais significativa, também, nos movimentos de trabalhadores no Brasil e na Argentina. No caso argentino, o movimento operário era o mais organizado e mobilizado da América Latina, na época.¹

Além de demandas sociais semelhantes, a notícia da deflagração do movimento mexicano encontrou, nos dois países sul-americanos, cenários políticos de muita tensão, marcados por fortes debates e divisões dentro das próprias elites a respeito da necessidade, ou não, de maior abertura de seus regimes políticos. Na Argentina, assim como no Brasil, as oligarquias tinham conseguido a hegemonia nacional por meio de alianças entre grandes proprietários de terras – estancieiros no caso argentino – que controlavam suas respectivas províncias. No Brasil o sistema girava em torno das negociações entre os Partidos Republicanos estaduais e na Argentina do Partido Autonomista Nacional (PAN), que reunia as elites provinciais; em ambos, ao final de cada mandato o sucessor era definido através de negociações intra-partidárias e confirmado nas urnas por meio de manipulações ou fraudes eleitorais. Assim, sob a aparência de eleições constitucionais esse sistema garantia o monopólio do poder às elites agroexportadoras desde 1880 na Argentina e desde o início da República no Brasil, consolidando-se neste último por meio da “política dos governadores”, instituída por Campos Sales.²

No caso argentino, em 1891, uma cisão da oligarquia havia levado à criação de um partido político, a União Cívica Radical (UCR), que passou a desafiar a ordem vigente, por meio de levantes armados ou recorrendo às urnas. A UCR incorporava setores cada vez mais amplos das classes médias na luta pelo fim do *unicato*, como era conhecida a hegemonia do PAN, denunciando as fraudes eleitorais e o clientelismo político. Ameaçada por essas reivindicações, a oligarquia dominante acabou se dividindo em duas tendências, uma reformista, que via na ampliação da participação eleitoral a possibilidade de evitar uma revolução da UCR, outra conservadora, que pretendia manter o sistema intacto e reprimir qualquer tentativa de mudança. Em 1910 a ala reformista do PAN assumiu o poder, com a eleição de Roque Sáenz Peña, e, em 1912, foi editada uma lei que instituía o voto secreto e obrigatório. Desde a ascensão de Sáenz Peña até os resultados práticos da lei de reforma eleitoral, nas

1 Sobre a trajetória do movimento operário na Argentina, consultar: COGGIOLA, Osvaldo; BILSKY, Edgardo. *História do movimento operário argentino*. São Paulo: Xamã, 1999; BEIRED, José Luis Bendicho. *Movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)*. São Paulo: Brasiliense, 1984; Sobre o Brasil, ver os trabalhos de Cláudio Batalha: “O movimento operário na Primeira República”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000”; “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 161-189.

2 A respeito da hegemonia do PAN na Argentina, consultar: BOTANA, Natalio; GALLO, Ezequiel. *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Emecé, 2007. A respeito da política dos governadores articulada por Campos Sales no Brasil, ver LESSA, Renato. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.

eleições de 1916, o cenário político argentino esteve profundamente marcado pelo debate reformistas *versus* conservadores.³

Discussões semelhantes ocorriam no Brasil e giravam em torno das feições do regime republicano recém instalado. Especificamente no período analisado, a candidatura e posterior eleição do marechal Hermes da Fonseca, em 1910, aprofundou ainda mais o debate, recolocando a questão do militarismo que havia dominado o início da República. Formou-se, a partir de então, uma forte oposição “civilista” encabeçada por Rui Barbosa, que continuou disputando as eleições seguintes com os candidatos oficiais.⁴

A questão militarista acabou se tornando uma discussão ainda mais central a partir das intervenções militares realizadas pelo governo federal nos estados que não haviam aderido à candidatura do marechal. As intervenções acabaram desencadeando disputas locais e, em alguns casos, intensificando conflitos sociais rurais, que foram outro grande foco de tensão do período. Um dos conflitos mais emblemáticos do período ocorreu no Ceará, onde a intervenção militar, em 1912, desembocou numa longa luta de facções que durou até 1914. A disputa entre as elites locais, agravada pela intervenção, ligou-se, ainda, ao conflito popular de origem religiosa que envolvia o padre Cícero, na região de Juazeiro, e acarretou uma forte mobilização de grupos de cangaceiros. Contemporaneamente aos conflitos no nordeste, desencadeou-se, na região sul, a Guerra do Contestado. Neste último caso, como também no de Juazeiro, as “manifestações políticas da religiosidade popular”⁵ encontravam suas raízes na situação de marginalização das populações camponesas, que não se distanciava muito daquela enfrentada por boa parte dos mexicanos que se lançaram no movimento revolucionário.

Portanto, nesses conturbados contextos nacionais, brasileiros e argentinos tomaram conhecimento do início da revolução no México, um movimento que emergia em meio a críticas ao sistema político muito semelhantes às existentes em seus países, mas que logo se radicalizava incorporando demandas sociais e deitando abaixo a ordem oligárquica através das armas e com enorme participação popular.

O processo revolucionário mexicano iniciou-se como um movimento contrário à ditadura do general Porfirio Díaz, que há mais de trinta anos mantinha-se no poder no México.⁶ Num primeiro momento, diversos grupos sociais insatisfeitos com

3 Sobre os debates e disputas que marcaram o cenário político argentino no período, consultar: BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.

4 Sobre a Campanha Civilista, consultar: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/arte, 2001, p. 205 ss.

5 HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 123.

6 Porfirio Díaz governou o México entre 1876 e 1911, quando foi derrubado pelo movimento revolucionário; apenas entre 1880 e 1884 houve, formalmente, outro presidente, Manuel Gonzalez. As três décadas de domínio do

a política autoritária do velho ditador reuniram-se em torno de Francisco Madero, que representava uma oposição eminentemente política ao regime, expressa nas insígnias de “sufrágio efetivo e não-reeleição”. Embora inicialmente a luta popular tenha se efetivado sob a liderança de outros grupos sociais, durante o processo revolucionário a atuação camponesa foi frequentemente autônoma e conferiu à Revolução Mexicana “seu caráter distintivo”. Como assinala Alan Knight, “o movimento popular, derivado do campo e fortemente impulsionado pelo ressentimento agrário foi o coração da rebelião”, o que levou a Revolução a significar muito mais do que um movimento anti-oligárquico.⁷

Os eventos da Revolução Mexicana repercutiram rapidamente nos outros países do continente através da imprensa. As informações internacionais já circulavam com bastante agilidade nesse período, via telégrafo, por meio de uma rede internacional de informação, estabelecida com o predomínio das agências europeias. Os grandes jornais latino-americanos inseriam-se na rede mundial e tornavam-se veículos mais dinâmicos de informação, mas não perdiam seu caráter de um “jornalismo de opinião”, que englobava intelectuais, literatos e políticos. A imprensa constituía-se num dos principais meios de discussão e socialização política no subcontinente em um período caracterizado por grandes transformações que favoreciam a expansão do debate público.

Desde as últimas décadas do século XIX, a América Latina vivia um intenso processo de modernização socioeconômica que lhe imprimia um quadro de crescente urbanização, o qual foi somado, em muitos casos, ao aumento populacional decorrente da entrada em massa de imigrantes de origem europeia. Concomitante a essas transformações, os avanços nas técnicas de impressão permitiam ampliar consideravelmente o alcance social dos jornais, cujos custos de produção eram barateados e, assim, passavam a ser vendidos a preços mais acessíveis.

Dessa forma, nas primeiras décadas do século XX, começava a se consolidar uma “grande imprensa”,⁸ formada por jornais diários de grandes tiragens, que eram vendidos a preços mais baixos e que dedicavam um grande espaço para a publicidade,

general Díaz são conhecidas na história mexicana como “porfiriato”. Um minucioso estudo sobre o período pode ser encontrado em: GUERRA, François-Xavier. *México: del antiguo régimen a la Revolución*. México: FCE, 2003. (2 Vols.).

7 KNIGHT, Alan. Caudillos y campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: BRADING, David. (org.). *Caudillos e campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985, p. 34 e 36. A tradução de todas as citações em língua estrangeira, tanto das obras bibliográficas quanto das fontes da pesquisa, são da autora deste trabalho.

8 Utilizamos o conceito de grande imprensa como proposto por Nelson Werneck Sodré, o qual está relacionado ao avanço de relações capitalistas nos meios de comunicação, dotando os jornais de estrutura específica, marcada pela divisão do trabalho e pela produção em larga escala. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 315.) Em obra recente, Marialva Barbosa desenvolve uma análise sobre o tema, circunscrevendo-se à cidade do Rio de Janeiro, então capital federal: *História social da imprensa. Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. Para o caso da Argentina, são fundamentais os trabalhos de Sylvia Saítta, especialmente “El periodismo popular en los años veinte”. In: FALCÓN, Ricardo. *Nueva historia argentina (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, Tomo 6, p. 435-469.

diferenciando-se claramente da imprensa artesanal que havia predominado no século anterior.

A incorporação à rede mundial da informação foi um aspecto marcante dessa “nova imprensa” e essa situação tem fundamental relevância para nosso objeto de estudo. Como os jornais analisados não possuíam correspondentes ou enviados especiais no México, a maioria das informações que publicavam sobre os eventos revolucionários que se desenrolavam naquele país provinha das agências internacionais de notícias.

Os grandes jornais latino-americanos participavam ativamente dos debates políticos do período, assumindo posições distintas, por vezes antagônicas, que refletiam diferentes posturas ideológicas existentes entre as elites político-intelectuais. Dessa forma, optamos por tomar como fontes, dentre os principais jornais de cada país, aqueles que capitaneavam o debate político, assumindo posicionamentos distintos, o que nos permite potencializar uma abordagem comparativa não apenas entre os países, mas também entre diferentes posturas políticas dentro de cada país, representadas por cada um dos periódicos.

No caso do Brasil, a escolha dos jornais procurou contemplar a região mais expressiva no período do ponto de vista político, cultural e econômico. No caso da Argentina, os diários tomados como fonte são todos de Buenos Aires, já que essa província concentrava uma proeminência nacional quanto aos três aspectos.

Em relação aos jornais selecionados no contexto brasileiro, o *Minas Gerais* ligava-se ao grupo político que garantiu a eleição do Marechal Hermes da Fonseca nas eleições de 1910, enquanto *OESP* apoiou a Campanha Civilista e a candidatura de Rui Barbosa. A *Gazeta de Notícias* representa a capital federal em nosso estudo e serve de contraponto à polarização política dos outros dois periódicos, já que foi o único dos principais jornais da capital que não tomou partido na disputa entre civilistas e hermistas.⁹

A escolha dos diários argentinos buscou manter o mesmo critério em relação aos posicionamentos nos debates políticos nacionais, assim, selecionamos *La Prensa*, *La Nación* e *La Razón*. Esses eram os três principais jornais do país na época e os dois primeiros assumiam posicionamentos mais claros ante o principal debate político nacional. *La Prensa* apoiava explícita e ardorosamente os desígnios reformistas enquanto *La Nación* tinha posições mais conservadoras. *La Razón*, por sua vez, pretendia-se menos ocupado com os “avatares políticos”.¹⁰

A opção pela comparação entre Brasil e Argentina relaciona-se ao fato de que

9 De acordo com Sodré, os periódicos *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *O País* e *A Tribuna* apoiaram a candidatura oficial, enquanto *O Século*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *A Careta* e *A Notícia* apoiaram o Civilismo. Cf. SODRÉ. *Op. cit.*, p. 375.

10 Essa era a orienta o de José Cortejarena, que assumiu a dire o e a propriedade do periódico em 1912. Suplemento Especial: “La Razón” 100 anos <<http://www.larazon.com.ar/diario/ir/especial/2005/04/150-957995.html>>. (Acesso em agosto de 2006).

ambos os países, juntamente com o Chile, tiveram uma participação tangencial nos conflitos mexicanos – através de uma mediação diplomática no conflito entre o México revolucionário e os Estados Unidos –, o que torna ainda mais interessante analisar como a Revolução do México foi abordada em seus contextos nacionais. Além disso, a imprensa argentina era a mais desenvolvida da América Latina no início do século XX e tinha uma significativa repercussão no espaço latino-americano, contando, inclusive, com a colaboração de importantes intelectuais de outros países. A Argentina foi, por exemplo, o único país do subcontinente do qual um jornal brasileiro – o *Minas Gerais* – reproduziu um artigo sobre o México no período analisado. Tratou-se de uma ocorrência tópica, porém não insignificante, como veremos ao longo do estudo.

No caso dos países latino-americanos, as análises comparativas parecem ser particularmente pertinentes, por se tratarem de nações que possuem evidentes “paralelismos históricos”, para usar a expressão de Alain Rouquié.¹¹ O próprio período abarcado por este estudo favorece uma análise comparativa, posto que o processo de modernização capitalista envolvia o subcontinente em seu conjunto e, assim, contribuía para criar entre os latino-americanos a percepção de uma experiência comum, que ultrapassava as fronteiras nacionais. Essa percepção conferiu uma perspectiva continental a boa parte das reflexões da intelectualidade latino-americana entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX e também favoreceu a aproximação, o estabelecimento de vínculos entre os intelectuais do subcontinente. Nesse período, a ideia de uma identidade latino-americana foi fortalecida como elemento de contraposição à postura expansionista dos Estados Unidos, considerada como uma ameaça a todo o subcontinente.¹²

Apesar dos desenvolvimentos que a história comparada assumiu ao longo do século XX, ainda hoje os historiadores que se utilizam dessa perspectiva de análise normalmente retornam às proposições de Marc Bloch. Evidentemente essa recorrência não é fortuita. De fato, o historiador francês, como lhe era característico, conseguiu expressar de forma clara e muito precisa em que se constitui tal método: “buscar, para explicá-las, as semelhanças e diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.”¹³ Essa proposição encerra, na verdade, os dois momentos metodológicos que marcam o trabalho comparativo: primeiro, procurar semelhanças e diferenças, em seguida explicá-las; operação intelectual que nada tem de simples.

Nas últimas décadas, a perspectiva comparativa foi alvo de várias críticas,

11 ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occident e: Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.

12 Sobre os vínculos tecidos entre os intelectuais latino-americanos no contexto da modernização, consultar: ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana. América Latina: palavra, literatura e cultura. Vol. 3. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 489-534. Em relação à perspectiva latino-americana da oposição ao expansionismo estadunidense no período, ver: TERÁN, Oscar. El primer antiimperialismo latinoamericano. In: Punto de Vista. Revista de Cultura. Buenos Aires, ano IV, n. 12, jul-oct, 1981.

13 BLOCH, Marc. Comparasion. In: *Revue de Synthèse Historique*. Paris, Vol. LXIX, 1930.

sobretudo no que diz respeito à predominância do eurocentrismo em análises que adotam dinâmicas europeias como parâmetros a partir dos quais comparam os outros contextos. Essas, em geral, desembocam numa visão dicotômica que enxerga na Europa um suposto “centro determinante” das dinâmicas históricas de outras partes do mundo. As críticas a esse tipo de análise histórica culminaram na perspectiva de “*connected histories*”, proposta pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, e retomada por Serge Gruzinski, que encontra nessa abordagem a possibilidade de “vencer” a comparação enfatizando as conexões históricas.¹⁴

Entretanto, pensamos que o eurocentrismo não é inerente à abordagem comparativa. Quando comparamos distintas realidades latino-americanas, por exemplo, nos afastamos dessa perspectiva. Além disso, estamos plenamente de acordo com Maria Ligia Prado, para quem “a escolha da história comparada não exclui a abordagem de histórias conectadas. [...] Há mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão.”¹⁵

Nesse sentido, destacamos que nosso estudo comporta uma dimensão de “conexão”, na medida em que analisa como um evento histórico de um país influenciou os debates políticos em outros contextos nacionais. Ainda assim, ressaltamos sua vinculação à perspectiva comparativa que, desde Marc Bloch, envolve a proposta de romper com os localismos das historiografias nacionais, marcantes ainda hoje.

Acreditamos que – como já ressaltava o próprio Bloch –, mais do que à “interpretação dos fenômenos”, é justamente à sua “descoberta” que “primeiramente se apresenta a utilidade do método comparativo”.¹⁶ Ou seja, o grande potencial dessa “boa ferramenta”, encontra-se exatamente na sua capacidade de possibilitar a descoberta de novas questões e, assim, enriquecer o estudo com novas problemáticas que certamente não seriam levantados numa análise restrita a um único contexto nacional.

Os marcos teóricos que balizam nosso trabalho são aqueles ligados à renovação da história política, que compreende o político como “uma modalidade da prática social” ligada “por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva”.¹⁷ Nessa perspectiva, o estudo dos discursos políticos é “inseparável do dos aparelhos de produção e mediação: não é apenas a ideia que

14 A expressão *connected histories* foi cunhada por Sanjay Subrahmanyam em “Connected histories: notes toward a reconfiguration of early modern Eurasia”. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999, e retomada por Serge Gruzinski em “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autre ‘connected histories’”. In: *Annales HSS*, n° 1, janvier-février, 2001.

15 PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. In: *Revista de História*. São Paulo: Departamento de História - FFLCH/USP, n° 153, 2005, p. 30. Nesse texto, a autora recupera as polêmicas e críticas à história comparada e a emergência da noção de “histórias conectadas”.

16 BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: *Melanges historiques*. Paris: SE-VPEN, 1963, Tomo 1, p. 19.

17 RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 35-6.

age, é também o lugar de onde ela vem.”¹⁸

Partindo da definição proposta por Héctor Borrat, consideramos a “imprensa independente” como “um verdadeiro ator político de natureza coletiva, cujo âmbito de atuação é o da influência, não o da conquista do poder institucional ou sua permanência nele.”¹⁹ O termo “imprensa independente” se aplica aqui à imprensa de informação e opinião em geral, o que não quer dizer que esses jornais sejam independentes de fatores e interesses políticos e econômicos.²⁰ Trata-se apenas de diferenciá-los daqueles periódicos porta-vozes oficiais ou oficiosos de partidos políticos, agremiações ou associações da sociedade civil.

O *Minas Gerais* representa a exceção quanto ao caráter de “independência” em nosso estudo, por tratar-se do órgão oficial do governo do estado. A escolha de um jornal mineiro é de grande relevância, na medida em que o estado era uma das principais forças políticas da federação no período e, no contexto específico abarcado por esse estudo, fazia parte da aliança política que detinha o poder central. Entretanto, a essa época, não havia ainda uma “grande imprensa” consolidada em Minas e o jornal oficial era o principal do estado, cumprindo também o papel de imprensa de notícias.²¹ A própria lei que criou a Imprensa Oficial e seu periódico, em 1891, já previa o caráter de informação, formação e entretenimento para o jornal, que deveria “escrever ou traduzir” artigos de “ciências, artes e letras [...], ministrar diariamente matéria para o noticiário, que deveria ser o mais copioso e interessante possível”. Instruía, ainda, que, “além dos telegramas oficiais, [...] o órgão oficial inserirá, diariamente, outros, em seção especial, noticiando os fatos mais importantes que ocorrerem no país e no estrangeiro.”²²

Utilizar um jornal oficial como fonte, também nos permite enriquecer a análise, com a inclusão de uma “voz do poder”. Entretanto, ao comparar órgãos de imprensa de natureza distinta, é preciso atentar para as suas especificidades. No caso de um diário oficial, o objetivo de influenciar amplia-se para o de manter-se no poder, de legitimar-se através da “orientação do público”, papel que era destinado ao *Minas Gerais* pelo secretário de Imprensa do estado, seu redator-chefe.²³ Além

18 WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. *Op. cit.*, p. 285.

19 BORRAT, Héctor. *El periódico actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989. p. 10.

20 As relações e contradições fundamentais entre os interesses políticos e econômicos da imprensa são analisadas por Maria Helena Capelato em: Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando; NÁXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p. 139-150; e “Imprensa, uma mercadoria política”. In: *História ; Perspectiva*. Uberlândia, MG: Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 4 (jan/jun), 1991. p. 131-139.

21 Costuma-se atribuir como marco de surgimento da “grande imprensa” no estado o aparecimento do *Correio Mineiro*, em 1926. Consultar a respeito: VAZ, Paulo B. De Liberty a Marioni: feição e feitura jornalística. In: CASTRO, Maria Ceres et alii. *Folhas do tempo. Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG, AMI, PBH, 1997, p. 67; e LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, UFMG, 1995, p. 60.

22 Lei nº. 8, de 06/11/1891, *apud Minas Gerais*, Suplemento Especial de Centenário, 1991, p. 2.

23 *Minas Gerais*, 07/09/1913, *Relatório da Imprensa Oficial ao Secretário de Finanças*, p. 2.

de representar o poder estadual, o jornal mineiro cumpria a função de apoio e propaganda política do governo federal no estado, o que o diferencia amplamente dos outros jornais estudados.

Ao analisarmos a repercussão que a Revolução Mexicana ganhou nos grandes jornais diários brasileiros e argentinos, nos deparamos com concepções predominantemente ligadas ao espectro ideológico liberal e que não foram as únicas “leituras” da Revolução.²⁴ Mas, além de não serem as únicas, tampouco as interpretações dos grandes jornais foram unívocas. Apesar de compartilharem de certos valores políticos, os jornais produziram interpretações e assumiram posicionamentos muito distintos em relação aos eventos mexicanos.

Tomar os jornais como fontes históricas implica numa análise baseada na consideração de três campos básicos, ligados à clássica caracterização de Pierre Albert: “atrás”, “em frente” e “dentro”.²⁵ Respectivamente, referem-se aos realizadores – proprietários, editores, colaboradores –; público-alvo e características formais desses periódicos. Como propõe Renée Barata Zicman, podemos sintetizar esses três campos em dois grandes momentos de análise: a caracterização geral dos jornais e a análise de conteúdo de seus discursos.²⁶

Maurice Mouillaud também nos traz importantes aportes metodológicos ao propor a análise do jornal enquanto um “dispositivo”. Mais do que um suporte no qual os textos se inscrevem, o jornal se apresenta como “uma ‘matriz’ que impõe suas formas ao texto”, significando uma forma específica de estruturar tempo e espaço. Nos planos interno e externo, “os dispositivos se encaixam uns nos outros”, sendo que, internamente, o jornal contém outros dispositivos que lhe são subordinados: sistemas de títulos, colunas, editorial. Externamente, os jornais pertencem à rede mundial da informação, uma rede que impõe ao mundo “a própria forma do acontecimento”, expresso em “unidades instantâneas, breves, descontínuas.” O dispositivo-jornal pertence, portanto, a um lugar institucional que é indissociável do seu sentido.²⁷

No plano específico da análise dos discursos dos jornais, é importante atentar para a especificidade de sua polifonia, composta pelas “falas” de editores e colaboradores. Apesar dessa diversidade, como ressalta Borrat, é o jornal, na figura

24 Um contraponto fundamental às análises da “grande imprensa”, foram as desenvolvidas pela imprensa operária do período. No caso brasileiro, essa análise foi realizada por Fábio Silva Sousa: *Operários e camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1910-1918)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. Para o caso argentino, consultar: YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes. Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

25 ALBERT, Pierre. Comment étudier un journal? In: *Cahiers Français*, n° 178. Paris. La Documentation Française, out-dez, 1976. *Apud* ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n° 4, 1981, p. 92.

26 ZICMAN, *Op.cit.*

27 MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 32-35.

do editor, que seleciona cada uma dessas “vozes”, “determina quando, como e em que cenários vão atuar, mantém algumas e muda outras ao longo de sua sequência diária, fazendo com todas elas seu próprio discurso polifônico.”²⁸ Portanto, pensamos ser possível, para além das diversas personalidades que o compõem, considerarmos a existência de um discurso *do jornal*.

É preciso, ainda, considerar a temporalidade específica do discurso do jornal diário, o qual, tecido com base na periodicidade, vai sendo construído na sequência dos fatos, ao sabor dos acontecimentos. Portanto, analisar a repercussão que a Revolução Mexicana ganhou nas páginas dos jornais não significa tratar de interpretações *a posteriori* sobre o processo como um todo, mas com reflexões e tomadas de posição no “calor da hora”, num momento de indefinição dos rumos que a Revolução poderia ganhar.

A análise que desenvolvemos a seguir tem como principal objetivo compreender como grandes jornais brasileiros e argentinos, comprometidos com interesses das elites políticas e econômicas de seus países, noticiaram e analisaram uma revolução de forte cunho social que, embora ocorresse do outro lado do continente, trazia demandas e reivindicações capazes de gerar ressonâncias em suas realidades nacionais.

Posto que os jornais analisados ocupavam posições distintas nas disputas políticas em seus contextos nacionais, procuramos identificar possíveis relações entre as interpretações veiculadas pelos diários sobre os acontecimentos mexicanos e seus posicionamentos no âmbito das disputas locais. Além disso, procuramos identificar semelhanças e diferenças entre as interpretações desenvolvidas pelos periódicos a fim de verificar se há maior similitude entre os periódicos de um mesmo país ou entre aqueles que têm posições políticas mais próximas, independentemente da nacionalidade.

Para além dos debates e disputas nacionais, buscamos compreender como os conflitos entre o México revolucioio e os Estados Unidos e a decorrente mediação conjunta, que envolveu as diplomacias de Brasil e Argentina — além do Chile —, repercutiram nas discussões dos jornais sobre as relações continentais.

Interessa-nos, ainda, analisar a influência da imprensa internacional nessas abordagens, já que os jornais estudados, sem possuir enviados no México, dependiam basicamente das informações fornecidas pelas agências internacionais de notícias.

* * *

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro analisa a configuração da imprensa latino-americana nas primeiras décadas do século XX e apresenta as

28 BORRAT, Héctor. *Op. cit.*, p. 96.

trajetórias e as tendências ideológicas de cada um dos jornais estudados, assim como os posicionamentos que assumiram nos principais debates políticos de seus países, no período estudado.

O segundo e o terceiro capítulos analisam as repercussões que o processo revolucionário mexicano ganhou nos diários estudados. A divisão em dois capítulos distintos baseia-se na identificação, nas fontes, de uma clara mudança de perspectiva. Nos primeiros anos da Revolução Mexicana, os jornais consideraram e interpretaram os eventos revolucionários a partir de uma lógica interna, contemplando a situação do México à luz dos debates políticos candentes em seus próprios países. Após a invasão do México revolucionário pelos Estados Unidos, em 1914, a situação mexicana passou a ser analisada pelos jornais dentro do contexto de debates continentais sobre a política externa estadunidense para a América Latina e as relações entre os países americanos. Essa mudança de orientação nas fontes demarca a divisão dos dois últimos capítulos que estruturam nosso trabalho.

A IMPRENSA MODERNIZADA: O LUGAR DOS JORNAIS NOS DEBATES POLÍTICOS¹

O desenvolvimento da imprensa acompanhou as transformações mais amplas que imprimiam maior complexidade social ao subcontinente entre fins do século XIX e inícios do XX. O surgimento dos grandes jornais foi uma importante expressão do período modernizador na América Latina e eles próprios acabaram se tornando símbolos de modernidade; com seus suntuosos edifícios, converteram-se em “parte ostensiva da *cidade letrada*”, como sinaliza Rama.¹

Ao longo do século XIX havia predominado uma imprensa identificada ao combate político, desenvolvida basicamente com tal intenção. Durante o longo e difícil processo de consolidação estatal – que na América Hispânica, de forma geral, perpassou boa parte do século –, aqueles que se lançavam no dispendioso empreendimento de publicar um jornal “depositavam em sua existência a esperança de que a discussão apaziguasse as lutas persistentes.”² Nesse sentido, como sugere Julio Ramos, “é possível pensar o jornalismo de então como o lugar onde se formalizava a *polis*, a vida pública em vias de racionalização.”³ Seu formato, como ressalta Paula Alonso, guarda pouca semelhança com o dos diários modernos; eram “jornais de curta vida, pequenas tiragens, de linguagem violenta e apaixonada, produzidos por pessoas que faziam política também com a pluma.”⁴

Embora o Brasil não tenha experimentado essa mesma “tradição” de imprensa, posto que a manutenção do regime imperial significou um processo menos turbulento de construção da ordem estatal, podemos observar a profusão dos impressos exatamente nos momentos de crise política, como a Independência e as Regências.⁵ Mas tanto o Brasil quanto a Hispano-América experimentaram, nas últimas décadas do século XIX, o surgimento de um novo modelo jornalístico. Ao contrário da

1 ¹ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 83.

2 ² ALONSO, Paula. Introdução. In: ALONSO, Paula (coord.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003, p. 8.

3 RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina. Literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 108.

4 ALONSO, Paula. Introdução.... *Op. cit.*, p. 8.

5 Consultar a respeito: LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo Companhia das Letras, 2000; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura e política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

“imprensa de combate” que o havia precedido, tratava-se, então, de uma imprensa caracterizada pela perenidade das publicações, grandes tiragens, preços baixos, informação mais ágil e significativo espaço para publicidade.

A emergência desse “novo jornalismo” era viabilizada por uma série de fatores entrelaçados: modernização técnica, que tornava o preço dos jornais mais acessível; ampliação do número de leitores, o que possibilitava o aumento dos anúncios comerciais na imprensa; publicidade, que garantia o auto-financiamento dos jornais, que logo se converteram em empresas. Como bem observou Nelson Werneck Sodré, “o jornal será, da  por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte.”⁶

A introdu o de novas técnicas de impressão permitiu a produ o em larga escala e, portanto, o barateamento do jornal,⁷ ampliando consideravelmente seu alcance social. Mesmo em países como o Brasil, que não conheceu avanços expressivos na alfabetiza o durante as primeiras décadas republicanas, encontramos “a expansão vitoriosa do jornalismo”. Como observa Nicolau Sevcenko, “sua força e sua a o, quer sobre as classes conservadoras, quer sobre a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários de toda espécie,   uma evidência indiscutível”.⁸

Em que pesem os limites da alfabetiza o no Brasil, com o analfabetismo chegando a cerca de 70% da popula o, um fen meno marcante no período foi o expressivo crescimento do ensino secundário, “ rea de atua o privilegiada da iniciativa privada”. Conforme destacado por Angela de Castro Gomes, isso ocorreu “em fun o dos avanços da urbaniza o e dos desejos de ascensão social das classes m dias.”⁹ Justamente os setores médios, em franca expansão, não apenas no Brasil mas na América Latina de uma forma geral, garantiram a amplia o e a diversifica o do público leitor. Sobretudo nos centros urbanos, a prática da leitura do jornal diário transformou-se num hábito que já não se restringia às elites sociais.

Com um preço acessível e um jornalismo de tipo informativo e de opinião, o jornal, muito mais do que o livro, passou a atrair grande parte do público letrado. A atividade jornalística, inicialmente apenas uma “prática tolerada” pelos escritores, foi se tornando uma “atividade regular”, pois passava a se constituir na principal alternativa de trabalho e visibilidade fora dos âmbitos estatais no período.¹⁰ Dessa forma, os grandes diários latino-americanos cumpriram um papel central no incipiente

6 ⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 315.

7 ⁷ Trata-se basicamente da introdu o de modernas rotativas, capazes de imprimir em torno de 100.000 exemplares de aproximadamente 12 páginas por vez. Para se ter uma ideia do efeito da redu o dos custos de produ o, vale observar que em 1895, o jornal artesanal *Bello Horizonte* custava 200 r is, enquanto, na mesma época, o moderno *Gazeta de Notícias* apenas 40. Dados fornecidos, respectivamente, por VAZ, Paulo B.. *Op. cit.*, p. 47 e SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.* p. 257.

8 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e cria o cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 100.

9 GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Nova Fronteira, 2002, p. 419.

10 MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 54.

processo autonômico das funções intelectuais no contexto da “cidade modernizada.”¹¹

Para os grandes diários, que então começavam a se consolidar, a colaboração de intelectuais renomados significava mais do que uma estratégia de atração do público, era mesmo uma necessidade diante da incipiente profissionalização do ofício de jornalista, que contrastava com a modernização técnica experimentada pelos jornais-empresa. De fato, as primeiras décadas do século XX se constituíram num momento bastante particular no desenvolvimento da imprensa latino-americana. Sylvia Saítta conseguiu apreender muito bem a particularidade dessa imprensa, às vésperas da implementação de um jornalismo moderno, comercial e massivo, ao caracterizá-lo como

um período de tensão, dada a incorporação de novos formatos jornalísticos que permanecem fortemente entrelaçados com antigas práticas [...] como é, essencialmente, sua estreita relação com a política. Portanto, um dos eixos mais importantes que perpassa a construção de estilos e posicionamentos da imprensa [desse período] é a tentativa de resolver a tensão entre um ideal de imprensa independente, a cargo de jornalistas profissionais, e uma longa tradição de imprensa partidária, ligada às lutas entre facções políticas.¹²

No alvorecer do século XX a imprensa latino-americana continuava muito próxima das disputas políticas. Constituíam-se num dos principais espaços de contendas, polêmicas e debates, travados, muitas vezes, com a mesma linguagem violenta e apaixonada da “imprensa combativa” do século anterior, embora já se encontrasse tecnicamente modernizada e inscrita na lógica capitalista, com a informação e a publicidade ocupando um espaço cada vez mais significativo. Mas, se essa “imprensa modernizada” permanecia essencialmente política, não podemos esquecer seu novo lugar social, que pressupunha uma nova relação com o âmbito do político.

Enquanto empreendimentos capitalistas, os jornais passavam a ser definidos por sua independência estrutural em relação ao Estado ou a quaisquer grupos políticos aos quais pudessem se vincular. Essa nova situação permitiu, por exemplo, o surgimento de jornais que se pretendiam “populares”, os quais estavam claramente afastados das disputas partidárias e “que buscavam representar os interesses mais gerais das massas anônimas de leitores.” Foi o caso do jornal argentino *La Razón*, que surgiu em 1905, dando início ao chamado “jornalismo popular”, mais comercial e menos político, que se consolidaria no país na década seguinte.¹³

Ao final do século XIX, a consolidação de um novo panorama político na América Latina implicou na refuncionalização da imprensa, enquanto instituição. Semelhante

11 Sobre a relação entre o desenvolvimento do jornalismo e a profissionalização dos escritores latino-americanos, consultar, além do clássico *A cidade das letras*, de Ángel Rama, o trabalho de RAMOS, Julio. *Op. cit.*, particularmente o capítulo 4.

12 SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta. El diario “Crítica” en la década de 20*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998, p. 30.

13 SAÍTTA, Sylvia. *El periodismo popular ...Op. cit.*, p. 438.

ao processo que Habermas identificou no contexto europeu da primeira metade daquele século, quando, “com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica [...] pode abandonar a sua posição polêmica para assumir as chances de lucro de uma empresa comercial”, também nos países latino-americanos a institucionalização da vida pública sob os moldes liberais, baseada (ao menos teoricamente) nos princípios de liberdade de expressão, associação e representação, garantiu a “evolução de uma imprensa politizante para uma imprensa comercializada”, típica das democracias liberais.¹⁴

No caso brasileiro, esse processo está diretamente relacionado ao surgimento do Estado republicano, sendo que o modelo do jornalismo empresarial emergiu exatamente no contexto da campanha republicana e se consolidou após a instauração do novo regime.¹⁵ Mas, tanto no Brasil quanto na Hispano-América as limitações do modelo liberal-democrático durante os regimes oligárquicos – com a maioria da população excluída da participação política e sem uma estrutura partidária consolidada ou uma concorrência efetiva entre partidos – impeliram boa parte da imprensa do período a manter uma “posição polêmica”. Além disso, com o empreendimento jornalístico tornando-se economicamente independente de interesses específicos de facções políticas, os produtores dos jornais passaram a se auto-atribuir a “magna missão” de formar, guiar e expressar a “opinião pública”.¹⁶ Tal função apresenta-se particularmente significativa quando consideramos o fato de que os jornais alcançavam setores sociais cada vez mais amplos e, especificamente no caso do Brasil, durante a Primeira República, existia a identificação leitor/eleitor.

A “missão pedagógica” que os produtores da imprensa latino-americana se auto-atribuíram aparece reafirmada, por exemplo, no discurso do vice-presidente do Conselho Diretor da União Pan-Americana, o guatemalteco Francisco Sánchez Latour, na ocasião do Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalistas, realizado em Washington, em 1926. Sánchez Latour caracterizou a imprensa do subcontinente da seguinte maneira:

o jornalismo latino-americano é, em seu conjunto, um jornalismo de editorialistas, de homens conscientes da grande responsabilidade que assumiram, de guiar a opinião pública de seus respectivos países a partir das colunas editoriais. [...] Tal é o caráter de nossa imprensa e ele faz de nossas páginas editoriais a verdadeira fonte de inspiração de nossa vida política.¹⁷

14 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 217.

15 Uma análise sobre o surgimento do “novo jornalismo” durante a campanha republicana no Brasil pode ser encontrada em: ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: ANPOCS/ Paz e Terra, 2002, particularmente no capítulo 4.

16 CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando; NÁXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.

17 SÁNCHEZ LATOUR, Francisco. Discurso no Primeiro Congresso Pan-Americano de Jornalistas, 1926 *apud* NAPP, Guillermo. *Para la historia del periodismo. El primer congreso panamericano de periodistas*. Buenos Aires: El cronista comercial, 1987, p. 130.

O representante da Guatemala fez questão de afirmar como “o caráter” da imprensa latino-americana um jornalismo no qual predominava a discussão e a opinião, vinculando, dessa forma, a imprensa do subcontinente ao chamado “modelo francês”. Tal modelo já se encontrava em decadência no período, quando o “modelo norte-americano” se impunha, com um jornalismo mais comercial e informativo, considerado também como mais “moderno”. Mesmo nesse contexto, a “grande responsabilidade” que atribuiu à imprensa foi a de “inspirar a vida política” das nações latino-americanas, tarefa colocada acima da função informativa e da “objetividade dos fatos”, que já se tornava um elemento central do discurso jornalístico na época.¹⁸

Apesar dos limites já apontados em relação à “modernização” do ofício jornalístico nas primeiras décadas do século XX na América Latina, não podemos deixar de considerar o impacto causado pelas inovações tecnológicas. Nesse sentido, também são válidas as observações de Habermas, que percebe a própria modernização técnica como parte essencial do processo de profissionalização da imprensa. Segundo o autor, “sob a pressão da transmissão de notícias de um modo tecnicamente mais avançado”, a atividade redacional se especializou “de uma atividade literária para uma atividade jornalística”, num processo que pode ser assim resumido: “a elaboração e a avaliação das notícias, a sua revisão e preparação se torna prioritária em relação à obediência efetiva, do ponto de vista literário, de uma ‘linha’ [editorial]”.¹⁹

Sem dúvida, a inovação técnica determinante no contexto estudado foi a introdução do telégrafo, que operou uma verdadeira “revolução da informação”. Ao possibilitar a reprodução e distribuição de notícias com uma agilidade quase instantânea, transformou a informação num eixo central do discurso jornalístico, ao contrário da antiga “imprensa combativa” que, “apesar de informar, essa estava longe de ser a sua meta.”²⁰ Uma implicação decisiva da inserção da imprensa latino-americana no circuito capitalista foi a sua incorporação na já então complexa rede mundial da informação, dominada pelas agências internacionais de notícias, que haviam surgido no início do século XIX ligadas aos interesses geopolíticos da expansão imperialista europeia.

Ao analisar os interesses das potências capitalistas envolvidos na expansão da rede mundial da informação, Frédéric Barbier e Catherine Lavenir observam que “rapidamente percebeu-se as possibilidades de controle social através da rede” e essa se transformou num novo e fundamental espaço de “manipulação da opinião”. Os despachos das agências de notícias passaram a “formar opinião”, valendo-se do

18 Sobre a centralidade que a notícia, em forma de “fatos”, e a “objetividade jornalística” ganharam no discurso da imprensa no período, consultar: Imprensa, uma mercadoria política. In: *História e Perspectiva*. Uberlândia, MG: Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 4 (jan/jun), 1991.

19 HABERMAS, Jürgen. *Op. cit.*, p. 218.

20 ALONSO, Paula. Introdução, *Op. cit.*, p. 8.

contexto informacional caracterizado pelo dinamismo na transmissão de informações, “que lhes dava uma ressonância imediata entre a massa de leitores”. Portanto, “o controle da informação através dos despachos converteu-se num desafio político.”²¹

A rede mundial da informação reproduzia a lógica imperialista do período, ao demarcar espécies de “áreas de influência informacional” das grandes potências capitalistas, cujas agências monopolizavam a captação e distribuição de notícias. Desde meados do século XIX as agências operavam através de um sistema de acordos, visando controlar as disputas pela informação. Um acordo firmado em 1859 dividia o mundo em três partes, cada uma submetida à distribuição de informação por uma das três grandes agências do período – a inglesa Reuther, a francesa Havas e a alemã Wolff –, que deixavam de competir entre si e passavam a intercambiar as notícias. Um novo acordo, datado de 1875, colocava a América do Sul sob exclusividade do fornecimento de notícias pela agência Havas e, em 1902, a estadunidense Associated Press foi incluída no cartel da informação, ficando responsável pela captação de notícias de toda a América do Norte.²²

Essa situação informacional é de fundamental importância para nosso objeto de estudo. Como os jornais estudados, tanto brasileiros como argentinos, não possuíam enviados no México, dependiam basicamente das notas provenientes dessas agências, o que nos remete a uma origem comum de boa parte das informações que possuíam sobre os eventos revolucionários no país do norte.

Outro aspecto importante a ser considerado na análise do impacto das notícias sobre a Revolução Mexicana em outros espaços nacionais no continente diz respeito às relações identitárias possibilitadas pelo novo padrão da notícia instantânea e articulada por meio de uma rede mundializada. Julio Ramos observa, nesse sentido, um importante efeito da modernização da imprensa latino-americana, baseando-se nas concepções desenvolvidas por Benedict Anderson a respeito da capacidade da imprensa de fomentar uma identidade comum entre os leitores, sob a forma de uma “comunidade imaginada.”²³ Ramos destaca que, ao tornar possível a aproximação imediata a realidades de diferentes partes do mundo, “o telégrafo permitia à comunidade de leitores se auto-representar como uma nação participante de um ‘universo’ articulado, mediante uma rede de comunicação.”²⁴

Se, por um lado, a aproximação à realidade europeia permitia aos leitores latino-americanos sentirem-se parte da “modernidade capitalista”, por outro, o sentido de

21 BARBIER, Frédéric; LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires, Colihue, 2007, p. 161.

22 Sobre o surgimento e desenvolvimento das agências internacionais de notícias e o sistema de acordos entre as grandes agências, consultar: REYES MATTA, Fernando. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 55-72 e BARBIER; LAVENIR, 2007, especificamente o capítulo 1 da segunda parte.

23 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

24 RAMOS, Julio. *Op. cit.*, p. 116.

sincronia e articulação promovido pelo novo contexto da informação e da imprensa latino-americana também possibilitou uma nova forma de “imaginar” a relação entre os diferentes países do continente. Além da propagação das notícias e sua dinamização, que favorecia a aproximação às realidades dos outros países latino-americanos, a própria atuação de intelectuais como correspondentes de jornais de outros países do subcontinente, o que era uma prática comum no período, contribuía para uma aproximação entre as diversas, e por vezes semelhantes, realidades latino-americanas. Assim, atuando de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio da reprodução de artigos de um jornal em outros do subcontinente, ou da publicação de obras literárias de escritores de um país latino-americano nas páginas de grandes diários de outros países da região, a imprensa converteu-se num importante elemento de “religação continental”, ao favorecer o estabelecimento de vínculos entre os latino-americanos.²⁵

À medida que o jornal se tornava um instrumento de informação cada vez mais dinâmico, emergia também uma nova forma de legitimação do discurso jornalístico, baseada na sua capacidade de informar quase que instantaneamente sobre os acontecimentos mundiais. Mas a publicação dessas informações nos jornais era apenas o produto final de todo um processo de construção das notícias, que se iniciava nas agências internacionais. A própria existência de uma rede mundializada pressupunha um processo de homogeneização de informações, não apenas quanto ao conteúdo mas também em relação à forma.

Como observa Maurice Mouillaud, a informação, sob a forma dos despachos das agências de notícias, submete os acontecimentos, independentemente de sua natureza ou origem, a um mesmo padrão, “o padrão do ‘fato’”, “normatizado e controlado pelas agências.”²⁶ Construída enquanto fato e baseada no princípio da agilidade, a notícia implica numa descontextualização dos acontecimentos e na priorização da informação em detrimento da análise, conduzindo à fragmentação do discurso.

Mas, em que pese a centralidade cada vez maior que a informação adquire no discurso jornalístico, esse não se esgota na publicação de notícias, mas é constituído também pelos comentários desenvolvidos pelos editores e colaboradores dos jornais. Disso resulta a dupla faceta da atuação social da imprensa, que a transforma num “veículo de ideologia muito particular”, posto que essa “se expressa em dois campos: nas informações (notícias) e nas ideias (contidas nos editoriais e artigos). Como bem destaca Capalato, esses dois aspectos não se excluem, ao contrário, entrecruzam-

25 A noção de religação, conforme usada por Suzana Zanetti em estudos sobre a América Latina, envolve os “laços efetivos condensados de modos muito diversos ao longo da história, para além das fronteiras nacionais” e privilegia o estudo de lugares, textos e figuras da intelectualidade em sua atuação como “agentes de integração” continental. (ZANETTI, Suzana. *Op. cit.*, p. 489).

26 MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. *Op. cit.*, p. 32.

se.”²⁷

Tanto a seleção das notícias, do que publicar dentre as várias notas recebidas das agências, quanto os comentários que se decide desenvolver ou não a respeito fazem parte de um mesmo discurso, construído a partir das estratégias de “excluir, incluir e hierarquizar”. Conforme observa Héctor Borrat, apesar de serem práticas rotineiras do ofício do editor, essas decisões nada têm de arbitrárias, constituem-se mesmo em “recursos estratégicos do jornal”, pensado sempre como um ator político. Por meio da veiculação de seu discurso público, produz-se a atuação política do jornal, enquanto mediador, intérprete e comentarista da atualidade.²⁸ Entretanto, a “atualidade” que se apresenta em suas páginas como “a realidade” corresponde, de fato, a uma construção discursiva, pautada por interesses e objetivos, dentre os quais figura a difusão de determinadas ideias, ideais e valores políticos, defendidos por seus idealizadores.

Ao analisarmos a repercussão dada pelos grandes jornais brasileiros e argentinos aos eventos revolucionários mexicanos, é preciso considerar fundamentalmente que, independente da maior ou menor distância em relação às disputas partidárias, todos os grandes jornais diários do período eram produzidos por setores das elites político-intelectuais de seus países. Outro aspecto fundamental a considerar sobre o “lugar” dessa imprensa é que sua “fala” vem das cidades, dos centros urbanos. Mais do que uma localização geográfica, a cidade também representa um lugar social, sobretudo no contexto da modernização, quando se aprofundou a dicotomia rural *versus* urbano.

Na Argentina, esse discurso remonta ao século XIX, ao contexto da expansão do Estado sobre o “campo indômito”, mas não há dúvidas de que a modernização, concentrando-se sobretudo no mundo urbano, tendia a aprofundar a dissociação entre cidade e campo. No Brasil, o período da modernização coincide com o fim da ordem imperial que conservava, ao menos no nível do imaginário, a ideia de uma sociedade patriarcal e rural. Como observa Sevcenko, “é nesse momento [na passagem do Império para a República] que se registra na consciência intelectual a ideia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas”, portanto, “mais do que nunca, agora se abusaria da oposição cidade industrial – campo indolente”.²⁹

Essa dicotomia é fundamental para a compreensão dos discursos veiculados pelos grandes diários sobre a Revolução Mexicana, um processo que contou com enorme participação das massas camponesas. Pensar os discursos dos jornais de grandes cidades sul-americanas sobre o México revolucionário não deixa de ser pensar as “leituras” da Revolução feitas pela “cidade modernizada” e letrada.

27 CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República ..., *Op. cit.*, p. 147.

28 BORRAT, Héctor. *Op. cit.*, p. 41-2.

29 SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*, p. 32.

No entanto, a referência a um mesmo lugar social de onde emanam os discursos dos grandes diários não nos permite falar em *uma* visão da grande imprensa, quer seja “urbana” quer seja “de elite”. Como veremos, os discursos dos grandes jornais expressaram a multiplicidade de posicionamentos assumidos por grupos da elites político-intelectuais nos debates do período e, em grande medida, tal diversidade encontra-se refletida nas interpretações que veicularam a respeito da Revolução no México.

A seguir, traçamos uma breve trajetória dos jornais analisados, enfocando as campanhas por eles encampadas, suas posições nos debates políticos nacionais e os aspectos materiais que caracterizavam esses impressos no período abordado. Visamos, com isso, subsidiar a compreensão de suas interpretações e tomadas de posição em relação à Revolução Mexicana, sem, no entanto, esquematizar filiações ideológicas que possam ofuscar as matizes de seus posicionamentos.

1.1 Os Jornais argentinos

1.1.1 *La Prensa e a pretensão de exceder às elites sociais*

O diário *La Prensa* foi fundado, em 1869, pelo político e diplomata José Clemente Paz, que quatro anos antes havia iniciado sua atuação jornalística ao criar o periódico *El Inválido Argentino*, órgão da Sociedade Protetora dos Inválidos, que acolhia os mutilados da Guerra do Paraguai.

Em sua primeira edição, *La Prensa* foi apresentado como um jornal “noticioso, político e comercial”, procurando diferenciar-se da imprensa partidária que predominava no período. Não abdicava de exercer um papel político, mas o pretendia acima das disputas facciosas, afirmando a independência de seu posicionamento: “o ataque racional ao homem público e não à personalidade individual formarão nosso credo.”³⁰

Na prática, o discurso não-partidarista correspondia muito mais a uma pretensão do que a uma realidade. Apenas cinco anos após a sua fundação, o diário apareceu com o título “*La Prensa* em campanha”, apoiando a tentativa de golpe contra o presidente Avellaneda, da qual José Paz participou “sem deixar por um momento a direção do diário”.³¹

A tensão entre o discurso da opinião “independente” e a prática política não era uma especificidade de *La Prensa* mas, como observamos, caracterizava a imprensa latino-americana do período. Mas a própria sinalização do jornal, ao afirmar estar “em campanha”, já denota uma tentativa de diferenciar a atuação partidária de sua prática cotidiana, como se aquele fosse um período excepcional. Mesmo com limites,

30 *La Prensa*, 18/10/1869, 1ª pág.

31 ULANOVSKY, Carlos. *Parén las rotativas. Diarios, revistas y periodistas (1920-1969)*. Buenos Aires: Emecé, 2005, p. 21-22.

essa postura, que poderíamos qualificar com uma “vontade de independência” já aponta para um caminho que se começava a trilhar no sentido de um distanciamento das disputas partidárias, o que nas décadas seguintes se acentuaria.

A trajetória de *La Prensa* traduz de forma exemplar o caminho traçado pela imprensa latino-americana no sentido de uma maior independência das disputas partidárias. Logo após sua criação, o diário foi considerado por muitos como “um jornalzinho sem importância nem mérito”,³² que não iria muito longe, mas a estratégia de distribuir gratuitamente os primeiros exemplares garantiu ao jornal uma clientela expressiva e, conseqüentemente, os anunciantes, verdadeiros sustentáculos do grande diário no qual se converteu. Ao fim do século XIX, suas tiragens já atingiam 77.000 exemplares e, na primeira década do XX, chegavam a 100.000. No período estudado, a tiragem de *La Prensa* era de cerca de 160.000 exemplares diários.

Apesar de se configurar num diário da chamada “imprensa séria”, mais identificada com as elites sociais, com o predomínio de temas políticos, *La Prensa* conseguiu atrair leitores de outras camadas sociais, ao demonstrar, desde o início, o que poderíamos chamar de uma certa “inclinação popular”. A distribuição gratuita de seus primeiros exemplares evoluiu para a prestação de serviços gratuitos aos leitores. No início do século XX, para além de um jornal diário com preço acessível, *La Prensa* oferecia a seu público serviços médicos e jurídicos, acesso a uma biblioteca com cerca de 25.000 volumes e aulas de música.³³

Em pouco tempo o diário se tornou o maior e mais moderno da América Latina e, na década de 1910, já contava com uma estrutura colossal. Seu edifício possuía uma sala onde funcionavam modernas rotativas; sala de expedição; depósitos de papel, com estoque para uma semana; oficina de fotografia; telégrafo sem fio; uma sala de traduções, outra de reportagens e uma de arquivo.³⁴ Nessa época dirigido por Ezequiel Paz, filho do fundador, o diário contava em sua redação com personalidades ilustres como o político e diplomata Estanislao Zeballos, que era o responsável pelos editoriais sobre os temas do exterior, além de colaboradores de renome, nacionais e internacionais, incluindo o brasileiro José Veríssimo.

32 Idem, p. 21.

33 A estrutura realmente impressionante de *La Prensa*, que ia muito além de um jornal, chamava enormemente a atenção e foi alvo de diversos elogios na época. Oliveira Lima, que visitou a Argentina entre meados de 1918 e inícios de 1919, ficou absolutamente maravilhado com os serviços oferecidos, além da própria modernidade do diário, e afirmou: “Não conheço no mundo empresa jornalística que se lhe possa aventajar.” Das atividades culturais desenvolvidas por *La Prensa*, o que mais chamou a atenção do intelectual brasileiro foi o Instituto Popular de Conferências – dirigido na época por Estanislao Zeballos –, onde, segundo o brasileiro, se reuniam “os homens iminentes da Argentina e um ou outro do estrangeiro convidado para dissertar sobre um problema da atualidade.” (OLIVEIRA LIMA, Manoel. Na Argentina (impressões 1918-19). São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920, p. 123). Na ocasião do Primeiro Congresso Pan-americano de Jornalistas, realizado em Washington, em 1926, o presidente John Coolidge, elogiou a estrutura de *La Prensa*, afirmando: “É quase uma universidade”. (Coolidge, John. Discurso de abertura do Primeiro Congresso Pan-americano de Jornalistas, Washington, 1926, apud NAPP, Guillermo. Op. cit., p. 23.). Para maiores detalhes a respeito da estrutura da empresa *La Prensa* e os serviços que oferecia, consultar: SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta. ...*, Op. cit., p. 30-31.

34 SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta. ...*, Op. cit., p. 31.

Em seu aniversário de 1911, *La Prensa* reiterou os ideais de sua fundação, como um “programa invariavelmente seguido e respeitado durante quarenta e dois anos de vida pública”, e reafirmou sua vontade de “ultrapassar os episódios efêmeros dos partidos”. A função política, entendida como uma “missão cívica”, que se traduzia num “órgão de opinião” era, assim, identificada como sua principal meta, apesar de o jornal se apresentar, *também*, como um diário que servia “informativamente a todos os homens livres, qualquer que seja a sua nacionalidade, que vivem no território da Nação.” A “tendência popular” ligava-se, então, à vontade de falar aos imigrantes, que tinham entrado (e continuavam entrando) aos milhares no território argentino desde a fundação do diário.

No contexto estudado, seu posicionamento no âmbito das disputas nacionais se traduzia no apoio à ala reformista do PAN, encabeçada por Roque Sáenz Peña, cuja eleição à presidência, em 1910, *La Prensa* apoiou entusiasticamente e, durante toda a primeira metade daquela década, pressionou para que as reformas políticas democratizantes fossem efetivadas. O jornal apostava numa “regeneração cívica” da nação, através do sufrágio livre e efetivo, princípio consagrado na Constituição de 1853, mas constantemente desrespeitado pelos “governos eleitores”.

1.1.2 O pedagogismo elitista de *La Nación*

O segundo mais importante jornal argentino no início do século XX, *La Nación*, foi fundado em janeiro de 1870, apenas três meses depois do surgimento de *La Prensa*, do qual divergia em muitos aspectos. Enquanto o principal diário do país, desde sua fundação, buscava chegar a diferentes camadas sociais, o público-alvo de *La Nación* era prioritariamente os “indivíduos que se encontravam nas posições mais altas da estrutura do poder político, do sistema econômico e da hierarquia do reconhecimento social.”³⁵

O diário foi fundado pelo ex-presidente Bartolomé Mitre para substituir *La Nación Argentina*, que havia sido o “órgão de combate” de seu governo (1862-1868). Com o novo diário, o general Mitre pretendia traçar outro perfil de atuação: “*La Nación* será uma tribuna de doutrina”, afirmava o primeiro editorial do diário, significativamente intitulado “Novos Horizontes”.³⁶ Entretanto, durante muito tempo o novo jornal atuou, assim como seu predecessor, como um posto de combate do “mitrismo”.

Mas o desenvolvimento de *La Nación* acabou se revelando bem mais complexo do que simplesmente um órgão partidário. Já no fim do século XIX, o jornal extrapolava em muito o papel de meio de expressão dos seguidores de seu fundador. Sua redação era formada por pessoas de diferentes ideias e incluía, por

35 SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba. Las ideas del diario “La Nación”, 1909-1989*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993, p. 10.

36 *La Nación*, 04/01/1870, 1ª pág.

exemplo, Juan Bautista Justo, fundador do Partido Socialista Argentino, criado em 1896. Essa abertura do jornal também se mostrou muito fértil no âmbito intelectual e literário, ao contar com a colaboração de verdadeiros ícones continentais, como Rubén Darío e José Martí, além de expoentes nacionais, como Leopoldo Lugones. O espaço aberto à literatura permitia compensar o caráter muito mais político que comercial, que no início dificultou ao jornal obter recursos advindos da publicidade.

Progressivamente, o diário foi incorporando a tendência modernizadora da imprensa do período, investindo em novas rotativas e aprofundando o caráter informativo, contratando os serviços de agências de notícias e formando uma rede própria de correspondentes. O caráter comercial foi, assim, se intensificando e *La Nación* se tornou o segundo maior diário do país, chegando a uma tiragem de 100.000 exemplares na década de 1910. Esse período marcou, de fato, uma profunda mudança no perfil do jornal.

Após a morte de Bartolomé Mitre, em 1906, a direção do diário ficou a cargo de seu filho, o engenheiro e político Emilio que, se não houvesse falecido inesperadamente, em 1909, seria candidato nas eleições presidenciais do ano seguinte pelo Partido Republicano, criado sob sua liderança no início do século. *La Nación* permanecia, assim, identificado a um partido. Mas, com a morte de Emilio, a direção do jornal passou a outro filho do fundador, Luis Mitre, que promoveu uma significativa mudança no perfil do periódico. Em seu trabalho sobre as ideias políticas de *La Nación*, Ricardo Sidicaro afirma que o novo diretor “decidiu distanciar o matutino das lutas partidárias e convertê-lo em expressão e educador da classe dirigente da época”. Iniciava-se, assim, todo um “esforço político-pedagógico”, que se manteria nas décadas seguintes, visando a homogeneização de ideias e a unificação dos grupos que ocupavam as posições de maior proeminência, sendo os governos seus “interlocutores privilegiados.”³⁷

No contexto das disputas políticas nacionais da década de 1910, o diário se inclinava abertamente às tendências conservadoras. Após a vitória dos reformistas nas eleições presidenciais e a consequente aprovação da lei de reforma eleitoral, em 1912, o jornal não se cansava de alertar a elite dirigente sobre os perigos de uma democratização “repentina” para um “organismo social” ainda “não amadurecido”. Na esteira de um pensamento liberal-conservador, *La Nación* considerava que a democracia política significava um nivelamento “por baixo” que culminaria numa sociedade governada por “homens medíocres”. Esse foi, inclusive, o título dado por José Ingenieros a seu livro, publicado, em 1913, inicialmente nas páginas do jornal, sob a forma de fascículos, com a intenção quase explícita de criticar a ascensão de Roque Sáenz Peña e sua postura reformista.³⁸

37 SIDICARO, *Op. cit.*, p. 7-8.

38 Sobre a publicação de *El hombre mediocre*, Tulio Halperin Donghi comenta que se tratou do “texto que mais sistematicamente explora as razões para a reticência com que muitos intelectuais [argentinos] se prepararam para

1.1.3 *La Razón e os inícios de um “jornalismo popular”*

Em 1905 surgia o diário vespertino *La Razón* que, em pouco tempo, se tornou o terceiro mais importante do país, ao lado dos dois grandes matutinos que apresentamos anteriormente. O aparecimento do vespertino marcou um novo momento na imprensa argentina, até então hegemônica por *La Prensa* e *La Nación*, diários que, não obstante a dinamização técnica e crescente vinculação comercial, permaneciam bem próximos das disputas partidárias. *La Razón*, primeiro diário criado e dirigido por um jornalista profissional, Emilio Morales, deu início a um modelo jornalístico que veio a se consolidar nas décadas seguintes, com jornais “massivos e comerciais, que se apresenta[va]m publicamente como diários populares”, buscando representar os interesses de grupos sociais mais amplos. Como observa Saítta, ao contrário do “peso da tradição”, identificada à política, que marcava os diários já existentes, “os jornais populares encontra[va]m sua legitimidade no número de leitores e nas regras do mercado.”³⁹

À diferença de uma certa “inclinação popular”, que observamos em *La Prensa* como uma vontade de exceder os limites das elites sociais, *La Razón*, assim como os outros “diários populares” que o seguiram, fez das “massas anônimas de leitores” o seu público-alvo e buscou representar seus interesses. Evidentemente, as disputas facciosas entre os detentores do poder não se apresentavam como interesses prioritários desse público. Assim, a primeira preocupação do diretor Morales foi, significativamente, a de dotar o novo diário de um perfil não-partidário, apesar de pessoalmente ser simpatizante da União Cívica Radical (UCR).⁴⁰

O fundador conseguiu imprimir ao diário o estilo que se manteria nas décadas seguintes, mas a principal figura de *La Razón* no período estudado foi José Cortejarena, que entrou para a redação em 1909 e tornou-se sócio de Morales até que, em 1912, assumiu a direção e transformou-se no único dono do jornal. O novo diretor já vinha construindo uma expressiva carreira jornalística que havia começado no diário *El Tiempo*, passando em seguida a *El País* e, depois, ao *La Prensa*, atuando como repórter. Cortejarena teve também uma passagem pela política, no Partido Conservador, tendo sido eleito deputado pela província de Buenos Aires, cargo ao qual renunciou em 1911, ano em que se somou à sociedade de *La Razón*.⁴¹ A partir

a iminente instauração da democracia [a partir da lei de reforma eleitoral de 1912].” No livro, Ingenieros repudia, ao mesmo tempo, os regimes democráticos e aristocráticos, argumentando que ambos levariam ao triunfo da mediocridade, seja pela simples igualdade quantitativa, no primeiro caso, ou pelos privilégios dos interesses econômicos, no segundo. Sua defesa era a de uma espécie de meritocracia que reconhecesse o mérito como a base natural do privilégio, conforme explica Halperin Dongui. Ver a respeito: HALPERIN DONGUI, Tulio. *Intelectuales en la primera democracia argentina (1910-1943)*. In: *Las tormentas del mundo en el Río de la Plata: cómo pensaron su época los intelectuales del siglo XX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015, p. 19-66.

39 SAÍTTA, Sylvia. *El periodismo popular ... Op. cit.*, p. 438 e 440.

40 PERALTA, Dante. *El periodismo según “La Razón” a fines de la etapa Cortejarena (1917-1921)*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2005, p. 6. (Publicación electrónica).

41 *Ibidem*.

de então, não retornou à carreira política e manteve na direção do diário a diretriz do fundador, conservando-o afastado das disputas partidárias. *La Razón* pretendia ser “apenas intérprete das aspirações públicas”.⁴²

De fato, *La Razón* se eximia de vinculações partidárias e dedicava bem menos espaço que os dois maiores diários portenhos à discussão política. À diferença de *La Prensa* e *La Nación*, o jornal de Cortejarena punha em destaque o caráter informativo. *La Razón* era vespertino e saía em três edições diárias,⁴³ o que lhe permitia adiantar muitas das notícias que seriam publicadas no dia seguinte pelos matutinos.

Abundavam nas páginas de *La Razón* assuntos de interesse geral, reportagens sobre temas diversificados e cotidianos, com um uso intenso da fotografia, além de um enorme espaço dedicado aos anúncios comerciais, que apareciam distribuídos ao longo de diversas páginas do jornal, mesclados aos demais temas. Esse formato marcava uma significativa mudança em relação à “imprensa séria”, sendo que, nos dois principais jornais argentinos, por exemplo, os anúncios ocupavam um lugar à parte, contidos em páginas específicas, que separavam a publicidade dos “assuntos sérios”, eminentemente políticos.

O novo modelo jornalístico iniciado com *La Razón* expressava e, ao mesmo tempo, era fruto do amadurecimento do processo de complexificação social argentino iniciado nas décadas finais do século XIX, com o surto modernizador acompanhado da entrada massiva de imigrantes. Como observa Dante Peralta em seu estudo histórico sobre o jornal, por volta da década de 1910 não era difícil para Cortejarena perceber a importância que adquiria “uma ‘opinião pública’ já não reduzida a uma elite mas ampliada a vastos setores”, assim como o “valor estratégico da informação e da orientação dessa opinião segundo princípios e interesses também ampliados, mais gerais do que os que sustentavam as agrupações políticas tradicionais através dos diários existentes até então.” Assim, em *La Razón*, “o princípio organizador da representação da atividade jornalística e de suas funções sociais já não é um *partido* mas a *pátria*.”⁴⁴

O diário demonstrava uma grande preocupação com a desagregação social, que considerava decorrente da modernização, e muito particularmente da imigração, exacerbada, ainda, pelas disputas entre facções políticas. Assim, contra as paixões políticas particularistas, propunha a articulação de uma unidade cívico-patriótica que integrasse o conjunto nacional acima dos diversos segmentos sociais. No contexto das discussões da década de 1910 sobre a reforma eleitoral, o diário não escondia suas inclinações reformistas. Essas, no entanto, não se expressavam através da

42 *La Razón*, 03/09/1913. Editorial, 1ª pág., 3ª ed.

43 As edições diárias de *La Razón* eram denominadas de 3ª, 4ª e 5ª ed., saindo, respectivamente, às 14h, 18h e 20h. Essa peculiar denominação, provavelmente, se referia ao fato do jornal ser vespertino, considerando hipoteticamente as primeiras edições como matutinas.

44 PERALTA, Dante. *Op. cit.*, p. 7 e 9 (grifos no original).

defesa de um grupo político mas se projetavam na crença de que a ampliação da participação política era uma das formas de integrar os distintos setores sociais – e, particularmente, os imigrantes – na comunidade nacional, tarefa que, na visão dos editores do jornal, passaria ainda pela ampliação da escola pública.

No que diz respeito aos aspectos materiais, os diários argentinos apresentavam algumas diferenças importantes no período estudado. *La Prensa* possuía em torno de 35 a 40 páginas, dedicava as primeiras sete ou oito para os anúncios comerciais, seguidas de duas ou três de noticiário e pequenas notas e, por vezes, uma crônica. Outras duas ou três páginas eram dedicadas aos telegramas nacionais e internacionais, organizados sob o título “Boletim Telegráfico”; na sequência, vinham mais duas ou três contendo notas diversas. A página seguinte era dedicada a notícias de outras cidades da província, que vinham organizadas sob o título “Província de Buenos Aires”, e as duas ou três seguintes eram dedicadas às outras províncias. Nas páginas que se seguiam destacavam-se temas culturais, sendo uma ou duas dedicadas a colunas como “Notícias Universitárias” e “Bibliografia”, na qual os editores do diário indicavam aos leitores obras literárias ou científicas. As últimas páginas do diário, assim como as primeiras, eram inteiramente dedicadas à publicidade.

Em *La Nación*, que possuía cerca de 25 a 30 páginas, predominavam os assuntos econômicos e oficiais. A primeira página era composta principalmente por anúncios comerciais, mas também continha colunas culturais, como “Museus” e “Bibliotecas”. As quatro ou cinco páginas seguintes traziam a coluna “Notas comerciais” e a cotação internacional dos principais produtos de exportação argentinos. Na sequência, três ou quatro páginas mesclavam o noticiário a colunas como “Exército e Marinha”. A página seguinte, durante o período estudado, esteve dedicada à reprodução de diversos documentos referentes à atuação política de Bartolomé Mitre, sob o título “Arquivo do general Mitre”. Seguiam-se cerca de três páginas contendo outras pequenas notas, informações meteorológicas e as colunas “Tribunais” e “Municípios”. Várias páginas seguintes eram, então, dedicadas exclusivamente à publicidade e a última página da edição era inteiramente dedicada aos assuntos econômicos, que preenchiam as colunas “Comércio”, “Navegação” e “Exportações”.

O formato de *La Razón* se diferenciava bastante dos dois grandes matutinos do país. O vespertino, que circulava em três edições diárias, trazia em torno de 10 a 15 páginas em cada uma, totalizando cerca de 30 a 45 páginas por dia. Na primeira página aparecia a coluna “Telegramas do Exterior” e algumas pequenas notas, indicando claramente a priorização da função informativa. Outro aspecto que o diferenciava dos dois maiores jornais argentinos era o fato de não conter várias páginas seguidas dedicadas aos anúncios comerciais, que apareciam intercalados e mesmo mesclados aos demais temas e colunas do diário. Assim, normalmente a segunda página trazia publicidade, a terceira notícias e reportagens em geral,

contendo várias fotografias. A página seguinte também era de publicidade e era seguida por outra que continha notícias diversas. Outra página se seguia, contendo anúncios comerciais, a coluna “Avisos Oficiais”, notícias da capital, da província de Buenos Aires e também das outras províncias. Uma página era dedicada à “Cultura”, trazendo informações principalmente sobre os teatros; a página seguinte trazia, novamente, anúncios comerciais e informava sobre o tempo, enquanto as últimas páginas traziam, além da coluna “Esportes”, mais anúncios comerciais. Dessa forma, o vespertino portenho revelava um perfil mais informativo e diversificado do que o dos dois grandes matutinos.

1.2 Os jornais brasileiros

1.2.1 A *Gazeta de Notícias* e os limites do “popular”

O jornal carioca *Gazeta de Notícias* surgiu em 1874, na esteira do movimento republicano. Foi fundado e dirigido pelo médico de formação Antônio Ferreira de Araújo, quem, ao lado de José do Patrocínio, fez da *Gazeta* um importante instrumento dentro da estratégia de mobilização das classes médias urbanas da capital federal.

O interesse em representar os grupos populares era um dos principais pilares do auto-discurso do diário, que orgulhava-se de ser um jornal que chegava “aos bolsos mais modestos.”⁴⁵ O outro pilar sobre o qual sustentava seu discurso era a marcada distância que assumia em relação aos partidos e às disputas facciosas, apresentando-se como uma imprensa independente de qualquer vinculação partidária. Como destaca Sodré, a *Gazeta* foi um jornal reconhecido em sua época por haver “reformado a imprensa de seu tempo, [...] com desprezo pelas misérias e mesquinhas da política.”⁴⁶

De fato, sua redação contava apenas com intelectuais e literatos de prestígio, mas não com políticos, o que era comum entre os grandes jornais do período. Após a morte de Ferreira de Araújo, em 1900, a *Gazeta* passou à direção de Henrique Chaves e, no período estudado, a redação era composta, ainda, por Gilberto Amado, João do Rio e Ramiz Galvão.

Sua percepção do ofício jornalístico e das funções representadas por um jornal era a de um jornalismo comercial, tecnicamente moderno e informativo. Nesse sentido, vale ressaltar que o jornal se destacou como o primeiro diário brasileiro a usar cores, a partir de 1907.⁴⁷ Além disso, chama a atenção o fato de que, já em 1911, o diário começou a trazer na primeira página o resumo das principais notícias publicadas nas páginas seguintes. Assim justificava tal empreendimento: “muitas

45 FERREIRA DE ARAÚJO, Antônio. Presse. In: SANTA-ANNA NÉRY, M. F. J. (org.). *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889, p. 512, *apud* ALONSO, Angela. *Ideias em movimento.... Op. cit.*, p. 299.

46 SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 257.

47 *Idem*, p. 344.

vezes não há tempo para a leitura completa de um jornal. Aqui estão, em resumo, as notícias da *Gazeta*.”⁴⁸

Em 1913, em sua edição de aniversário, o periódico carioca apresentou claramente sua concepção de que o melhor diário era aquele que “todos os dias [era] um jornal novo pelo seu trabalho e pelo seu esforço em servir a curiosidade do leitor, um grande órgão de informação”. Assim descreveu sua trajetória, procurando demarcar seu espaço no âmbito da imprensa brasileira:

a *Gazeta de Notícias* criou no Rio a necessidade aguda de destaque e de competição, vindo, muito tempo após o *Jornal do Comércio*, fazer-lhe concorrência pelos processos modernos. [...] A *Gazeta de Notícias*, desde sua origem, vindo, muito tempo depois de destaque e de competição pelo seu esforço em servir a curiosidade do leitor, um grande “fundação através do tempo, tem sido a iniciadora e adaptadora de todas as transformações do jornalismo. [...] Não se vive mais dos louros do passado no mundo moderno [...] [e] o jornal reflete absolutamente, na concorrência diária, esse aspecto.”⁴⁹

Podemos perceber que o jornal carioca encontrava sua legitimidade nas regras de mercado e não na “tradição política”, característica essencial dos “diários populares” do período, como abordamos anteriormente, com base nas proposições de Sylvia Saítta, sobre o diário argentino *La Razón*.

Na realidade, encontramos muitas semelhanças entre a *Gazeta de Notícias* e *La Razón*. Para além do fato de não se envolverem diretamente nas disputas partidárias, ambos apresentavam aspectos bastante parecidos no que diz respeito ao formato. Faziam amplo uso da fotografia e da reportagem – que se constitui num estilo próprio do jornalismo –, dedicavam grande espaço a temas gerais de utilidade pública, além de distribuírem os anúncios comerciais ao longo das páginas, sem concentrá-los apenas em páginas específicas.

Para se ter uma ideia do formato “popular” adotado pelo jornal carioca, vale a pena citar dois rápidos exemplos. Em primeiro lugar a existência de uma coluna denominada “Reclamam à *Gazeta*”, na qual o jornal publicava reclamações da população em geral, como a endereçada à Prefeitura, em março de 1914, sobre a estrutura viária da cidade. No mesmo mês podemos ler ainda uma reportagem de primeira página com o título “Os restaurantes populares”, na qual a redação destaca que, além dos inúmeros restaurantes e casas de petisqueria encontrados no Rio, ali, “como toda cidade cosmopolita”, “há[via] também os restaurantes populares, onde se comem por preços mais diminutos.”⁵⁰

Poderíamos citar inúmeros exemplos que revelam a proposta da *Gazeta* não só de falar às classes populares como também de representá-las. Entretanto, o “popular” apresentava limites e contornos muito bem definidos no discurso do jornal carioca.

Em primeiro lugar, as classes populares às quais o jornal se dirigia restringiam-se

48 *Gazeta de Notícias*, 01/09/1911, 1ª pág.

49 *Idem*, 02/08/1913, 1ª pág.

50 *Gazeta de Notícias*, 16 e 19/03/1914.

ao mundo urbano. Todas as representações sobre o meio rural que encontramos na *Gazeta* no período estudado são bastante negativas e mesmo pejorativas, o que certamente tinha relação com os movimentos sociais rurais que marcavam o cenário brasileiro no período. O jornal qualificava toda e qualquer mobilização camponesa como “banditismo” e defendia irrestritamente o uso da violência por parte das autoridades contra esses movimentos.

Era no âmbito dos centros urbanos que a *Gazeta* projetava seu ideal de “popular”. O jornal pretendia falar e dar voz aos trabalhadores humildes que habitavam as grandes cidades, especialmente o Rio de Janeiro, chegando a denunciar suas precárias condições de vida. Entretanto, o limite colocado pelo diário ao trabalhador urbano estava justamente na sua capacidade de mobilização. A *Gazeta* demonstrava grande temor em relação às organizações operárias e, assim como no caso dos movimentos rurais, a solução que encontrava para esse “perigo” era a enérgica repressão por parte do Estado.

A demarcação das classes populares vislumbradas pela *Gazeta de Notícias* era, assim, muito clara. Tratava-se na verdade de um ideal de “popular”, a partir do qual o jornal pretendia ser lido também pelo “povo”. Evidentemente, seu discurso resultava ambíguo, expressando as limitações de seu próprio lugar social, o das elites intelectuais, às quais, aliás, o diário nunca deixou de se dirigir. Mesmo portando um auto-discurso “popular” e buscando atingir as massas, fica claro que a *Gazeta* nunca desviou seu discurso das elites, abarcando, por exemplo, uma literatura de alto nível, que chegava a ser publicada em francês, como na coluna denominada *Chronique Parisiense*. Nas primeiras décadas do século XX, a *Gazeta* era um dos principais diários do país e possuía uma tiragem diária de 50.000 exemplares.

1.2.2 O oposicionismo d'O Estado de São Paulo

Assim como a *Gazeta de Notícias*, o jornal paulista surgiu no contexto da campanha republicana, em 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*. Cresceu com a campanha republicana e, com o advento da República, passou a se chamar *O Estado de São Paulo* (OESP).

Defensor dos ideais liberais, procurou atuar na formação e no fortalecimento da “opinião pública”, enquanto canal “legítimo” entre o povo e os poderes públicos. Importava-lhe atuar como um órgão modelador dessa opinião e, enquanto seu “intérprete”, pretendia-se “acima do povo e dos poderes”.⁵¹

Em 1891, Júlio César Ferreira de Mesquita assumiu a direção d'OESP e, em 1902, tornou-se o único proprietário do jornal. Sob a direção de Mesquita, OESP se

51 CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa, uma mercadoria política ... Op. cit.*, p.134.

tornou “o grande órgão político na capital do estado”,⁵² representando a dissidência do Partido Republicano Paulista, insatisfeita com a “política dos governadores” instituída por Campos Sales.

Desde então, o jornal passou a se auto-definir como “órgão de oposição” aos governos constituídos, atacando no plano político a “oligarquia dominante”. Ao mesmo tempo, porém, defendia os interesses dos cafeicultores, no plano econômico. Essa importante contradição foi destacada por Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato em estudo sobre as ideias políticas do jornal. Segundo as autoras, “não se lhes afigurava [aos produtores do jornal] que esse setor da classe dominante paulista era não apenas o dominante sobre a sociedade, mas também o detentor do poder político.”⁵³

Além da defesa dos interesses agrários, OESP enfatizava, já no início do século XX, a importância da expansão da indústria para se atingir o progresso. Apesar de endossar a necessidade do financiamento externo para o desenvolvimento nacional, demonstrava uma grande preocupação com o aumento da ingerência estrangeira no país. Suas críticas recaíam principalmente sobre a vinculação econômica do Brasil aos Estados Unidos – então o maior comprador do café brasileiro –, a qual considerava excessiva.

No período estudado, OESP já era um dos maiores e mais respeitados jornais do país. Além de Júlio de Mesquita, a equipe de redação era formada por Plínio Barreto, José Filinto e Nestor Pestana. A tiragem diária d’OESP era de 35.000 exemplares e o periódico contava com a colaboração de vários intelectuais, incluindo Manoel de Oliveira Lima, importante diplomata e homem de letras.

Os redatores e colaboradores do jornal paulista caracterizavam-se por uma postura bastante crítica aos rumos tomados pela República no Brasil, o que, no contexto específico de nosso estudo, se traduziu numa explícita oposição ao governo hermista. OESP atuou como plataforma de campanha de Rui Barbosa e sua oposição “civilista”, que continuou organizada mesmo após a eleição do Marechal Hermes.

O público-alvo do jornal paulista pode ser identificado nas classes média e alta, que de fato incluíam a grande maioria dos alfabetizados do país. A dimensão desse público leitor pode ser apreendida a partir dos anúncios comerciais que o diário veiculava e mesmo de algumas de suas colunas. Eram frequentes os anúncios de bancos, de maquinário agrícola, além da publicação diária da cotação do café no mercado internacional. Também merece ser destacado o caráter “sisudo” do jornal, que contava com pouquíssimas imagens e era composto, em geral, por artigos extensos e densos cuja leitura demandava certo nível intelectual.

52 SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 371.

53 PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.68.

1.2.3 Minas Gerais, um diário oficial

O *Minas Gerais* foi criado em 1892, como “órgão oficial dos Poderes do estado”. Ainda na antiga capital mineira, foi dirigido pelo médico de formação Jorge Pinto, “jovem político republicano, que militava nos meios jornalísticos de Ouro Preto à época”. Segundo o Suplemento comemorativo do centenário do diário, “o que mais impressionou aos que projetaram a linha editorial do *Minas* foi a forma como o diretor conseguiu produzir um jornal leve, interessante e noticioso, sem dar guarida aos fatos de natureza escandalosa ou violenta”, o que se converteu na verdadeira “doutrina do órgão oficial”, consciente de sua “função educativa”.⁵⁴

Desde o início, portanto, os produtores do diário oficial lhe conferiram uma função mais ampla do que a simples publicação de informes administrativos do poder público estadual. Como se depreende do discurso comemorativo do centenário, a “função pedagógica” que moveu a criação do jornal passava pela minimização dos conflitos, por meio da exclusão de fatos “escandalosos ou violentos”. Dessa maneira, operava-se a veiculação de referências e valores que remetessem à ordem e à estabilidade social, típico de um diário oficial, que tem como função legitimar a posição de grupos que estão no poder.

Essa característica diferencia amplamente o *Minas Gerais* dos outros diários estudados, sendo que os temas políticos, e entre eles os assuntos sobre o exterior, geralmente eram comentados pelos editores e assumiam um caráter de versão oficial. A função “noticiosa”, também enfatizada desde a criação do jornal, era reforçada devido à carência de jornais privados que suprissem tal demanda no estado. Sua tiragem na época era de 16.000 exemplares diários, dos quais uma parte era destinada aos órgãos públicos do estado.

O redator-chefe do jornal era o próprio secretário de Imprensa do estado, cargo ocupado durante o período estudado pelos juristas Gabriel Santos, até março de 1912, e León Rossoulière, a partir de então. A equipe de redação era formada, também, por proeminentes intelectuais mineiros, como Abílio Machado e Columbano Duarte, ambos ligados ao Partido Republicano Mineiro. Entre os colaboradores, destacavam-se Azeredo Netto e o padre Francisco Ozamis.

O diário oficial mineiro destinava uma parte bastante expressiva de suas páginas ao noticiário. Mais da metade do jornal era dedicada a notícias locais, nacionais e internacionais, além de artigos diversos, crônicas e anúncios comerciais. A importância do periódico enquanto imprensa de notícias fica bastante clara numa nota da redação que, situada na seção “Diversas” do noticiário, chama a atenção do leitor para que leia um despacho do secretário de Finanças, na parte oficial.⁵⁵

54 *Minas Gerais*, Suplemento Especial do Centenário, 1991, p. 7.

55 *Minas Gerais*, 18/07/1913, p. 7.

O público-alvo do jornal pode ser identificado nas classes mais altas, o que justifica, por exemplo, a introdução de uma coluna dedicada a crônicas de escritores franceses, “Chronique”, publicada em francês, a partir de 1913. Evidentemente, a identificação de um público-alvo não esgota as possibilidades de leitura de um periódico. Nesse sentido, vale notar que o jornal oficial mineiro era distribuído às bibliotecas públicas do estado, o que facilitava o acesso de uma parcela mais ampla da sociedade.

Em 1913, ao assumir a direção do jornal, Rossoulière introduziu uma série de inovações que ficaram conhecidas como “Projeto Nova Imprensa”. Segundo o novo diretor, procurava-se, “através de colaboração e noticiários sempre variados e interessantes”, fazer do jornal “um elemento eficaz de orientação do público, em proveitosa cooperação permanente com todas as forças propulsoras da obra grandiosa de nosso progresso”.⁵⁶

A fala do diretor do periódico mineiro aponta para alguns aspectos político-ideológicos defendidos pelos representantes do jornal. Assim como grande parte da elite brasileira do início da República, os homens à frente do *Minas Gerais* guiavam-se no plano político por pressupostos positivistas, priorizando a ordem como elemento fundamental e imprescindível para se alcançar o progresso; defendiam ou aceitavam o autoritarismo político, se isso lhes parecesse necessário para a manutenção da “paz social”. Acreditavam que o progresso do Brasil dependia da entrada maciça de capitais estrangeiros, o que poderia ser facilitado passando-se ao exterior uma imagem estável e ordeira do país. O progresso ansiado era o capitalista e a cultura burguesa europeia tomada como modelo cultural.

Como órgão oficial do estado e no papel de aliado político do governo federal, o periódico mineiro ocupava-se bastante das figuras do governador (chamado na época de presidente do estado) e do presidente da República. Dedicava um espaço significativo a comentários elogiosos sobre suas atuações políticas, além de suas viagens e participações em eventos.

Em relação aos aspectos materiais, cada um dos diários brasileiros apresentava particularidades. A *Gazeta de Notícias*, que possuía em torno de 10 a 15 páginas, diferentemente dos outros diários analisados, trazia, na primeira página, o resumo das principais notícias enfatizadas pelo jornal no dia. As duas ou três páginas seguintes mesclavam anúncios comerciais, notícias e reportagens em geral, assim como ocorria no argentino *La Razón*. Também de forma semelhante ao vespertino portenho, um perfil mais informativo e diversificado caracterizava a *Gazeta de Notícias*, cuja página seguinte era dedicada aos telegramas nacionais e internacionais, sob o título “Boletim Telegráfico”. Várias páginas vinham em seguida contendo diversas colunas como “Notas Sociais”, “Loteria”, “Utilidade Pública” e “Vida Comercial”,

56 Idem, 07/09/1913, *Relatório da Imprensa Oficial ao Secretário de Finanças*, p. 2.

sempre mescladas a anúncios comerciais. Uma página específica concentrava o movimento dos portos brasileiros, a cotação do café, o câmbio, notícias da Bolsa e dos bancos. Em seguida, mais duas ou três páginas contendo apenas anúncios comerciais fechavam a edição.

O Estado de São Paulo, cuja edição diária continha cerca de 15 a 20 páginas, trazia a seção “Telegramas do Exterior” na primeira página, demonstrando a importância conferida pelo jornal à função informativa. Mas os temas econômicos e políticos predominavam no diário, sendo que geralmente a página inicial era composta, ainda, pela a cotação do café no mercado internacional e o movimento do porto de Santos, o que remete claramente ao público que se pretendia atingir. Na segunda página, vinha a coluna “Os Municípios”, com telegramas do interior do estado, e uma seção dedicada a notícias da imprensa da capital federal, “Jornais do Rio”, com a reprodução de trechos selecionados de jornais cariocas. Na sequência, várias páginas eram dedicadas a artigos de colaboradores e, a partir de 1912, também de seus correspondentes na Europa. Os artigos dos colaboradores representavam um espaço considerável do jornal; seus textos, quase sempre longos, vinham em destaque, em colunas específicas como “Cartas de Londres”, assinada por Zeno; “Coisas Estrangeiras”, por Oliveira Lima, normalmente escrevendo de Paris, e “Divagações”, por Sílvio de Almeida, que escrevia de dentro do próprio Brasil para o jornal paulista. Seguia-se uma “Seção Judiciária” que trazia informes sobre os processos em andamento e era seguida de notícias variadas. Por último, de 4 a 7 páginas de publicidade.

O Minas Gerais, enquanto um jornal oficial, tinha o formato bastante diferente dos demais diários analisados, pois tinha as primeiras 4 ou 5 páginas dedicadas a informes administrativos, como editais e notícias sobre processos judiciais, entre outros. Sua parte noticiosa, no entanto, não diferia muito dos jornais privados da época. A primeira seção era intitulada “Noticiário” e trazia as notícias nacionais e internacionais consideradas mais relevantes, as quais continham títulos chamativos e, em geral, eram comentadas pelos editores. Seguiam-na artigos de colaboradores do jornal sobre temas variados, crônicas e excertos de livros ou artigos recentemente publicados na Europa ou nos Estados Unidos.

A partir de meados de 1913, com a reformulação do diário oficial levada a cabo pela nova direção, surgiu, além da coluna *Chronique*, uma seção denominada “Imprensa do Rio”, na qual publicava-se uma seleção de artigos e comentários dos jornais da capital federal. Manteve-se a seção “Diversas”, com notícias e informações variadas de acontecimentos do Brasil e do exterior, na forma de pequenas notas. Devido à pequena quantidade de notícias locais, essa seção incluía até mesmo a movimentação de visitantes e as aquisições da Biblioteca Municipal, enquanto outra, “Hóspedes e Viajantes”, destacava a passagem de personagens ilustres pela capital

mineira. Na coluna “O Café”, o jornal informava o preço do produto no mercado internacional e, dependendo da conjuntura econômica, fazia comentários sobre sua exportação. A última seção da parte noticiosa era sempre dedicada aos telegramas, dividida em “Telegramas do Exterior” e “do Interior”, essa última contendo telegramas recebidos de outros estados e do interior de Minas Gerais. As últimas 3 ou 4 páginas eram ocupadas por anúncios comerciais.

1.3 A grande imprensa na Argentina e no Brasil: uma breve comparação

A análise da configuração dos diários estudados nos permite levantar alguns aspectos comparativos em relação às imprensas dos dois países. Podemos observar, por exemplo, que os grandes jornais da Argentina se destacavam bastante em relação aos do Brasil; tanto em relação ao número de páginas por jornal quanto em relação às tiragens, os diários argentinos superavam, em muito, os brasileiros.

Essa situação refletia, em grande medida, o expressivo “lugar cultural” ocupado pela Argentina, e muito particularmente por Buenos Aires, no contexto latino-americano. Embora a modernização tenha ampliado as oportunidades de trabalho intelectual nos centros urbanos do subcontinente de uma forma geral, a capital argentina se destacava, sobretudo, por concentrar um expressivo público leitor, o que ampliava as possibilidades editoriais.

Os índices de alfabetização na Argentina apresentavam-se bastante superiores à média latino-americana, com cerca de 36% de analfabetismo, em 1914, enquanto no México ou no Brasil, por exemplo, esse número ultrapassava os 70%.⁵⁷ Buenos Aires se constituía propriamente numa “metrópole cultural”, um espaço de projeção intelectual na América Latina, o qual concentrava a imprensa mais moderna do subcontinente, além das principais editoras. Os principais jornais portenhos possuíam colaboradores de outros países latino-americanos e sua circulação também excedia as fronteiras nacionais.⁵⁸

Em relação aos jornais brasileiros estudados, suas tiragens refletiam as distintas situações dos estados representados por cada um. A maior correspondia à *Gazeta*

57 Embora a alfabetização na Argentina refletisse uma trajetória mais longa em prol da escolarização – que remonta à presidência de Sarmiento (1868-1874) e seu projeto “civilizador”, que levou a escola pública às províncias, alcançando as pequenas cidades do interior –, no período analisado a educação pública vinha ganhando um novo impulso. No contexto do “aluvião migratório” que caracterizou o período da modernização no país, o Estado passou a exercer um controle efetivo sobre o campo educacional com base num projeto de formação da nacionalidade, pelo qual dotou-se a escola pública de elementos de instrução cívica e patriótica, com vistas à construção de uma “nacionalidade argentina”. Consultar a respeito: BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: FCE, 2001, Capítulo 2. A estatística argentina é apontada em SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes. Uma história da formação de leitores no Brasil e na Argentina (1915-1954)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 34, com base no *Censo General de La Nación, de 1947*, e a mexicana por GUERRA, François-Xavier. *México: del antiguo régimen a la Revolución*. México: FCE, 2003, Vol. 1, p. 416, com base nos censos mexicanos da época.

58 Sobre a projeção cultural de Buenos Aires no subcontinente no contexto da modernização, consultar: ZANETTI, Suzana. *Op. cit.*, p. 523-4.

de Notícias, periódico editado na cidade do Rio de Janeiro que, além de ser a capital política, era também o principal centro cultural do país no período. No caso de Minas Gerais, a particularidade de o principal órgão da imprensa informativa ser um jornal oficial – posto que a “grande imprensa” ainda não se havia consolidado no estado – demonstra seu relativo atraso, no âmbito cultural, em relação aos dois grandes centros urbanos do país, Rio e São Paulo.

No que diz respeito às abordagens sobre a Revolução Mexicana, tanto nos diários argentinos quanto nos brasileiros, as notícias recebidas das agências de notícias apareceram publicadas nas partes de Telegramas e pequenas notas. Na maioria dos jornais estudados, as análises a respeito do processo revolucionário mexicano tenderam a ser produzidas pelos próprios editores, sob a forma de matérias e editoriais.⁵⁹ Apenas no caso d’OESP os artigos sobre o México, na imensa maioria das vezes, foram escritos pelos principais colaboradores do jornal, ocupando suas respectivas colunas.

59 Consideramos como “matérias” os artigos escritos pelos próprios redatores dos jornais – portanto, sem a assinatura de um autor específico – mas que não apareceram nos espaços típicos dos “editoriais”.

A REVOLUÇÃO MEXICANA NOS DEBATES POLÍTICO-SOCIAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS

2.1. Rumores que vêm do norte

Quando analisamos a repercussão de um determinado assunto na imprensa diária, convém começar refletindo sobre sua ocorrência e recorrência nas páginas dos jornais. Sobretudo, em se tratando de um evento internacional, a escolha por noticiar ou não, retomar ou não o assunto e dar-lhe ou não destaque é bastante significativa.

No caso de nosso objeto de estudo, o primeiro aspecto que merece ser destacado é exatamente a expressiva presença que a Revolução Mexicana ganhou nos diários brasileiros e argentinos. Para um processo desencadeado do outro lado do continente, sem implicação direta sobre os países da América do Sul, a Revolução do México foi um tema muito presente nos jornais. Todos os diários analisados publicaram centenas de notas sobre o México revolucionário e, também em todos, o assunto ganhou destaque em dezenas de artigos, matérias e editoriais.

Enquanto as intervenções mais elaboradas – como editoriais e artigos assinados – tenderam a se concentrar nos eventos mais significativos do processo revolucionário, as pequenas notas recebidas das agências internacionais de notícias, embora também se avolumassem nesses momentos, foram continuamente reproduzidas pelos diários, durante todo o período estudado. Raramente ocorreu de se passar um mês sem que os jornais publicassem notícias a respeito da situação no México. Dessa forma, a recorrência de pequenas notas sobre os acontecimentos mexicanos, aliada, ainda, à própria periodicidade dos diários, favorecia a percepção de que se tratava de um processo, algo que se prolongava no tempo, muito embora, como veremos, as argumentações dos diários nem sempre apontassem nessa direção.

Apesar da significativa presença da Revolução Mexicana nos jornais ser apenas uma constatação de ordem quantitativa, esse fato já nos remete à questão das fontes de informação que a imprensa sul-americana possuía sobre o país do norte, ou seja, os meios através dos quais era possível obter informações sobre o que ocorria no México.

Antes de mais nada, é preciso considerar o lugar relevante ocupado pelo México

no espaço latino-americano. Desde o período colonial, quando a Nova Espanha era o principal centro de colonização espanhola na América, mas, principalmente a partir do século XIX, o México e sua história tiveram certa projeção internacional, sobretudo em virtude das invasões que o país hispânico da América do Norte sofreu, tanto as intervenções francesas (1838-39 e 1862-67) como a guerra contra os Estados Unidos (1846-48), que resultou na perda de mais da metade do território mexicano.¹ Além disso, o fato de estar na fronteira com a potência do norte transformava o México num foco “natural” de atenção, num período em que o temor em relação ao expansionismo estadunidense era reforçado pelos rumos agressivos da política externa da Casa Branca para a América Latina, durante a chamada política do Big Stick, caracterizada por intervenções militares dos Estados Unidos principalmente em países da América Central e Caribe.²

Os discursos dos diários analisados, de uma forma geral, demonstram que possuíam alguns conhecimentos prévios sobre o México e, inclusive, em alguns momentos recorreram a aspectos da história do país para embasar suas reflexões sobre os eventos revolucionários. Por outro lado, na maioria das vezes não demonstraram ter um conhecimento mais aprofundado em relação à situação interna mexicana. No contexto da Revolução, posto que nenhum dos diários analisados possuía enviados no México, as notícias recebidas por meio das agências internacionais constituíram-se numa fonte fundamental para todos os jornais analisados.

Como já destacamos no capítulo anterior, dentro do sistema de acordos estabelecido pelas grandes agências, a América do Sul estava submetida à distribuição de notícias pela agência francesa Havas mas, pelo mesmo sistema, a captação de notícias de toda a América do Norte ficava a cargo da agência estadunidense Associated Press. Além disso, o sistema previa o intercâmbio de notícias, o que também possibilitava a circulação de informações divulgadas por diários europeus, muitos dos quais possuíam enviados especiais que cobriam a Revolução no México. Dessa forma, as informações que chegavam às redações dos jornais estudados, através do telégrafo, provinham de diferentes fontes mas tendiam a ser as mesmas para todos, posto que eram distribuídas pela mesma agência.

No início do movimento revolucionário, todos os diários limitaram-se à reprodução dessas notas, acrescentando-lhes, por vezes, alguns comentários. Apenas posteriormente, quando os acontecimentos no México foram se radicalizando, os jornais passaram a dedicar matérias e editoriais ao tema e esboçaram estratégias mais elaboradas para obter e fornecer informações mais substantivas sobre os acontecimentos daquele país. Uma estratégia comum a todos os jornais foi a reprodução de artigos sobre o México publicados em jornais ou revistas europeus

1 Considerando-se a perda do Texas, em 1836, anexado à União norte-americana em 1845.

2 Consultar a respeito: SCHILLING, Voltaire. *EUA X América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

e estadunidenses. *La Prensa* e OESP apresentaram algumas especificidades em relação aos demais diários.

No maior jornal argentino, que contava em sua redação com um intelectual do quilate de Estanislao Zeballos, a intervenção mais comum a respeito do México foram os editoriais típicos, localizados na parte específica, que concentrava o primeiro artigo da edição diária. Já n'OESP, enquanto os redatores estavam bastante envolvidos com as questões nacionais e a maior parte de seus editoriais foi dedicada a criticar o governo do marechal Hermes, os assuntos internacionais tenderam a ser analisados pelos colaboradores do diário. A grande maioria dos artigos sobre a Revolução Mexicana publicados pelo jornal paulista foi escrita por seus colaboradores – dentre os quais figurava Manoel de Oliveira Lima –, sendo que a maioria deles escrevia da Europa e reportava, quase sempre, à imprensa inglesa. O fato das análises sobre o México não serem, em geral, escritas pelos próprios editores d'OESP não significa, como veremos, que o jornal lhe atribuísse pouca importância ou que não veiculasse opinião a respeito. Como nos lembra Hector Borrat, a opinião do periódico não se expressa apenas nos editoriais, é muitas vezes sugerida pela própria “distribuição das vozes”; um intelectual, por exemplo, “pode alcançar efeitos de persuasão mais fortes”, devido ao seu reconhecimento perante a sociedade, por “convocar [a audiência] através de sua própria assinatura, seja qual for o tema.”³ Algo que chama a atenção nos artigos sobre a Revolução Mexicana publicados por OESP é o fato de que, embora desenvolvidas por colaboradores distintos, as análises, opiniões e tomadas de posição em relação aos eventos mexicanos apresentaram uma grande sincronia.

Num primeiro momento, quando os jornais se restringiram à reprodução de pequenas notas, a atuação dos editores delineou-se através da seleção do que publicar, dentre os inúmeros telegramas recebidos a respeito da situação política no México. Por sua vez, as notas que os diversos jornais recebiam eram basicamente as mesmas, dada a configuração homogeneizante da rede mundial da informação. Nesse sentido, o início do movimento revolucionário apresenta-se como um momento particularmente interessante para analisar as estratégias de seleção operadas pelos diários. Apresentamos sucintamente os principais episódios que marcaram o início da Revolução Mexicana e, em seguida, sua repercussão nos jornais analisados.

Embora diversos focos de oposição à ditadura porfirista viessem sendo gestados em várias partes do México desde a virada do século, a articulação de um movimento oposicionista foi ganhando contornos mais claros a partir de 1908. Em meio ao acirramento da oposição a seu governo, Porfirio Díaz, então com 78 anos, afirmou, numa entrevista a um jornalista estadunidense, que pretendia abandonar a presidência quando se extinguisse o mandato, em 1910, dada sua avançada idade.

3 BORRAT, Héctor. *Op. cit.*, p. 135.

Nessa ocasião, Francisco Madero, membro de uma das famílias mais tradicionais do estado de Coahuila, decidiu enfrentar Porfirio Díaz nas eleições de 1910.⁴

O “apóstolo da democracia”, como Madero ficou conhecido, encontrou na aparente greta aberta pelo regime a possibilidade de restaurar a legalidade no país, através de um governo eleito democraticamente. Mas Díaz logo voltou atrás e resolveu “concorrer” às eleições de julho de 1910. O ditador, mais uma vez, “venceu” as eleições e Madero foi preso, acusado de incitar a desordem. Ainda sob liberdade condicional, Madero foi para o Texas, de onde passou a liderar uma insurreição nacional para derrubar a ditadura porfirista através das armas. O líder opositor publicou seu *Plan de San Luis Potosí*, no qual declarou nulas as eleições, desconheceu as autoridades porfiristas e conclamou a população a uma insurreição nacional, a ser iniciada em 20 de novembro de 1910.⁵

O *Plan de San Luis* conseguiu reunir em torno da figura de Madero as mais diversas aspirações e demandas. Além de membros das próprias elites, insatisfeitos com a centralização política do porfiriato, a insurreição maderista foi apoiada pelos camponeses, tendo em vista o Artigo 3º do Plano, que previa a restituição das terras usurpadas às comunidades camponesas durante a ditadura de Díaz.⁶

A questão agrária era a problemática social mais candente no cenário mexicano. Apesar do processo modernizador do período ter implicado no aumento de um incipiente proletariado urbano – concentrado nos centros mineiros do norte; na capital, que reunia a maior parte das manufaturas e da indústria nascente; e no estado de Vera Cruz, caracterizado pela atividade portuária –, por volta de 1910, os operários não representavam mais do que 16% da força de trabalho nacional e o México continuava sendo um país agrário, sendo que cerca de 80% da população vivia nas zonas rurais e estava ocupada em atividades agropecuárias.⁷

O problema agrário mexicano apresentava facetas distintas nas diferentes

4 O período compreendido entre 1900 e o início da rebelião maderista, em 1910, é identificado por alguns autores como etapa precursora da Revolução Mexicana. Durante esse período, além de revoltas camponesas em várias regiões do país, destacou-se o surgimento de uma mobilização liberal, através da formação dos Clubes Liberais, iniciados em 1900, em San Luis Potosí. Em 1905, a ala mais radical do movimento, liderada por Ricardo Flores Magón, fundou o Partido Liberal Mexicano (PLM), de tendência anarquista, o qual apoiou diversos levantes armados e movimentos grevistas no norte do país, onde se destacava a atividade mineradora capitaneada pelas grandes companhias estadunidenses sobretudo em regiões próximas à fronteira. Consultar a respeito: COCKCROFT, James. *Precursores intelectuales de la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1971; CABRAL, João Batista P. *O Partido Liberal Mexicano e a greve de Cananea*. Brasília: UnB, 1981; KNIGHT, Alan. *Op. cit.*; TUTINO, John. *De la insurrección a la revolución en México. Las bases sociales de la violencia agraria, 1750-1940*. México: Era, 1990.

5 BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *20 de novembro de 1910: a Revolução Mexicana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

6 *Plan de San Luis Potosí*, Apêndice de CORDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. México: Era, 1977, p. 428-34.

7 As cifras são apontadas, respectivamente, por RUIZ, Ramón Eduardo. *La revolución mexicana y el movimiento obrero, 1911-1923*. México: Era, 1978, p. 15 e GUERRA, François-Xavier. *Op. cit.*, p. 358. Os operários mexicanos, apesar de terem realizado importantes greves ainda durante o porfiriato, só vieram a se organizar em sindicatos após o início da Revolução, valendo-se da nova conjuntura política. (CARR, Barry. *El movimiento obrero y la política en México, 1910-1929*. México: Era, 1981, p. 45).

regiões do país. Na região centro-sul, onde predominavam as comunidades indígenas, os *pueblos*, suas terras comunais vinham sendo drasticamente afetadas pela expansão dos latifúndios e pela ação dos especuladores, sobretudo durante as últimas décadas do porfiriato.⁸ Já no norte, a mineração atraía trabalhadores de diferentes partes do país para a região historicamente menos povoada do México, sendo que muitos eram antigos camponeses que haviam perdido suas terras com a especulação fundiária e, quando não conseguiam emprego no setor minerador, acabavam trabalhando como *peones* nos latifúndios nortistas. Como na região predominavam os latifúndios, principalmente as *haciendas* de criação de gado, que não demandavam muita mão-de-obra, os trabalhadores rurais, para garantir a subsistência, frequentemente precisavam submeter-se a situações de superexploração.⁹ Parte dos trabalhadores migrantes, sem conseguir qualquer tipo de trabalho e sem vínculos na região, acabava numa situação de extrema instabilidade que culminava, muitas vezes, no banditismo social.

Assim, no caso dos camponeses “sulistas” que se lançaram na luta revolucionária, os laços comunitários encontravam-se bastante fortes e os *pueblos* foram a realidade social pela qual lutaram; já os “nortistas” – que representavam uma população camponesa instável, em geral migrante e que nunca havia tido acesso à terra – se insurgiram basicamente pela divisão dos imensos latifúndios do norte mexicano. Os exércitos camponeses liderados por Pancho Villa, em Chihuahua, e Emiliano Zapata, em Morelos, representaram – em sua composição, articulação e propostas – as marcantes diferenças regionais em relação à questão da terra.¹⁰

Com apoio de diversos grupos camponeses, vários levantes maderistas iniciados no norte em 20 de novembro de 1910 estenderam-se por todo o país. A insurreição maderista triunfou em maio de 1911, quando foram assinados um acordo de paz e a renúncia de Porfirio Díaz, que embarcou para a Europa. Madero, aclamado pela população, entrou na Cidade do México em junho e foi eleito presidente em outubro do mesmo ano.¹¹

8 A existência dos *pueblos* era um dos pontos de maior tensão na sociedade mexicana, desde que as Leis da Reforma, instituídas pelos liberais em meados do século XIX, desconhecera a propriedade corporativa da terra, o que foi ratificado na Constituição de 1857. Embora tenham se iniciado no período da Reforma, as expropriações de terras das comunidades indígenas ocorreram principalmente durante o porfiriato, sobretudo a partir da Lei dos Baldios, de 1894, que permitia às companhias de agrimensura colonizar áreas desocupadas e ocupar terras cujos habitantes não tivessem documentos de propriedade. (KATZ, Friedrich. Las rebeliones rurales a partir de 1810. In: KATZ, Friedrich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. Tomo 2. México: Era, 1990, p. 188-9.)

9 Exemplo típico desses abusos era o sistema pelo qual os salários eram pagos com vales, que só podiam ser trocados por produtos vendidos nos armazéns dos próprios patrões – conhecidos como *tiendas de raya* – a preços abusivos, situação que levava os *peones* a constantes endividamentos. Essas dívidas prendiam os *peones* às *haciendas* em que trabalhavam e eram, caso não pagas em vida, herdadas pelos descendentes ou outros familiares.

10 Para uma análise sobre os movimentos camponeses mexicanos em suas facetas regionais, consultar: TUTINO, John. *Op. cit.*

11 Sobre a insurreição maderista consultar: CUMBERLAND, Charles. *Madero y la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1984.

Logo após a posse de Madero, ao não verem atendida sua condição de somente entregar as armas mediante a simultânea devolução das terras expropriadas, os zapatistas lançaram seu *Plan de Ayala*, em novembro de 1911. Nele, desconhecera a autoridade de Madero e instituíram a retomada imediata pelos camponeses em armas de todas as terras usurpadas. Com base nesse documento, Zapata seguiu lutando de forma autônoma, à frente de seu Exército Libertador do Sul, até 1919, quando foi assassinado.¹²

Após reunir interesses tão díspares, unidos em prol da derrubada da ditadura, o governo surgido da Revolução encontrou-se duramente pressionado pelas reivindicações, muitas vezes inconciliáveis, de diversos setores sociais. Nessas circunstâncias, Madero cometeu um erro político que seria fatal, quando nomeou como chefe do Exército o general Victoriano Huerta, que tinha sido responsável pelo acirramento do conflito em torno do desarmamento em Morelos.¹³

Huerta planejou um golpe de Estado, que foi levado a cabo em fevereiro de 1913, a partir de uma conspiração dentro do Exército, com levantes na guarnição da capital que libertaram Félix Díaz, sobrinho do antigo ditador. O diplomata estadunidense no México, Henry Lane Wilson, envolveu-se no conflito ao lado dos conspiradores. Nessa ocasião, o governo dos Estados Unidos, afastando-se da inicial postura de neutralidade para com os eventos revolucionários mexicanos, passou a expedir duras notas diplomáticas questionando as perdas sofridas por seus cidadãos no território mexicano desde o início da Revolução e as medidas fiscais do governo de Madero que interferiam nos interesses financeiros das empresas estadunidenses no país vizinho.¹⁴

Após ameaçar Madero com uma intervenção, o embaixador Wilson travou conversas com Huerta e Félix Díaz, na Embaixada estadunidense, garantindo-lhes que Washington apoiaria “qualquer governo capaz de estabelecer a paz e a ordem no lugar do governo do *señor* Madero.”¹⁵ Iniciava-se, assim, um dos episódios mais

12 *Plan de Ayala*, Apêndice de CORDOVA, 1977, p. 435-9.

13 Logo após a queda de Porfirio Díaz, os zapatistas propunham uma desmobilização parcial e gradativa, tendo em vista que os antigos latifundiários da região intensificavam sua base bélica para proteger seus interesses. Trouxe-se uma longa e tensa negociação entre os zapatistas e o presidente eleito mas, enquanto Zapata e Madero buscavam um acordo pacífico, o governo interino, formado por antigos porfiristas, enviou tropas do Exército a Morelos para forçar o desarmamento dos camponeses. Lideradas por Victoriano Huerta, as tropas federais devastaram vários *pueblos*, desencadeando um conflito armado. Para maiores detalhes sobre as longas e difíceis tentativas de negociação empreendidas por Madero para evitar o conflito. (CUMBERLAND, Charles. *Op. cit.*, p. 199 ss.).

14 KATZ, Friedrich. *La guerra secreta en México*. México: Era, 1991, Tomo I, p.117. O envolvimento do embaixador Wilson nos episódios da derrubada de Madero é destacado também por VÁZQUEZ, Josefina Zoraida ; MEYER, Lorenzo. *México frente a Estados Unidos (un ensayo histórico, 1776-1988)*. México: FCE, 1992, p. 126-8.

15 Telegrama enviado, em 16/02/1913, pelo embaixador Wilson ao diplomata alemão no México, Paul Von Hintze, que também apoiou a conspiração contra Madero. *Apud* KATZ, 1991, p. 122. Segundo Katz, que realizou um minucioso estudo a respeito da atuação da diplomacia dos Estados Unidos e das potências europeias em relação à Revolução Mexicana, o apoio alemão se verificou tanto na ocasião do golpe contra Madero quanto durante a ditadura de Huerta devido aos interesses dos bancos do país em recuperar a posição dominante nas finanças mexicanas, que tinham conseguido durante o porfiriato. Sobre o apoio alemão à ditadura huertista, consultar: KATZ, 1991, Capítulo 6.

dramáticos da Revolução Mexicana, a chamada *Decena Trágica*, que culminou nos assassinatos do presidente Madero e de seu vice, Pino Suárez, em 22 de fevereiro de 1913, sob a alegação de que foram mortos ao tentar fugir.

Esses trágicos eventos abriram um longo período de guerra civil – travada tanto entre a ditadura huertista e as forças revolucionárias quanto entre diferentes facções revolucionárias entre si – a qual perpassou toda a década de 1910.

* * *

Os primeiros eventos relacionados ao processo revolucionário mexicano repercutiram quase imediatamente nos jornaissul-americanos analisados. No mesmo dia estabelecido pelo Plano de Madero para o início dos levantes, OESP publicou a primeira nota a respeito, na qual destacava a relevância do movimento de oposição ao governo:

Em vésperas de revolução? – Graves conflitos entre as tropas federais e os insurretos em Puebla – Muitos mortos e feridos – México, 19 (H.)¹⁶

Chegam notícias de Puebla [...] anunciando graves conflitos entre as tropas federais e as forças organizadas dos adversários do general Porfirio Díaz, presidente da república. [...] O sr. Madero, chefe opositorista e ex-candidato à presidência da República, sendo entrevistado por um jornalista, que lhe pediu o seu parecer sobre o movimento insurrecional de Puebla, declarou que tal agitação é o prenúncio seguro de que a revolução não pode mais sequer ser evitada. “É apenas questão de dias, concluiu Madero, mas não há dúvida de que hoje ou amanhã há de rebentar a revolução, porque o povo já está farto de suportar a ditadura do general Díaz”.

Observe-se que o jornal já se refere a “forças organizadas”, sob a liderança de Madero, e aponta a longa ditadura como o motivo de insatisfação do “povo”. Nos meses seguintes, OESP continuou noticiando o movimento e dando destaque para sua abrangência: “é opinião geral que o general Porfirio Díaz e sua política cairão desta vez”.¹⁷

O argentino *La Prensa* deu a mesma tônica aos acontecimentos, publicando notas como: “continua se estendendo o movimento revolucionário no México. As informações recebidas a respeito são contraditórias, mas tudo indica que o atual movimento é de uma importância excepcional. [...] O manifesto de Madero circula

16 As letras que aparecem entre parênteses no início das notas referem-se à sua origem. A letra “H”, como neste caso, corresponde à agência francesa Havas que, junto com a estadunidense Associated Press – representada pela letra “P” – apareceu como fonte da grande maioria das notícias sobre o México publicadas tanto pelos diários argentinos quanto pelos brasileiros. Entretanto, nem sempre os diários explicitavam a origem das notícias. A brasileira Agência Americana, fundada por Cásper Líbero, em 1912, não foi mencionada nos diários estudados como fonte de informações sobre o México. No âmbito continental, a Argentina e o Chile apareceram como os principais focos das notícias distribuídas pela agência brasileira.

17 OESP, *Telegramas do Exterior*, 20/11/1910, 1ª pág.; 21/04/1911 e 26/04/1911, p. 2. (A grafia de toda a documentação foi atualizada, visando facilitar a leitura.)

com grande profusão [...].”¹⁸

La Nación, por sua vez, dava destaque, poucos dias após o início dos levantes no México, a um pronunciamento do ministro mexicano da Guerra, no qual ressaltava o controle da situação por parte das autoridades do país, afirmando que “a tranquilidade renasce em todas as localidades sublevadas e que a autoridade do governo ficou restabelecida em toda a república”.¹⁹

Assim como *La Nación*, os brasileiros *Gazeta de Notícias* e *Minas Gerais* tenderam a minimizar o alcance do movimento revolucionário desde as primeiras notas que publicaram a respeito. Nos diários carioca e mineiro, entretanto, essa disposição se revestiu de uma estratégia de abordagem mais elaborada.

Numa das primeiras notas sobre o movimento mexicano, intitulada “Agitação no México”, o *Minas Gerais* citou rapidamente os conflitos entre tropas federais e revoltosos em El Paso del Norte e Zacatecas e deteve-se em contar a história de cada uma das cidades, ressaltando a exuberância dos monumentos, igrejas e conventos de Zacatecas. Certamente essas informações ajudavam a situar os leitores, que deviam ter poucas referências sobre o México, mas não há dúvida de que a ênfase nos aspectos históricos e turísticos das cidades mexicanas desviava a atenção dos leitores dos conflitos que se desenrolavam ali. O que mais chama a atenção, no entanto, é que o jornal mineiro não informa que esses comentários foram reproduzidos da *Gazeta de Notícias*, que havia publicado exatamente a mesma matéria dois dias antes, sob a forma de uma “Nota da Redação”, incluída logo após a reprodução do telegrama que informava sobre os conflitos mexicanos.²⁰

O mesmo ocorreu, alguns meses depois, com um comentário sobre a suposta concessão do princípio de não-reeleição pelo ditador mexicano. O *Minas*, novamente sem informar aos seus leitores, reproduziu outra Nota da Redação da *Gazeta*, afirmando que, dada a decisão de Díaz, o movimento revolucionário deveria terminar em pouco tempo. E acrescentou: “como se sabe, mais pelas complicações exteriores do que pelo poder mesmo dos revolucionários, a revolução no México ia abrindo um abismo insondável para a grande República espanhola da Norte-América.”²¹

Fica claro que, mesmo com a iminência da queda da ditadura, os jornais carioca e mineiro continuaram minimizando a importância do movimento revolucionário. Em ambos essa disposição não se esgotou no início da Revolução, ao contrário, revelou-se como uma tendência contínua, não só de minimizar o alcance dos acontecimentos revolucionários, mas, sobretudo, de defender a ordem estabelecida. Entretanto, o mesmo posicionamento foi expresso em cada um diários por meio

18 *La Prensa, Boletín Telegráfico*, 24/11/1910, p. 11.

19 *La Nación, Telegramas*, 25/11/1910, p. 7

20 *Gazeta de Notícias*, Nota da Redação, *Boletim Telegráfico*, 22/11/1910, p. 4; *Minas Gerais*, Agitação no México, 24/11/1910, p. 6.

21 *Minas Gerais, Diversas*, 05/04/1911, p. 6.

de distintas estratégias discursivas, que apontam para os distintos lugares sociais desses jornais.

No caso da *Gazeta de Notícias*, diário carregado de um auto-discurso “popular”, a defesa incontestada da ordem vigente, sobretudo ao se tratar de um governo autoritário, precisou se revestir de estratégias mais elaboradas. Já no *Minas Gerais*, um jornal oficial e explicitamente comprometido com a manutenção do *status quo*, a estratégia de desqualificação do sentido político dos eventos mexicanos pôde assumir formas extremas, chegando à banalização. Em suas páginas, a luta revolucionária do México foi transformada numa anedota, como na crônica “A revolução no México”, que vale a pena reproduzir:

A revolução no México tem dado ensejo às damas americanas para oferecerem às pessoas de suas relações um chá original – *the battle tea*. Assim que se anuncia um encontro entre as tropas revolucionárias e as governistas, as senhoras que têm a suprema ventura de residir nas vizinhanças do lugar em que a batalha se deve ferir, expedem incontinentemente convites às amigas para tomarem um modesto *battle tea*. Preparam-se, para esse fim, mesinhas nos terraços ou nos caramanchões e os convidados, aos quais são oferecidos magníficos binóculos, enquanto comem bolos e bebem chá, vão acompanhando, tranquila e confortavelmente, todas as peripécias da luta... [...] É fácil imaginar a satisfação da dona da casa e a raiva... das suas melhores amigas.²²

Na Argentina, também *La Nación* seguiu minimizando o alcance do movimento revolucionário mexicano, apesar da iminente queda da ditadura. Ao receber notícias a respeito da renúncia de Díaz, o diário portenho acrescentou o seguinte comentário às notas recebidas:

pode ser que não seja tão delicada a situação do governo, que ainda conta com o exército, nem tão brilhante a dos revolucionários, os quais, por sua vez, têm interesses em dar informações alarmantes [...] apesar das notícias alarmantes que chegam dos Estados Unidos, parece certo que a revolução não conseguiu se impor em nenhum centro de importância [...].²³

Para além de sua defesa do porfirismo, o comentário de *La Nación* demonstra as desconfianças em relação às notas de origem estadunidense. Todos os diários analisados mostraram-se conscientes das possibilidades de manipulação de informações a respeito da situação mexicana por parte da imprensa dos Estados Unidos, tendo em vista a defesa dos investimentos financeiros daquele país no México. Assim, em diversos momentos, questionaram as informações de origem estadunidense.

La Nación, em seu explícito antiamericanismo, manifestou abertamente a questão, enquanto os outros jornais argentinos o fizeram de forma mais tênue, aludindo a “informações contraditórias” ou “falta de notícias concretas”.²⁴ Entre os brasileiros, apenas o oficial *Minas Gerais*, sempre inclinado a minimizar os conflitos,

22 Idem, A Revolução no México, 16/04/1911, p. 6.

23 *La Nación*, 08/05/1911, p. 9.

24 *La Prensa, Boletín Telegráfico*, 24/11/1910, p. 11 e *La Razón, Telegramas*, 21/04/1911, 1ª pág., 3ª ed.

não fez menção à problemática. Tanto o antiestadunidense OESP quanto o pró-americanista *Gazeta de Notícias*, lançaram mão de notas de diários europeus para criticar a atuação da imprensa estadunidense. Ambos reproduziram, por exemplo, a seguinte nota de origem inglesa: “O *Daily Mail* publica telegrama importante sobre a situação atual do México. A colônia norte-americana estabelecida no México publicou um protesto contra as notícias exageradas que os jornais dos Estados Unidos espalharam sobre a situação mexicana.”²⁵

A reprodução da mesma nota por jornais distintos permite, por um lado, constatar a tendência homogeneizadora das informações que circulavam por meio da rede mundial. Mas a diversidade das notícias publicadas pelos jornais a respeito dos eventos mexicanos, desde o início, quando praticamente se limitaram à reprodução de telegramas recebidos, também demonstra que, mesmo dentro do limite das notas recebidas das agências, era possível optar por diferentes abordagens sobre o assunto. E os jornais o fizeram, concertando estratégias de seleção que permitiam adequar as informações recebidas a seus próprios posicionamentos político-ideológicos. O fato das notas distribuídas pelas agências serem, em grande medida, homogêneas, torna ainda mais evidentes tais estratégias.

Na leitura das primeiras notícias publicadas pelos jornais sobre o México revolucionário, salta aos olhos o fato de que os diários de tendência mais conservadora deram destaque para os pronunciamentos oficiais do governo mexicano e ressaltaram a superioridade das forças oficiais, procurando minimizar a importância do movimento revolucionário, enquanto os de postura política mais crítica tenderam a dar ênfase às causas e às proporções tomadas pelo movimento maderista. Entretanto, os posicionamentos que os diários assumiram em relação aos eventos que se desenrolavam no México não se resumiram a uma relação simplista. Suas percepções da situação mexicana apresentaram nuances e meandros bem mais intrincados, que se multiplicaram com o desenrolar do complexo movimento revolucionário no país do norte.

Dos diários de tendência reformista, apenas *La Razón* se posicionou desde o início firme e definitivamente contra o governo e a personalidade do ditador mexicano, a quem qualificou de “um novo Ramsés”. O vespertino portenho celebrou a luta revolucionária no México afirmando: “o povo mexicano, habituado já a uma longa e perniciosa dominação militar, tão absoluta quanto mansa, tinha finalmente que sacudir a pesada servidão que lhe impunha o chefe dessa ditadura, general Díaz.”²⁶

La Prensa e OESP, no início, apresentaram leituras ambíguas sobre Porfirio Díaz e seu governo, procurando encontrar um meio termo entre sua política autoritária e o progresso material alcançado em seus sucessivos mandatos. O maior diário

25 *Gazeta de Notícias, Boletim Telegráfico*, 16/05/1911, p. 4 e OESP, *Telegramas do Exterior*, p. 2.

26 *La Razón*, El general Porfirio Díaz, un nuevo Ramsés II, 02/12/1910, p. 4, 4ª ed. e *Revolución Mexicana: Porfirio Díaz en peligro*, 04/05/1911, 1ª pág., 4ª ed.

argentino declarou explicitamente sua dificuldade em avaliar a questão. Referiu-se a Díaz como “mandatário, que durante trinta anos governou o México, fazendo irrisórias as práticas republicanas”, entretanto, destacou, “é muito difícil julgá-lo com critério desapassionado, mas não se pode deixar de reconhecer que realizou grandes e positivos progressos em sua pátria.”²⁷

Por sua vez, os editores do jornal paulista, na primeira matéria que publicaram sobre o movimento mexicano, afirmaram: “pode-se achar tirânico e ferrenho o seu longo domínio no México – e muitos já o têm achado – mas [...] o México, incontestavelmente desenvolveu, desenvolveu-se [*sic*] e progrediu sob o seu governo.”²⁸

A ambiguidade desses discursos revela claramente as dificuldades encontradas por grupos das elites latino-americanas ao tentar equacionar a defesa de valores políticos liberais com as cristalizadas concepções positivistas, baseadas na dogmática cientificista de uma evolução no sentido do progresso material, amparada pela ordem social, que ainda se constituíam numa “linguagem de época” no alvorecer do século XX.

Em *La Nación* e no *Minas Gerais*, por sua vez, encontramos uma defesa sem reticências do porfirismo e de seus métodos. Tal perspectiva, inclusive, levou ambos os diários a veicularem uma imagem pitoresca do ditador mexicano, o que, em grande medida, permitia ofuscar a relevância tomada pelo movimento revolucionário. Quando Porfirio Díaz ainda resistia à oposição generalizada contra seu governo, *La Nación*, num tom bastante sentimental, acrescentou o seguinte comentário às notas publicadas: “O general Díaz decidiu morrer no serviço da nação e nem sua filha Carmencita, a quem adora, consegue fazê-lo mudar de opinião.”²⁹

Já o *Minas Gerais*, transformou a renúncia do ditador mexicano num gesto generoso, reproduzindo parte de uma suposta entrevista concedida pelo então ex-ditador a um jornalista francês, a bordo do navio rumo à Europa. Falando sobre sua “voluntária abdicação”, Díaz teria afirmado: “eu não queria que se derramasse inutilmente o sangue de meus patrícios. O meu lema era: nada de guerra civil”. O ex-mandatário mexicano teria, ainda, justificado sua atitude dizendo que o conflito poderia implicar no “abalo do crédito” mexicano e ressaltado que “o exército legal não sofreu nenhuma derrota”. Ao final da entrevista, questionado se teria vontade de voltar um dia ao seu país, teria declarado dramaticamente: “deixei o México sem pensar em voltar ali. Mas se, um dia, houver uma complicação internacional [...] então nada e ninguém serão capazes de reter-me a finalizar a minha vida como a iniciei como moço: com as armas na mão...”³⁰ Temos, assim, a figura heróica de

27 *La Prensa*, La situación mexicana, 19/05/1911, p. 11.

28 OESP, A insurreição mexicana, 25/11/1910, p. 6.

29 *La Nación*, Telegramas, 08/05/1911, p. 7.

30 *Minas Gerais*, O presidente Porfirio Díaz, uma entrevista, 21/07/1911, p. 6.

Porfirio Díaz veiculada pelo jornal mineiro.

Em que pesem as diferentes perspectivas adotadas, até a primeira vitória da Revolução Mexicana, com a derrubada da ditadura porfirista, o interesse dos jornais pelos acontecimentos mexicanos não excedeu, como já afirmamos, a reprodução de notas telegráficas recebidas das agências internacionais de notícias. Essas notas – factuais, fragmentadas e por vezes contraditórias – foram consideradas, via de regra, apenas como rumores de que havia alguma movimentação contra a ditadura porfirista. Não parecia razoável considerar, tão rapidamente, que o exemplo mais bem acabado da ordem social de inspiração positivista no continente pudesse ser destruído pela força das armas e com intensa participação popular.

Mas a violenta derrubada da ditadura no México trouxe à tona, irresistivelmente, essas contradições e, desde então, a situação daquele país tornou-se alvo de apreciações mais detidas e consistentes por parte dos diários analisados. Essa mudança de perspectiva demarcou uma transformação na própria escrita dos jornais a respeito da Revolução no México.

No início, os discursos dos diários constituíram-se basicamente na publicação de notícias e apontavam no sentido mais estrito da informação, na qual o acontecimento tem primazia. A notícia, produzida sob a forma do fato, implica necessariamente num ato de descontextualização, já que representa apenas um fragmento, uma parte posta em destaque de um todo maior. Ora, isso não se faz de maneira aleatória, trata-se de um processo de seleção, que é determinado pelos interesses daqueles que o desenvolvem. No caso das notícias sobre o México divulgadas pelos diários analisados, tratou-se de um duplo processo de seleção, sendo que os diários recebiam das agências as informações por elas selecionadas e, então, cada um passava a operar suas próprias estratégias para definir o que colocar ou não em visibilidade no cenário público. Delineava-se, assim, o que Maurice Mouillaud define enquanto “caráter imperativo da informação”, posto que não se trata simplesmente do que é possível mostrar, mas, sobretudo, “do que está marcado para ser percebido”.³¹

Como demonstramos, desde o primeiro momento os diferentes posicionamentos político-ideológico dos diários implicaram numa multiplicidade de abordagens sobre os mesmos acontecimentos, realizadas, em grande medida, a partir das mesmas fontes. Mas, num segundo momento, quando, além das notícias, a Revolução no México passou a ser tema de artigos e editoriais, uma nova dimensão tornou-se primordial nos discursos dos jornais, a da análise. Embora as notas das agências não tenham sido abandonadas, passaram, a partir de então, a configurar apenas uma parte de seus discursos sobre o México. A informação, o fato, tornou-se uma espécie pano de fundo, pois os artigos passaram a ganhar destaque e a funcionar

31 MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. *Op. cit.*, p. 38.

como um “contextualizador”, na medida em que analisavam, explicavam – cada um à sua maneira – a conjuntura na qual transcorriam os eventos.

As construções discursivas dos diários a respeito do México passaram, assim, a revelar a “dupla escrita” que constitui o discurso da imprensa, construído a partir de dois eixos, que apontam para duas dimensões distintas: a do fato, que traz o sentido da sucessão e implica numa leitura linear; a do artigo, que representa uma reflexão mais detida, que tende a “mergulhar na profundidade da página”. Dessa forma, seus discursos estiveram caracterizados pela tensão, ou “dupla compatibilidade de tempo”, que marca o discurso jornalístico.³²

Enquanto, inicialmente, no plano meramente informativo das notícias, prevaleceu o distanciamento entre os eventos mexicanos e as realidades locais nas quais foram noticiados, no campo das análises essa tendência se inverteu.

2.2. “México lá e aqui”

Esse foi o título dado por *La Prensa* a um dos vários editoriais que dedicou à Revolução Mexicana e expressa claramente o sentido de articulação entre os eventos mexicanos e os contextos nacionais nos quais foram analisados. Apesar de nem sempre ocorrerem de maneira explícita, essas articulações se constituíram no traço predominante das considerações desenvolvidas sobre o México nas matérias, editoriais e artigos que os diários estudados lhe dedicaram.

Em *La Prensa* e OESP, a intensificação do processo revolucionário, com os episódios da renúncia de Díaz e ascensão de Madero, levou a um posicionamento mais contundente em relação aos eventos mexicanos. O ex-ditador, que no início mereceu considerações ambíguas por parte desses diários, foi ganhando traços cada vez mais negativos e ambos se inclinaram mais fortemente à defesa dos princípios constitucionais.

Quando da queda da ditadura no México, o diário portenho fez um histórico da atuação política do ex-ditador que, nas palavras do jornal, “submeteu seus adversários com o poder das baionetas” e, “para fazer esquecer sua imposição, Porfirio Díaz começou a desenvolver a riqueza pública”. Assim, na conclusão do maior diário argentino: “a renúncia do presidente do México significou um grande triunfo da democracia.”³³ Embora ainda não aparecesse explicitamente relacionado ao contexto argentino, o discurso de *La Prensa* sobre o México já trazia um elemento fundamental da articulação que o jornal estabeleceu entre os dois países para fundamentar sua crítica ao “materialismo”, compreendido como progresso material

32 MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D.. *Op. cit.*, 78. O autor identifica no sistema de títulos das reportagens nos jornais modernos o aspecto da atualidade, que aponta no sentido da sucessão de fatos, acontecimentos. O mesmo aspecto pode ser atribuído às notas telegráficas reproduzidas pelos diários da época que analisamos.

33 *La Prensa*, La situación mexicana: el general Porfirio Díaz y su renuncia, 19/05/1911, p. 4.

alcançado à custa do autoritarismo político.

O “progresso” argentino se destacava no contexto latino-americano pela intensidade que processo modernizador atingiu no país. A economia argentina desenvolveu-se de forma tão expressiva que seu ritmo de crescimento chegou a superar o das potências europeias e dos Estados Unidos, que era o grande exemplo de prosperidade da época, alcançando uma marcha anual de 6% entre 1875 e 1913. Embora o expressivo crescimento da economia argentina estivesse baseado na agroexportação, sobretudo de carnes e cereais, os outros setores econômicos também tiveram um desenvolvimento bastante significativo, sendo que, por volta de 1910, o peso do setor primário não representava mais de 30% da economia nacional, enquanto o industrial já alcançava cerca de 20%. Ao contrário do que ocorria na maior parte do subcontinente, a Argentina já se tornava majoritariamente urbana, concentrando nas grandes cidades a maior parte dos milhões de imigrantes europeus que entraram no país no período.³⁴

Por sua vez, o México porfirista também apresentava expressivos índices econômicos. Além da chegada da energia elétrica e dos milhares de quilômetros de ferrovias e linhas telefônicas que passaram a cortar o país, como ícones da “modernidade” e do “progresso”, as seguintes cifras nos permitem aquilatar o chamado “progresso porfiriano”: a taxa média de crescimento econômico anual foi de 2,7%, entre 1877 e 1911; a renda nacional dobrou entre 1896 e 1906; a renda *per capita* atingiu taxa média de crescimento anual de 5,1%, entre 1893 e 1907; as exportações cresceram seis vezes, no mesmo período.³⁵

Assim, *La Prensa* realçou o descompasso existente entre o dinamismo econômico alcançado pelo México sob o porfiriato, cuja marca política era o autoritarismo, da mesma maneira que vinha embasando sua crítica à situação Argentina. O jornal questionava reiteradamente o alcance do progresso material de seu país pelo fato de estar ancorado num atraso político, sintetizado na política conservadora e corrupta do Partido Autonomista Nacional (PAN), que governou o país de 1880 a 1916, período conhecido na história do país como “unicato”, pelo

34 Embora a entrada massiva de imigrantes europeus tenha sido uma pauta comum a boa parte do subcontinente no período, o impacto do aluvião migratório foi particularmente intenso na região platina, que contava, historicamente, com uma menor densidade demográfica. Entre 1879 e 1914, entraram cerca de 8 milhões de imigrantes na Argentina, dos quais cerca da metade permaneceu no país. Essa situação respondia, em grande medida, ao desafio de povoar o amplo território nacional e, também, estava estreitamente ligada ao desenvolvimento econômico do país. Diversamente do que ocorria na maior parte do subcontinente latino-americano, a Argentina tornou-se majoritariamente urbana, com as cidades concentrando cerca de 53% da população, por volta de 1914. O quadro social argentino se completava, ainda, com um aumento significativo das classes médias e da mobilidade social, num país cuja economia crescia rapidamente e possuía um dinamismo interno expressivo. Todas essas mudanças dotaram a Argentina, e muito particularmente Buenos Aires, de uma fisionomia fortemente cosmopolita. (Os dados estatísticos são apontados por ROCCHI, Fernando. *El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período 188-1916*; e LIERNUR, Jorge Francisco. *La construcción de país urbano*. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, Tomo 5, p. 35, 46 e 50; 470-71 e 411, respectivamente.

35 Dados retirados de AGUILAR CAMÍN; Héctor; MEYER, Lorenzo. *Op. cit.*, p. 15.

domínio político de um único partido.³⁶

No contexto brasileiro, OESP articulou explicitamente a situação mexicana à nacional já no primeiro artigo dedicado à Revolução Mexicana, quando da derrubada da ditadura porfirista, o qual serviu para criticar indiretamente a política brasileira. A seguinte passagem explicita bem o tom da crítica veiculada pelo jornal paulista, que apareceu, quase sempre, sob a pena de seus colaboradores:

Diz-se que a capital da república está cheia de delegados dos estados da União – o México também é uma “união” – que agora se lembram de que existe uma bela coisa que se chama liberdade eleitoral e vêm reivindicar seu direito de elegerem seus governadores. Porque até aqui os seus governadores, que constitucionalmente se viam eleitos, eram de fato nomeados pelo onipotente presidente. Todo esse complicado aparelho de congressos estaduais, expressão da representação política, põe-se de novo em movimento para mostrar que estão enferrujadas suas molas e que as franquias adormecem, mas não morrem. [...] A ditadura encaminha-se novamente para a anarquia.³⁷

No trecho citado, Oliveira Lima articula a máquina política do porfirismo à situação das eleições e da política no Brasil, numa crítica quase explícita à “política dos governadores”, e chega a chamar o ditador mexicano de “marechal Díaz”, numa clara alusão ao então presidente brasileiro, marechal Hermes da Fonseca.

Essa interpretação sintetizava uma ideia que foi sustentada pelo diário, através de seus editores e colaboradores, ao longo de todo o período estudado. OESP argumentou e reiterou inúmeras vezes a noção de que uma política autoritária levaria fatalmente à anarquia, por impedir o exercício efetivo da liberdade política, mascarando-se sob falsas eleições “constitucionais”. O artigo citado terminava com a seguinte afirmação: “Díaz foi por 34 anos o chefe da família mexicana, e como tal exerceu discricionariamente os seus poderes, [mas] o pai fez-se avô.”³⁸ Assim, numa analogia entre sua idade e seus métodos políticos, o “marechal Díaz” aparece nas páginas de OESP como um homem “do século XIX”, cujos métodos políticos autoritários haviam se tornado ultrapassados.

La Nación e Minas Gerais, por seu turno, continuaram manifestando sua oposição ao movimento revolucionário no México após a queda da ditadura. Quando da eleição de Madero, o jornal argentino apresentou o novo presidente mexicano da seguinte maneira:

O senhor Madero é jovem – não tem ainda quarenta anos – e sua atuação na política de seu país é recente. Pertence a uma das mais ricas famílias do estado de Coahuila [...]. No decorrer da campanha eleitoral, o senhor Madero foi preso. Posto em liberdade sob fiança, mudou-se para os Estados Unidos e desde lá dedicou-se por inteiro a preparar a revolução. [...] É de se esperar que a exaltação do senhor Madero à primeira magistratura de seu país feche definitivamente o período de agitação criado pela queda do general Díaz.³⁹

36 Sobre os meandros do sistema político argentino nesse período, consultar: BOTANA, Natalio. *Op. cit.*

37 OLIVEIRA LIMA, Manoel de. A situação no México. *Coisas Estrangeiras*, OESP, 27/05/1911, p. 3.

38 Ibidem.

39 *La Nación*, La paz en México: la renuncia del presidente Díaz, 18/05/1911, p. 11 e La presidencia de México:

La Nación construía, assim, uma imagem imatura de Madero, vinculando sua juventude a traços de inexperiência política e, ainda, procurava relacioná-lo aos Estados Unidos, país cuja ingerência sobre os assuntos políticos latino-americanos era amplamente criticada pelo diário. A argumentação desenvolvida pelo diário não permitia relacionar a “mudança” de Madero para o país vizinho com a perseguição política que sofria e levava à dedução de que sua vitória sobre o porfirismo teria sido patrocinada pela potência do norte. Assim, o jornal operava a desqualificação do “jovem” presidente mexicano, de acordo com suas percepções e interesses políticos. Presumivelmente, na argumentação veiculada por *La Nación*, a queda do ditador mexicano é que teria “criado” a “agitação”.

O *Minas Gerais* não apenas reforçou seu posicionamento contrário ao movimento revolucionário mexicano, como voltou a empregar a mesma estratégia de “teatralização”, visando esvaziar os eventos mexicanos de seu sentido político. Como a entrada triunfal de Madero na capital mexicana, após a renúncia de Díaz, coincidiu com um tremor de terras na cidade, o jornal mineiro, como primeiro assunto de seu noticiário e com o título “Terremoto no México” em letras chamativas, reproduziu a seguinte notícia:

As mulheres ajoelhadas, rezavam, em meio das ruínas de seus ranchos e barracos. Um homem exclamou: ‘Isto é já vingança do céu, por haveremos expulsado Porfirio Díaz!’ E logo, de milhares de bocas, saiu a mesma justificação da catástrofe. [...] As lindas casas dos norte-americanos e estrangeiros residentes nos subúrbios sofreram mais que as casolas da população local.

Na página seguinte, sobre a chegada de Madero à capital, uma pequena nota dizia apenas: “Entrou na Cidade do México o chefe revolucionário Francisco Madero, que foi freneticamente aclamado pela população.”⁴⁰ Assim, a entrada de Madero na capital não ganhou notoriedade no jornal mineiro, aparecendo quase que escondida em meio a pequenas notas sobre diversos países, completamente desarticulada da outra notícia, em destaque, sobre o México. O terremoto, acontecimento de origem natural, apareceu nas páginas do diário oficial explicado por circunstâncias políticas e de maneira teatral, atribuindo-se uma conotação negativa e dramatizada à derrubada da ditadura no México.

Já *La Razón*, que desde o primeiro momento vinha apoiando o movimento revolucionário no México, festejou a derrubada de Porfirio Díaz e, nesse contexto, publicou seu primeiro editorial a respeito da Revolução Mexicana, que defendeu nos seguintes termos:

Tinha que acontecer; o povo mexicano, habituado já a uma longa e perniciosa dominação militar, tinha finalmente que sacudir a situação servil que lhe impunha o chefe dessa ditadura. A vida cívica não existe há trinta anos, pode-se dizer, no México. [...] Mas essas grandes servidões têm que engendrar os protestos mais

Don Francisco Madero, 03/10/1911, p. 10.

40 *Minas Gerais*, Terremoto no México, 10/06/1911, p. 6; *Notas do Exterior*, p. 7.

generalizados e bravios; é o que ocorre no México. [...] Em todo o país surge já varonil e robusta a palavra guerra e o anseio da restauração democrática estalou. [...] Pode-se dizer que assistimos ao início de uma decomposição que já se fazia necessária para acabar com o estigma que aquele governo e aquele sistema representam para a democracia hispano-americana ante o conceito universal.⁴¹

Embora essas palavras não tenham sido explicitamente relacionadas à situação política nacional, não é difícil imaginar a implicação que poderia ter a defesa explícita da via armada para se efetivar a “restauração democrática” num contexto político, como o argentino, polarizado e exacerbado em torno da “questão democrática”. Nesse momento, a proposta de reforma eleitoral – que veio a ser aprovada em 1912 – ainda não havia sido sancionada e a UCR empunhava a bandeira da necessidade de uma “revolução” armada para estabelecer uma ordem democrática no país. Com base nessa ideia os “radicais” – como eram chamados os políticos ligados à UCR – tinham levado a cabo uma série de levantes armados contra o regime do PAN – em 1893, 1895 e 1905 –, embora sua estratégia opositora também tenha incluído a luta partidária e a oposição parlamentar, utilizando-se das poucas cadeiras conquistadas pelo partido. Nesse sentido, embora a UCR estivesse inserida num contexto mais amplo de oposição, que incluía, também, o Partido Socialista, fundado em 1896, a retórica legitimadora da “revolução” e o uso da ação armada foram seu traço distintivo.⁴²

Como destaca Paula Alonso, em trabalho sobre o discurso e a atuação política da UCR em seus primeiros anos, a noção de “revolução” que os líderes do partido concebiam era a “tradicional”, aquela ligada a um movimento cíclico, que significava simplesmente a “restauração” da ordem anterior, correspondendo à retomada dos princípios constitucionais. Os radicais se identificavam ao modelo revolucionário inglês e refutavam o modelo francês, pois o que propunham era uma mudança restrita à instância política, afastando-se de qualquer questionamento à situação social que a “ordem conservadora” comportava. Como é ressaltado pela autora, “os representantes da UCR no Congresso não demonstraram preocupação alguma pela ‘questão social’”.⁴³

O grande tema do debate argentino no período era a questão da democracia e essa se tornou um elemento fundamental nas análises dos diários portenhos sobre o México. Nesse sentido, a noção que aparece na passagem citada de *La Razón*,

41 *La Razón*, Revolución Mexicana – Porfirio Díaz en peligro, 04/05/1911, 1ª pág, 3ª ed.

42 O Partido Socialista argentino, em concordância com as diretrizes estabelecidas pela Segunda Internacional, de 1891, optou pela via democrática. Mesmo com o cenário eleitoral marcado pelas práticas fraudulentas que garantiam a hegemonia do PAN, o PS participou ativamente das disputas eleitorais e, ao conquistar a adesão de parte dos setores médios urbanos e também de operários, conseguiu eleger o primeiro deputado por um partido socialista na América Latina, Alfredo Palacios, eleito, em 1904, como deputado pela província de Buenos Aires. Sobre o socialismo argentino, consultar: ADELMAN, Jeremy. El Partido Socialista Argentino. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. Tomo 5, p. 261-290.

43 ALONSO, Paula. *Entre la revolución y las urnas. Los orígenes de la UCR y la política argentina en los años '90*. Buenos Aires: Sudamericana/ Universidad de San Andrés, 2000, p. 18.

do porfirismo como um “estigma” para “a democracia hispano-americana”, também nos revela uma faceta interessante das considerações dos jornais portenhos. Suas reflexões sobre a democracia como realidade, necessidade ou possibilidade extrapolaram o contexto nacional e se desdobraram em reflexões a respeito do continente. E todos os jornais, em diferentes momentos, lançaram mão dos eventos mexicanos para se posicionarem sobre a polêmica.

De uma forma geral, os diários argentinos defenderam – ao menos teoricamente – a ideia de que a democracia corresponderia à forma de organização política capaz de expressar o mais alto grau de “civilização” atingido por uma sociedade; suas percepções diferiam justamente no que respeita ao “estágio” alcançado pela Argentina e demais países latino-americanos nesse processo.

Um elemento fundamental nessas análises, e que também aparece no trecho citado de *La Razón*, foi a percepção de que o subcontinente era tomado enquanto um conjunto “ante o conceito universal”, aspecto que será mais detidamente analisado no próximo capítulo. Ressaltemos, por ora, que, na opinião veiculada pelo vespertino portenho, a “democracia hispano-americana” aparecia como uma tendência natural, o que justificava a deposição das ditaduras, que não representavam mais do que “desvios” no caminho político do subcontinente.⁴⁴

O avesso dessa percepção foi sustentado por *La Nación*, que defendia que as “jovens” sociedades latino-americanas requeriam um governo forte ou mesmo ditatorial para conter seus ímpetos políticos. O jornal, que não se cansava de advertir sobre o “perigo” das liberdades democráticas para sociedades imaturas para desfrutá-las, encontrou no contexto da *Decena Trágica*, cujas notícias qualificou de “tranquilizantes”, um “exemplo” para o continente. Na opinião do diário, a derrubada da ordem porfirista tinha sido o elemento que havia desatado “as fúrias de todos os subtiranos que Díaz manteve presos” e “a conquista violenta das liberdades política e civil” só tinha servido para “entregar o México novamente às convulsões anárquicas”. Dessa forma, advertia: “a tragédia do México contém uma lição que [...] devem aproveitar todas as jovens nacionalidades”.⁴⁵

Tomando a instabilidade política do México como mote, o diário da família Mitre manifestava sua crítica antidemocrática e, assim, enviava seu recado àqueles que defendiam a democratização política em seu próprio país. Anteriormente, no contexto da eleição de Madero, *La Nación* também se utilizou da situação mexicana para criticar a livre concorrência partidária. O diário veiculou a seguinte argumentação, através de um artigo assinado pelo pseudônimo “X.X.”, supostamente enviado do México:

44 *La Razón*, Revolución Mexicana – Porfirio Díaz en peligro, 04/05/1911, 1ª pág, 3ª ed.

45 *La Nación*, La tragedia de México, *Ecos del día*, 25/02/1913, p. 8.

A liberdade política de que atualmente se goza neste país levou aos homens que ontem pouco caso faziam dos problemas vitais da nação a empreenderem trabalhos para a formação de ‘partidos’ que lutem nas urnas eleitorais. Esses trabalhos não tiveram o êxito que os organizadores desejavam, e a principal causa é que um partido não se forma em quatro dias [...] No período curto de dois meses surgiram várias agrupações [...] Mas todos são partidos de ontem [...].⁴⁶

Seria impossível não perceber nessa passagem uma espécie de resposta à crítica, latente na Argentina naqueles anos, em relação à falta de partidos políticos com programas estruturados, desligados dos “velhos” personalismos. O trecho citado denota a compreensão da política como âmbito restrito aos “notáveis”, àqueles que tradicionalmente dirigiam os “problemas vitais da nação”, sendo as disputas inacessíveis à gente comum ou aos “partidos de ontem”.

Essa percepção da política – e, mais amplamente, do mundo social – que se depreende das considerações de *La Nación* sobre os eventos mexicanos é aquela da “política vista de cima”, como tão bem sintetizou Ricardo Sidicaro em sua análise sobre o discurso do diário.⁴⁷ Tal noção, bastante representativa da visão que uma parcela da sociedade argentina possuía no período, estava, evidentemente, muito ligada a grupos que pertenciam às mais altas classes sociais. No principal debate político que cindia a Argentina naqueles anos, esse tipo de percepção da sociedade e da política fundamentou a oposição de parte das elites nacionais à abertura democrática proposta pela ala reformista do PAN.

Contrapontos essenciais às ideias de *La Nación* apareceram tanto em *La Razón* como em *La Prensa*, mas foi principalmente nas páginas dos “dois colossos” da imprensa portenha, claramente identificados às disputas políticas, que as análises sobre o México revolucionário se converteram em arsenais políticos capazes de embasar e demarcar posições no âmbito da política nacional.

La Prensa, por meio de um editorial sintomaticamente intitulado “A herança de um despotismo”, comentou os episódios da *Decena Trágica*, os quais qualificou como “assassinatos”, e analisou a situação de violência política no México da seguinte maneira:

46 Idem, Desde México: la política y los partidos, ,16/10/1911, p. 6.

47 SIDICARO, Ricardo. *Op. cit.*

São esses os efeitos do despotismo manso exercido por quase trinta anos por Porfirio Díaz cujo programa: 'Pouca política e muita administração' foi remedado entre nós com a frase: 'Paz e administração' [...] Nós, como no México, temos suportado, desde 1880, governos que sintetizaram, seu programa na manutenção da ordem a todo custo [...] fundaram ligas de governadores, estabelecendo como regra a vontade de um "sumo imperador" consagrado a chefe de partido e, quando não fecharam as portas da eleição, quando não perseguiram e encarceraram os adversários, confiaram à fraude, aos acordos, aos conselhos notáveis, a manutenção da funesta política. [...] Os de fora aplaudiam – assim como aplaudiam a Porfirio Díaz – mas os que estudávamos de perto os fenômenos dessa transformação prodigiosa sabíamos que sob a capa dourada fermentavam germes de decomposição moral. [...] As calamidades do presente são herança direta do despotismo, a natural consequência de uma escola de perversão para as instituições democráticas. [...] O exemplo do México deve ensinar dolorosamente a nossos mandatários e impulsioná-los a uma reação de verdade.⁴⁸

A passagem citada sintetiza de maneira modelar a forma como o maior jornal argentino apropriou-se dos eventos revolucionários mexicanos para criticar a política nacional. Durante todo o período analisado, *La Prensa* embasou suas críticas à situação política nacional por meio de uma identificação ao México anterior à explosão revolucionária. Sua crítica, insistentemente difundida sobretudo por meio de editoriais, tinha por cerne a ideia de que a política autoritária e corrupta do PAN, desenvolvida por meio de articulações entre as oligarquias regionais que eram ratificadas pelo "governo eleitor", assim como ocorria no México, não poderia levar a outro fim que não fosse uma reação democrática.

Apesar de reconhecer que tal reação já vinha se efetivando na Argentina, por meio da reforma eleitoral promulgada em 1912, o maior jornal do país temia uma reação violenta, como ocorria no México, caso a reforma não se consolidasse na prática. Com o discurso explicitamente dirigido "aos mandatários", ou seja, à ala reformista do PAN que se encontrava no poder, o diário manifestava sua defesa de uma "reação democrática" efetivada dentro da ordem estabelecida, por meio do próprio governo, dotado de uma atitude reformista, que *La Prensa* considerava capaz de "regenerar" a política nacional.

O tom de advertência revela a preocupação fortemente manifestada pelos editores de *La Prensa* de que a conjuntura política nacional extrapolasse os limites do reformismo "dentro da ordem" e chegasse a uma situação bélica. O caso do México aparecia, assim, como um "doloroso exemplo", uma situação extrema que a Argentina deveria evitar. Lembremos que, no contexto argentino, a UCR seguia com sua particular "retórica revolucionária", defendendo o uso da violência para estabelecer uma ordem democrática no país.

A crítica de *La Prensa* às "vias de fato" e seu posicionamento em relação à democracia também se manifestavam numa perspectiva continental, como aparece claramente na seguinte passagem:

48 *La Prensa*, La herencia de un despotismo (editorial), 27/02/1913, p. 9.

Convém repetir incessantemente que a civilização argentina já está fora do período embrionário em que são concebíveis e às vezes necessários as vias de fato para fundar uma ordem institucional. [...] [A Argentina] tem contraído virtualmente o solene compromisso de resolver pelo jogo regular de suas instituições todos os conflitos e problemas que a 'South América' resolveria por meio das armas fraticidas no transcurso do século XIX. O espetáculo do México, que causa horror, poderia ser classificado como um anacronismo brutal no processo da cultura latino-americana.⁴⁹

Na visão dos editores de *La Prensa*, seu país e a América Latina de uma forma geral já haviam superado as etapas iniciais do desenvolvimento social, estando os países aptos para se organizarem sob a forma democrática. Nesse sentido, a deposição do governo de Madero e a guerra civil que se prolongava e se intensificava no México representavam um “anacronismo” no contexto latino-americano.

Enquanto o tema que polarizava o cenário político argentino era a questão da democracia, no Brasil, as elites encontravam-se cindidas ante o “militarismo”, representado pelo governo do marechal Hermes da Fonseca. Nesse debate, OESP e *Gazeta de Notícias* também utilizaram as análises sobre o México para criticar a situação nacional e, assim como os diários argentinos, demonstraram uma percepção continental ao abordar o assunto.

Após os episódios da *Decena Trágica*, o jornal paulista dedicou um editorial ao tema da Revolução Mexicana. Sintomaticamente situado na seção *Ecos Americanos*, afirmava o seguinte:

A grande lição atual do México – [...] um novo fracasso da doutrina dos “salvadores”

“El continente enfermo” está dando mostras de que ainda o será por muito tempo. No México [...] uma situação que de tal modo se implanta, não dá esperanças de que a ordem se estabeleça. [...] Assim, servisse esta eloquente lição de atualidade aos que, no Brasil, por fingida cegueira de politiqueros “arrivistas”, por calculada amnésia de despeitados ou por inofensivo “snobismo” literário confiam ainda nos caricatos “salvadores” [...] Aqueles, tem-no provado, só conseguem nivelar-nos às tais republiquetas ingovernáveis por escravizadas aos seus caudilhos de ocasião.⁵⁰

Na interpretação dos editores d'OESP, o México padecia do caudilhismo, mal crônico latino-americano, então encarnado em Huerta, e o corolário, a Revolução Mexicana, como uma lição para o Brasil e sua oligarquia disfarçadamente constitucional, cujo caráter autoritário se intensificava sob o governo hermista e suas intervenções militares nos estados, eufemisticamente denominadas de “salvações” da democracia.⁵¹

49 Idem, 23/12/1913, p. 9

50 OESP, *Ecos Americanos*, 27/02/1913, p. 3.

51 Após a eleição do Marechal, as forças que haviam apoiado o hermismo e que se encontravam fora do poder em seus estados passaram a se apoderar das respectivas máquinas políticas estaduais, com o apoio do Exército e do governo federal. As intervenções militares – que foram justificadas como necessárias para “a depuração do regime republicano” e ficaram conhecidas como “salvações da democracia” – ocorreram nos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte,

O tom da crítica da *Gazeta de Notícias* foi bastante semelhante à d'OESP e apareceu numa matéria de primeira página denominada “A América em revolução”, na qual os editores do jornal carioca tomaram a situação de instabilidade no México como mais uma expressão de um histórico continental de violência política. A argumentação foi a seguinte:

Vem de longe essas contínuas revoluções das repúblicas hispano-americanas. [...] Cada ano dá-se aqui e ali, principalmente pela parte meridional da América, um desses levantes. [...] Agora, a causa dessas revoluções quase sempre é a mesma – o militarismo. Em todos esses países de origem latina na América as revoluções são inspiradas nas classes armadas e por elas mantidas. E há sempre a figura saliente de um coronel ou de um general que aspira a cadeira presidencial, para não dizer a ditadura. [...] Não será tempo de pormos as barbas de molho, ao vermos, há tanto tempo, as do vizinho arder?...⁵²

Essa passagem sugere um posicionamento bastante semelhante ao dos editores do jornal paulista, posto que também se trata de uma crítica ao “militarismo” e seus frutos políticos. As aparências, no entanto, encobrem posições bastante diferentes. Em primeiro lugar, devemos salientar que cada um dos jornais lançou mão da situação mexicana para criticar a brasileira em momentos muito distintos. Enquanto n'OESP, o golpe de Estado no México, seguido dos assassinatos do presidente e do vice, foi o mote para a crítica antimilitarista, na *Gazeta* essa se manifestou ainda em princípios de 1912, durante o governo constitucional de Madero.

Se consideramos apenas a situação política do México, chama a atenção o fato de que a crítica da *Gazeta de Notícias* tenha sido veiculada exatamente no ano de 1912, que não foi marcado por instabilidade ou violência política crônicas, ao contrário, por exemplo, do contexto da derrubada da ditadura porfirista, ao qual, aliás, o diário não conferiu grande destaque. Mas quando atentamos para a realidade brasileira, fica claro que o discurso do jornal carioca e seu tom de advertência respondiam muito mais à conjuntura nacional, pois tratava-se de um momento em que as intervenções militares nos estados se avolumavam, aproveitando o contexto das eleições estaduais para forçar a ascensão de grupos que haviam apoiado a eleição do Marechal Hermes.

N'OESP, entretanto, a crítica às intervenções militares do governo federal se somava a uma crítica mais contundente à ordem política nacional, com a denúncia das fraudes eleitorais e das articulações politiqueras que a marcavam, configurando uma clara defesa das instituições republicanas, sobretudo da efetividade do sufrágio. Na *Gazeta de Notícias*, a postura “antimilitarista” – que se referia não só às intervenções militares do governo hermistista, mas também ao marcante aspecto personalista da política nacional, sobretudo, à proeminência política do general Pinheiro Machado⁵³,

e Sergipe. Consultar a respeito: SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 162-226.

52 *Gazeta de Notícias*, A América em revolução, 08/03/1912, 1ª pág.

53 O general Pinheiro Machado foi uma das figuras mais representativas do personalismo que marcou o cenário

figura que os editores do jornal abominavam – tinha outro foco. O contraponto de sua crítica não se encontrava no respeito às liberdades políticas e sim no fortalecimento do Estado, enquanto instituição capaz de manter a ordem social, ameaçada por movimentos sociais, principalmente rurais, que marcavam o cenário nacional no período e em relação aos quais o jornal demonstrava enorme preocupação.

No norte e nordeste, as intervenções militares do herismo acabaram atingindo grupos fiéis a Pinheiro Machado, como aconteceu no Ceará, com a derrubada da facção de Antônio Accioly. Mas os partidários de Accioly contavam com grande força no sertão, onde eram apoiados por vários “coronéis” e, inclusive, pelo padre Cícero, então prefeito de Juazeiro e figura de ascendência política e religiosa sobre toda a região. Assim, a intervenção federal, em 1912, desembocou numa longa luta de facções, que durou até 1914, mesclando-se a fatores religiosos e envolvendo a mobilização de tropas lideradas pelo padre, fazendo florescer o cangaceirismo na região. Contemporâneo ao conflito em Juazeiro desencadeou-se, no outro extremo do país, na região disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, o movimento liderado pelo monge José Maria, que culminou na chamada “guerra do Contestado”, representando mais uma das “manifestações políticas da religiosidade popular”, que marcaram a Primeira República.⁵⁴

Esses dois movimentos, assim como o de Canudos, desencadeado nos primeiros anos do regime republicano, embora assumissem posicionamentos políticos distintos e articulassem a religiosidade de diferentes maneiras, tinham suas raízes na situação de marginalização social das populações camponesas, que não se distanciava muito daquela enfrentada por boa parte dos mexicanos que se lançaram no movimento revolucionário. No caso do Brasil, que havia abolido recentemente o regime escravista e mantinha a ordem latifundista intocada, o processo de modernização, intensificado com o novo regime, trouxe novos problemas. Tal situação esteve claramente expressa no conflito do Contestado, diretamente relacionado à expansão da “modernidade” sobre a região, com a expropriação fundiária das comunidades locais pelas grandes empresas.⁵⁵

A visão da *Gazeta de Notícias* sobre aos conflitos rurais brasileiros ajuda a explicar a abordagem utilizada pelo diário em relação à Revolução Mexicana, cujas notícias que chegavam pelo telégrafo informavam uma situação bastante semelhante à nacional. A posição do jornal carioca se esclarece de forma absoluta no seguinte comentário de seus editores – que, aliás, foi imediatamente reproduzido pelo *Minas*

político durante a Primeira República. Como senador, pelo Rio Grande do Sul, foi um dos principais articuladores da política nacional, com projeção sobre vários estados, através de alianças com lideranças locais.

54 HERMANN, Jaqueline. *Op. cit.*, p. 123.

55 Idem, 153. Para uma comparação entre os movimentos rurais que ocorreram durante a Primeira República, em seus aspectos religiosos e conexões com as disputas políticas, consultar: também MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 39-92.

Gerais – ante as notícias publicadas sobre o acirramento dos conflitos em Juazeiro e no Contestado:

Continuam, e cada vez mais deprimentes para os créditos do país, os grupos sediciosos e guerrilheiros em alguns estados do sul e do norte. [...] Esses bandos de perturbadores das administrações estaduais não podem continuar a sua impune assolação. [...] Quer se denominem revolucionários no Ceará, quer sejam conhecidos por fanáticos no sul, em Santa Catarina, o que não resta dúvida é que os presidentes dos estados que tal gente infesta precisam usar de processos definitivos para acabar, de vez, com semelhante e inexplicável desordem permanente. [...] É assombroso, pois, que passem meses e meses e um país, constitucionalmente constituído, cruze os braços diante de tanta carnificina, por motivos de inexplicáveis conciliábulos [*sic*] partidários, como se fosse possível considerar acontecimentos políticos assassínios e assaltos inspirados em ódios pessoais. [...] Para um governo realmente digno desse nome, o caso desse coronel como do monge Cícero não é, não pode ser mais que um caso de polícia, que de ser liquidado em 24 horas, nem que seja preciso mobilizar o exército.⁵⁶

A passagem citada dispensa comentários – a não ser o fato de que, na hora de conter os “revolucionários”, o jornal carioca não considerava “militarista” o governo do marechal Hermes, mas sim “constitucional” – e nos remete ao tratamento dado pelo diário aos eventos revolucionários mexicanos.

Exceto para o contexto da *Decena Trágica*,⁵⁷ a ausência de análises mais detidas por parte da *Gazeta* sobre os eventos mais significativos da Revolução Mexicana foi um elemento que destoou tanto dos demais jornais analisados, brasileiros e argentinos, quanto do expressivo espaço que o jornal carioca dedicou aos eventos internacionais da Revolução, desde a intervenção estadunidense, em 1914. Como essa última questão será abordada no próximo capítulo, concentremo-nos na primeira.

Durante os primeiros anos da Revolução no México, os comentários da *Gazeta de Notícias* sobre a situação política mexicana foram tão pouco aprofundados que, à primeira vista, parece que o jornal não possuía suficientes informações sobre o que acontecia no México para produzir comentários a respeito. Mas alguns elementos apontam para o fato de que o jornal sabia muito mais do que publicava sobre a Revolução Mexicana.

Um bom exemplo dessa situação fica patente quando da visita do intelectual socialista argentino, Manuel Ugarte, ao Rio de Janeiro, em agosto de 1913, para dar uma conferência sobre a aproximação dos países latino-americanos, ideal fortemente defendido por ele. A *Gazeta de Notícias* publicou na primeira página uma entrevista com Ugarte e, em uma das perguntas, o entrevistador referiu-se às conferências realizadas pelo argentino no México e afirmou: “sabemos aqui que

⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, Nota da Redação, *Boletim Telegráfico*, 03/01/1914, p. 5; *Minas Gerais, Imprensa do Rio*, 04/01/1914, p. 4.

⁵⁷ Não tivemos acesso às edições do jornal carioca referentes a esse período pois ele corresponde a uma falha no acervo da Biblioteca Nacional, que possui a coleção mais completa que localizamos de exemplares do diário.

essa conferência provocou desaprovação do presidente Madero.”⁵⁸ Mas o jornal não havia feito qualquer comentário a respeito desses eventos ou qualquer outro referente à situação interna mexicana no período.

Fica claro, portanto, que o jornal possuía razoáveis informações sobre o que ocorria no México, suficientes não só para saber que Ugarte havia conferenciado no país, como também, ao menos superficialmente, sobre o impacto que causou.⁵⁹ Mas, a essa altura, colocar em destaque os eventos mexicanos implicaria fatalmente na constatação da instabilidade política e social vivida pelo país e, portanto, da incapacidade do Estado de manter a ordem, questões que tanto preocupavam os editores do jornal no âmbito nacional.

E o fato de o comentário da *Gazeta de Notícias* a respeito dos movimentos rurais brasileiros ter sido reproduzido no diário oficial do governo de Minas não foi uma ocorrência fortuita, pois transparece nas páginas desses jornais a existência de uma privilegiada “amizade” envolvendo as direções e redações de ambos.⁶⁰

No que diz respeito às intervenções públicas de ambos os jornais em relação à Revolução Mexicana, apesar da utilização de estratégias distintas, identificamos uma sincronia em seus posicionamentos, desde o início, quando o *Minas Gerais* fez as já citadas reproduções de comentários da *Gazeta de Notícias*, sem se referir à fonte original ou ao menos informar aos leitores que se tratavam de reproduções de outro órgão de imprensa. Ambos mostraram-se particularmente interessados em minimizar o alcance do movimento revolucionário e em ressaltar o estabelecimento da ordem pelo Estado. Mas, enquanto a estratégia assumida pelo jornal carioca foi a de desviar-se dos acontecimentos mexicanos, a do *Minas Gerais* consistiu em difundir massivamente uma imagem barbarizada dos revolucionários mexicanos, lançando mão das próprias notas que circulavam pela imprensa internacional.

Todos os jornais analisados publicaram notas detratórias dos revolucionários mexicanos e, inclusive, podemos verificar as mesmas notas sendo reproduzidas em

58 *Gazeta de Notícias*, Manuel Ugarte, notável escritor e conferencista argentino fala à *Gazeta*, 29/08/1913, 1ª pág.

59 Manuel Ugarte visitou o México em finais de 1911 e suas conferências, marcadas pelo antinorte-americanismo que caracterizava seu discurso político, tiveram forte impacto no contexto mexicano, quando grupos de oposição acusavam o governo Madero de ser financiado pelos Estados Unidos. Ao abordar essa conjuntura, Pablo Yankelevich destaca que “as referências de Ugarte foram utilizadas para fortalecer posturas nacionalistas no México, ao mesmo tempo em que serviram para legitimar o discurso dos opositores ao governo de Madero” e, ainda, que “Ugarte se tornou a figura central de um conflito que alcançou significativas dimensões.” (YANKELEVICH, Pablo. *Op. cit.*, p. 157).

60 Em 1914, por ocasião da inauguração da sucursal da *Gazeta de Notícias* em Belo Horizonte, o jornal publicou com enorme destaque uma reportagem sobre a visita de seus editores à redação do *Minas Gerais*. Permeada de fotografias, a matéria tomou várias páginas do jornal carioca, apresentando intermináveis elogios à modernidade da imprensa oficial mineira e à competência de seu diretor. Ao final, destacou a presença do filho do governador de Minas, Bueno Brandão Filho, na inauguração da filial do diário carioca na capital mineira. Imediatamente após o estabelecimento de sua agência em Belo Horizonte, a *Gazeta de Notícias* passou a publicar a coluna *Chronique*, exatamente a mesma que o diário oficial mineiro vinha publicando há quase um ano, tornando explícito um sistema de cooperação entre ambos os diários.

diários dos dois países. Pelas reproduções feitas pelos jornais, percebemos que houve uma intensa circulação desse tipo de notícias através da rede mundial da informação e seus conteúdos revelam exatamente os mesmos traços identificados por Daniela Marinho como caracterizadores de um discurso contrarrevolucionário, produzido dentro do México e veiculado por grandes órgãos de imprensa do país. Segundo a historiadora, esse discurso conformava uma “visão contrainsurgente”, que tinha como principal alvo o movimento liderado por Emiliano Zapata, cuja organização foi questionada e enfatizado seu suposto estado primitivo e semi-selvagem. Os camponeses sulistas foram descritos por meio do emprego de termos barbarizantes, tais como “hordas”, “ferozes” e “bandidos”, e seu principal líder identificado como “o Átila do sul”. A ênfase desse tipo de notícias recaiu quase sempre em fuzilamentos e outros atos de barbárie supostamente praticados pelos zapatistas, além da difusão de rumores de assassinato dos principais líderes do movimento. Ainda segundo Marino, o fato de o zapatismo ter sido o movimento revolucionário mais estigmatizado pelo discurso contrarrevolucionário pode ser explicado, em grande medida, por sua composição social majoritariamente indígena, além de camponesa e analfabeta.⁶¹

Os jornais argentinos e brasileiros reproduziram incontáveis notas como as seguintes, publicadas em *La Nación* e OESP, respectivamente com os títulos de “As façanhas dos zapatistas” e “as barbaridades praticadas pelos zapatistas no México”: “um bando de zapatistas conseguiu se apoderar de um trem de passageiros. Depois de matar uns dezesseis e ferir uns vinte, logo fugiram com todas as mulheres que estavam no comboio ferroviário”; “os zapatistas torturaram, mutilaram e queimaram os passageiros do trem por eles assaltado em Ixtapa, México.”⁶²

Embora todos os diários analisados tenham publicado várias notas detratoras dos revolucionários mexicanos, no caso do *Minas Gerais* essas notas foram apropriadas de forma a projetar sobre os camponeses dos “sertões” do Brasil as mesmas imagens barbarizantes dos zapatistas. Assim, no discurso veiculado pelo jornal mineiro, enquanto no México, “num ataque de zapatistas contra um comboio, os atacantes praticaram as mais revoltantes barbaridades contra os passageiros que lhes caíram nas mãos, dos quais muitos foram torturados e queimados, num saque desenfreado”,⁶³ no Brasil, “continuam chegando a esta capital [Belo Horizonte] notícias dos horrores praticados pelos cangaceiros [da Paraíba], saqueando as casas de famílias e cometendo toda espécie de depredações.”⁶⁴ Essas notas foram se repetindo ao longo do tempo e podemos perceber que as notícias sobre os supostos

61 MARINO, Daniela. Dos miradas a los sectores populares: fotografiando el ritual y la política en México, 1870-1919. In: *Historia Mexicana*, v. XLVIII, n. 2, 1998. Disponível em http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_1872_16020.pdf (Acesso em 12/2009).

62 *La Nación*, México: las hazañas de los zapatistas. *Telegramas*, 04/02/1913, p. 7; OESP, As barbaridades praticadas pelos zapatistas no México, *Telegramas do Exterior*, 14/08/1912, p. 2.

63 *Minas Gerais*, *Telegramas do Exterior*, 14/08/1912, p. 8.

64 *Idem*, 02/06/1912, p. 8.

atos de vandalismo dos revolucionários mexicanos se tornaram mais recorrentes no jornal mineiro exatamente nos momentos de exacerbação dos conflitos rurais no Brasil.

Por meio dessa estratégia discursiva, as imagens dos camponeses, do México e do Brasil, apareceram nas páginas do *Minas Gerais* sempre vinculadas a situações de violência e completamente deslocadas de quaisquer reivindicações políticas ou sociais. Surgiam como atos de puro vandalismo, praticados por indivíduos “desclassificados” que só queriam espalhar o “terror”. Encontramos, ainda, no diário oficial mineiro, uma particular imagem de Zapata e de seu exército, associados de forma bizarra à doença, por meio da publicação da seguinte nota:

Entre os exércitos que se dilaceram no México, um existe, certamente, o mais estranho que se conhece encerrando o poder supremo do terror. Trata-se de um exército composto exclusivamente de soldados leprosos. É o exército do famoso general Zapata [...]. Sabe-se que a lepra no sul do México é uma moléstia comum, encontram-se lá leprosos com rostos horrivelmente mascarados de branco ou de vermelho ou de negro. Desses homens, reunidos, resolveu fazer uma força o general revolucionário, que mantém em permanente terror e sobressalto o governo da convulsionada república.⁶⁵

Lembremos que, àquela época, estavam em voga teorias biologicistas de interpretação da realidade social, pensada enquanto um organismo que precisa funcionar harmonicamente. Conjugadas às teses positivistas defendidas pelos diretores do jornal mineiro, essas teorias levavam à interpretação dos conflitos como “moléstias sociais” que precisavam ser extirpadas, justificando, assim, a eliminação de quaisquer “sedições” por métodos autoritários e violentos.

A repressão militar por parte do Estado era a “solução” defendida tanto pelo *Minas Gerais* quanto pela *Gazeta de Notícias* contra os movimentos camponeses que ameaçavam a “ordem nacional”. E percebemos que também o jornal carioca se valeu das mesmas imagens bárbaras que circulavam sobre os revolucionários mexicanos para representar os movimentos camponeses brasileiros. Entretanto, no jornal carioca essa estratégia foi utilizada de maneira inversa, pois esse tipo de notícia tendeu a desaparecer do diário quando os conflitos no meio rural brasileiro se agudizavam.

As diferentes formas como esses jornais articularam as imagens “barbarizantes” dos camponeses mexicanos ao contexto nacional podem ser relacionadas às distintas situações vivenciadas pelos respectivos estados em relação à questão agrária. No Rio de Janeiro, a questão da terra não gerava tantos conflitos no período – posto que a cafeicultura estava em decadência no estado, cujo fechamento da fronteira já havia ocorrido nas décadas anteriores.⁶⁶ Em razão disso, podia-se evitar abordar o

65 *Minas Gerais, Diversas*, 15/07/1913, p. 3.

66 MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense: 1889-1920. In: SILVA, Sergio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp; Hucitec; Imprensa Oficial, 2002, p. 219.

assunto, como fez a *Gazeta de Notícias*. No estado de Minas Gerais, por outro lado, as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo avanço dos cafezais sobre as terras devolutas, em geral ocupadas por populações pobres que não tinham condições de legalizar a posse, o que culminou num clima de insatisfação latente no meio rural. Assim, sendo impossível desviar-se da questão agrária, candente no estado, o jornal oficial difundiu massivamente uma representação barbarizada dos camponeses, completamente desvinculada de quaisquer motivações de ordem política ou social, visando desqualificar os movimentos rurais.

Apesar de construídos de maneiras distintas, os discursos dos diários mineiro e carioca transmitiam aos leitores a noção de que o movimento mexicano carecia de um sentido político ou social e, sobretudo no caso da *Gazeta de Notícias*, as poucas referências a respeito dos acontecimentos no país do norte induziam a pensar que, inclusive, lhes faltava relevância no próprio cenário mexicano. Uma “leitura”, portanto, do movimento revolucionário mexicano – que continha certas reivindicações semelhantes às colocadas no cenário brasileiro – que servia aos interesses político-ideológicos de ambos os diários. Em que pese a distância de seus auto discursos, sendo que o mineiro era um jornal oficial e o carioca pretendia-se “popular”, suas práticas revelam a proximidade de seus posicionamentos efetivos: a defesa da ordem social como o valor político fundamental, por cuja manutenção deslegitimavam quaisquer movimentos que pudessem alterá-la e defendiam medidas autoritárias, inclusive o uso incisivo da força militar.

OESP e *La Prensa*, jornais que apresentavam posicionamentos políticos bastante críticos em seus contextos nacionais, foram os que mais estabeleceram vinculações explícitas entre as situações de seus países e a do México revolucionário. Ambos os diários encontraram na ordem porfirista e em seu legado todos os vícios políticos que identificavam em seus próprios contextos nacionais e utilizaram as análises sobre o México para desferir suas críticas às situações políticas locais.

No caso d’OESP, além do militarismo, outro foco marcante de sua crítica no cenário brasileiro – que encontrou nos acontecimentos mexicanos um terreno fértil para se expressar – foi o anti-imperialismo. Como o México, assim como o Brasil, encontrava-se muito ligado à economia estadunidense,⁶⁷ o jornal paulista observava de perto as atitudes dos Estados Unidos em relação ao seu vizinho, como aparece num artigo do colaborador Aguiar Andrade, logo após os eventos da *Decena Trágica*:

67 No caso do Brasil, apesar de a Inglaterra continuar sendo o principal investidor e fornecedor de produtos manufaturados, os Estados Unidos eram o principal importador do café, carro-chefe da economia brasileira. Já no caso do México, a enorme vinculação econômica com a potência do norte devia-se fundamentalmente ao fato de sua localização geográfica. Por volta de 1911, os capitais estadunidenses representavam 38% do total de investimentos estrangeiros no México. As potências europeias, principalmente Inglaterra e França, também possuíam investimentos consideráveis no país, entretanto, os Estados Unidos, além de serem os principais investidores, absorviam 76% das exportações mexicanas, representadas basicamente por metais. Os dados estatísticos foram retirados de VÁZQUEZ, Josefina Z.; MEYER, Lorenzo. *Op. cit.*, p. 115.

“o México sem paz tornou-se um vizinho incômodo para os Estados Unidos [...] e a concentração de tropas em Galveston é um sinal evidente de que os ‘gringos’, como lhes chamam no México, estão fartos de vizinhos tão turbulentos.”⁶⁸

Portanto, antes mesmo da Revolução se desdobrar num conflito internacional – o que veio a ocorrer em abril de 1914 –, OESP já manifestava preocupação ante o perigo de uma intervenção estadunidense, dado o acirramento da guerra civil no México. E, desde o início dos conflitos diplomáticos entre os Estados Unidos e o México revolucionário – em fins de 1913 –, o cerne das análises veiculadas pelo diário paulista passou a ser a ideia de que a instabilidade política no México era fomentada pelos Estados Unidos, por interesses imperialistas. Como o agravamento das desavenças entre a potência do norte e seu vizinho do sul coincidiu com a aproximação diplomática ainda maior do Brasil com os Estados Unidos – cujo marco foi a viagem do ministro Lauro Muller àquele país em meados de 1913 –, as críticas d’OESP foram ainda mais aguçadas e o México, definitivamente, passou a encarnar, na crítica veiculada pelo jornal paulista, os efeitos de tamanha vinculação à economia estadunidense.

O posicionamento assumido pelo diário apareceu claramente sintetizado numa das *Cartas de Londres*, seção na qual eram publicados os artigos de um colaborador, de pseudônimo “Zeno”, que escrevia da capital inglesa para OESP.⁶⁹ Ele assim afirmou: “podem fazer-se a par as duas políticas [de aproximação aos Estados Unidos e manutenção de vínculos estreitos com a Europa], mas é preciso que se façam ambas para não cair na triste situação do México [...]”. Em outra de suas *Cartas*, encontramos também, muito bem resumido e explicitado, o argumento que movia a crítica anti-imperialista reiterada inúmeras vezes nas páginas do jornal paulista: “[...] O Brasil é grande e rico. Mas os Estados Unidos são absorventes. E uma dependência financeira e econômica converte-se necessariamente em dependência política. [...]”⁷⁰

No plano da política interna, tanto OESP quanto *La Prensa* empreenderam uma crítica contundente aos governos “despóticos” – que consideravam como incapazes de assegurar a ordem política por muito tempo – e defenderam o respeito às instituições políticas como a única forma de desenvolvimento eficaz e condizente com o século XX, visto por ambos como uma nova era que consagraria tais princípios políticos.

Em um de seus artigos sobre o México para o jornal paulista, Oliveira Lima

68 AGUIAR ANDRADE. OESP, A revolução no México, 27/02/1913, p. 4.

69 O uso de pseudônimo, que era muito comum na época, dificulta a identificação de algumas figuras que tinham seus artigos publicados pelos jornais. Não conseguimos identificar quem era “Zeno”, no entanto, podemos sugerir que se tratava de um intelectual de proeminência no período, visto que possuía uma coluna assinada no jornal paulista, que era um dos maiores órgãos de imprensa do Brasil.

70 ZENO. OESP, *Carta de Londres*, 29/07/1913, p. 4 e 02/03/1914, p. 3.

afirmava o seguinte: “O México [...] continua a ser para nós uma ‘lição’, de forma, em todo caso, negativa, [...] porque já ficou demonstrado à sociedade o que vale material e moralmente uma ditadura firmada no terror.” Para o autor, a estabilidade política “estabelecida sobre uma escravidão moral”, ainda que conquistasse progressos materiais, como havia sido o caso da ditadura porfirista no México, levaria “finalmente à anarquia”, pois, argumentava, “o despotismo não é suscetível de dar frutos diversos.”⁷¹

La Prensa, por sua vez, num editorial sintomaticamente intitulado “Descendências do personalismo político: México e a República Argentina”, identificou Díaz “[a]os Rosas, os López, e tantos outros menores da série que imperaram em seu tempo” e, na ocasião da morte do ditador mexicano, em 1915, afirmou enfaticamente: “decididamente, passou para sempre a época dos homens providenciais, só as virtudes cívicas de uma nação podem assegurar sua própria grandeza.”⁷²

Dessa forma, ambos os diários expressaram-se nos termos do reformismo liberal que marcou o cenário latino-americano no início do século XX. No caso do maior jornal argentino, tal posicionamento se inclinava à defesa do estabelecimento de uma ordem democrática, com a ampliação da participação política, como se configurava no cenário argentino a partir da nova lei eleitoral aprovada em 1912. Já no caso d’OESP, centrava-se na defesa do respeito às instituições, principalmente no que se referia à efetividade do sufrágio. Em ambos, o posicionamento crítico se restringia aos aspectos políticos.

Dos jornais analisados, apenas em *La Razón* a questão social apareceu de forma mais contundente nas análises sobre a Revolução Mexicana, particularmente em alguns artigos enviados do México, em 1914, por Tito L. Foppa, membro da diplomacia argentina naquele país. Sua interpretação da Revolução, veiculada através das páginas de *La Razón*, aparece bem resumida na seguinte passagem:

Madero foi o líder do movimento político, mas conhecendo a existência da agitação agrária, fez de ambas as aspirações um só programa vinculando a segunda ao primeiro. [...] [ele] sofreu a influência dos senhores latifundiários e, de boa ou má fé, esqueceu os compromissos mais sagrados firmados durante sua campanha. [...] Os camponeses se lançaram novamente à revolta e o governo Madero, como o de Díaz anteriormente e o de Huerta depois, organizou tropas e mobilizou soldados para combater e exterminar o zapatismo, como se fosse fácil exterminar em um dia o que há um século é uma questão de vida ou morte para 13 milhões de seres. [...] [Madero] não soube ou não quis levar até o fim a revolução que, partindo de Morelos, até hoje é a mesma que açoita os campos do México.⁷³

71 OLIVEIRA LIMA, Manoel. A trapalhada mexicana, *Coisas Estrangeiras*, OESP, 09/06/1914, p. 5. O título dado ao artigo referia-se à atitude do presidente Wilson em relação ao México, que o autor criticou como precipitada e desastrosa. Embora publicado no início de junho pelo jornal paulista, o artigo tinha sido escrito em maio, pouco tempo após a invasão de Vera Cruz por marines estadunidenses.

72 *La Prensa*, México, 05/08/1915, p. 5; Porfirio Díaz, muerto ayer en Paris, 03/07/1915, p. 10; Descendencias del personalismo político: México y la República Argentina (editorial), 15/08/1915, p. 5.

73 FOPPA, Tito L. Desde el país de la tragedia, *La Razón*, 02/05/1914, p. 4, 3ª ed.

Foppa identificava a questão da terra no México como “um problema secular econômico cujas raízes históricas encontravam-se na conquista” e chegou a afirmar categoricamente: “a repartição da terra fatalmente terá que se realizar, mais cedo ou mais tarde, se de fato se quiser restabelecer a normalidade no México”.⁷⁴

A questão agrária não era um problema tão crucial na Argentina, ao contrário do que ocorria no México e no Brasil, portanto, enfatizar a luta pela terra como um aspecto central da Revolução Mexicana não tinha o mesmo peso que dizê-lo, por exemplo, em nosso país. Ainda assim, os dois maiores jornais argentinos desviaram-se das reivindicações sociais do processo revolucionário mexicano. Explicitamente envolvidos nas disputas políticas que marcavam seu próprio cenário nacional, centraram-se nos aspectos políticos da Revolução Mexicana, os quais esgrimiram como armas na defesa de suas posições. Mas o próprio *La Razón*, apesar de ter veiculado a citada interpretação, que destacava a questão agrária como elemento central na Revolução no México, também assumiu a postura de afastar-se da principal questão social que poderia gerar ressonâncias em seu país.

Se, dentro no contexto da modernização latino-americana a Argentina representou um caso particular, posto que as grandes transformações socioeconômicas – como aumento populacional, concentração urbana, crescimento econômico e incipiente industrialização – incidiram com maior intensidade no país, também a “questão social” argentina não deixou de apresentar singularidades. Enquanto na América Latina, de forma geral, os problemas e conflitos sociais, nesse período, localizavam-se fundamentalmente no campo, identificados com a questão da terra sob as diversas formas que esta adquiria nacional ou regionalmente, na Argentina esses conflitos referiam-se, sobretudo, ao mundo urbano.

A questão social emergiu intensamente no cenário político argentino, no início do século XX, por meio de uma precoce organização sindical – de caráter nacional e proeminência anarquista – e da combatividade do movimento operário, sobretudo por meio das greves.⁷⁵ Já a questão agrária, além de não se apresentar como uma temática tão central no país, já majoritariamente urbano no período, configurava-se de maneira muito distinta da situação mexicana, posto que referia-se fundamentalmente aos conflitos entre estancieiros e colonos em torno dos preços dos arrendamentos.⁷⁶

74 Idem, 01/03/1914, p. 5, 3ª ed.

75 Socialistas e anarquistas estiveram à frente da criação, em 1901, da Federação Obrera Argentina (FOA), que reuniu dezenas de organizações sindicais de todo o país, e definiu a greve geral como principal instrumento de luta. Os socialistas, que criticavam o voluntarismo e a violência que envolviam esse tipo de protesto, deixaram a organização no ano seguinte e, a partir de então, os anarquistas tornaram-se hegemônicos no movimento operário. Em 1905, o comunismo anárquico foi aprovado como a direção política da central sindical, cujo nome foi mudado para Federação Obrera Regional Argentina (FORA), em 1904. Sobre a FORA, a atuação do movimento operário e as ações repressoras do governo argentino nas primeiras décadas do século XX, consultar: ADAB DE SANTILLÁN, Diego. *La FORA, ideología y trayectoria*. Buenos Aires: Proyección, 1976; SURIANO, Juan. *Trabajadores, anarquismo y el Estado represor: de la Ley de Residencia a la Ley de Defensa Social (1902-1910)*. Buenos Aires: CEAL, 1989.

76 Ao contrário do mundo urbano argentino, que esteve marcado pelos conflitos sociais nas primeiras décadas

Quando Tito Foppa enviou seu primeiro artigo do México para o vespertino portenho, o fez em forma de uma resposta ao editor, que questionava sobre o caráter do processo revolucionário no país do norte, se tratava-se de um movimento anarquista. O questionamento é, em si mesmo, bastante revelador, pois demonstra que a grande preocupação de *La Razón* se concentrava no perigo de uma revolução libertária. Assim, ao desmentir o caráter anarquista da Revolução no México, a resposta do diplomata argentino ganhou destaque em *La Razón*, expressa de forma taxativa: “não é um movimento anarquista o que está se desenvolvendo no México [...] Zapata e Eufemio [sic] não são apóstolos de nenhuma tendência ou escola filosófica, eles são camponeses [...] cujas aspirações não vão além do reparto de terras.”⁷⁷ Se tal interpretação ressaltava a atuação camponesa, sem dúvida fundamental na Revolução Mexicana, também permitia afastar os olhares da mobilização anarquista, que também se fez presente no processo revolucionário.

O movimento anarquista, embora não seja comparável à magnitude da participação camponesa, também marcou o processo revolucionário no México, principalmente através da propaganda do Partido Liberal Mexicano, por meio de seu “periódico de combate”, *Regeneración*. Apesar de suspenso em alguns períodos por falta de recursos financeiros e pelas constantes prisões dos redatores, o jornal anarquista continuou sendo publicado até 1918, circulando pelo México durante praticamente toda a fase bélica da Revolução e impulsionando as classes trabalhadoras à ação direta, para a efetivação de uma revolução social.⁷⁸

O alcance de *Regeneración* excedeu o contexto mexicano e o periódico chegou a circular em grandes cidades da América do Sul, como a própria Buenos Aires,

do século XX, a situação no campo, de uma forma geral, foi menos tensa. O conflito de maior repercussão foi a greve dos colonos arrendatários de Santa Fé, em 1912, movimento que ficou conhecido como Grito de Alcorta. Os *chacareros* — como eram chamados os colonos que arrendavam terras de grandes latifundiários e se constituíam na figura típica da área pampeana, ligada à agroexportação — negaram-se a fazer a colheita, exigindo contratos mais longos e a diminuição do preço dos arrendamentos, tendo em vista a queda dos preços dos cereais no mercado internacional. A greve dos colonos *santafesinos* alcançou os objetivos mais imediatos e, além disso, originou a Federação Agrária Argentina (FAA), que se tornou o principal instrumento de luta política do “mundo chacarero”. BONAUDO, Marta; BANDIERI, Susana. La cuestión social agraria en los espacios regionales. In: FALCÓN, Ricardo (org.). *Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Tomo VI. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 229-282.

77 FOPPA, Tito L. Desde de el país de la tragedia: las dos revoluciones. ¿Es un movimiento anarquista?, *La Razón*, 01/03/1914, p. 5, 3ª Ed.

78 Após os levantes encabeçados pelo PLM ainda durante a etapa precursora da Revolução, vários líderes do movimento foram presos e, em seguida, exilaram-se nos Estados Unidos. De lá seguiram com a publicação de *Regeneración*, que tinha sido fundado em 1900. A respeito da circulação do periódico anarquista no México, James Cockcroft destaca que, “empregando uma rede de contrabando político organizado entre pequenos comerciantes instalados ao longo da fronteira [...] e trabalhadores ferroviários do México”, conseguiram enviar milhares de cópias. O autor salienta ainda que “um grande número de pequenos comerciantes, artesãos, operários e camponeses lia o semanário com uma regularidade surpreendente.” (COCKCROFT, James. *Op. cit.*, p. 118). Sobre a atuação do PLM através do *Regeneración* e a respeito da atuação política de Ricardo Flores Magón, consultar: BARTRA, Armando. *Regeneración, 1900-1918. A corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*. México: Era, 1985; PAULA, Melissa C. M. Santos e. *Ricardo Flores Magón e a propaganda do Partido Liberal Mexicano*. Franca, SP: Departamento de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2005. (Dissertação de Mestrado), 123 p.

Rio de Janeiro e São Paulo.⁷⁹ Pablo Yankelevich mostra que o periódico mexicano era lido pelos anarquistas argentinos e constituía-se numa das principais fontes de informação que possuíam sobre a Revolução no México. Nesse sentido, podemos supor que certamente o artigo de Foppa não ganharia o mesmo destaque em *La Razón* caso sua resposta fosse positiva, no sentido de afirmar tratar-se de uma exitosa revolução libertária o que ocorria no México. Nesse mesmo período, o movimento anarquista argentino também debatia a respeito do caráter libertário ou não da Revolução Mexicana e sobre o papel que deveria ser assumido pelos anarquistas mexicanos no processo.⁸⁰

Mas o endosso, por *La Razón*, da proeminência da reivindicação agrária na Revolução Mexicana não significa que o jornal manifestasse qualquer tipo de apoio à ação das classes populares no movimento. Ao contrário: enquanto a questão agrária no México e a participação camponesa no processo revolucionário apareceram, ainda que de maneira contundente, de forma pontual, apenas nos artigos enviados por Tito Foppa, a desqualificação da ação das massas indígenas no movimento mexicano foi continuamente operada pelo diário portenho.

Os principais líderes camponeses, Villa e Zapata, foram taxados de “caudilhos brutais e cruéis” e a imagem veiculada por *La Razón* dos “revolucionários mexicanos”, de forma generalizada, aparece bem exemplificada na seguinte anedota, que foi publicada com o título de “Um original esporte dos revolucionários mexicanos” e acompanhada de uma imagem ilustrativa da cena narrada (Imagem 1):

O exército revolucionário mexicano tem seus dias de diversão, como descanso entre os de luta. Um dos jogos favoritos é o que ilustra a gravura que reproduzimos. Um boneco, representando um soldado federal, é pendurado no teto; seu corpo oculta uma panela de barro cheia de cigarros, pedaços de cana de açúcar e doces de todo tipo. Para conseguir essas guloseimas, escolhe-se um dos concorrentes, a quem, depois de tampados os olhos com um pano e feito dar várias voltas, se ordena bater com um pau no soldado federal. Todos o animam com o grito: Bate nele! Bate nele! Enquanto isso, uma garotinha entoava canções populares, ao som de harpa e violão. Todos os presentes estão prontos para se apoderarem do conteúdo da panela, mas às vezes acontece que, por uma brincadeira, o boneco não tem mais que terra, então a multidão decepcionada reage com gritos de protesto e raiva, que costumam terminar em cenas sangrentas.⁸¹

Tanto no texto quanto na imagem, sobressai uma visão de violência e barbárie, enfatizada pelo jornal ao tratar do México e, não raro, identificada aos caracteres raciais da população mexicana. Na opinião de *La Razón*: “não podemos perder de vista que ali predomina, em absoluto, o elemento asteca, puro ou quase puro,

79 Sobre a incidência do periódico *Regeneración* sobre o movimento operário brasileiro e seu impacto nas leituras que estes fizeram da Revolução Mexicana, ver: SOUSA, Fábio Silva. *Op. cit.*

80 No início de 1914, as discussões dos anarquistas argentinos sobre a Revolução Mexicana baseavam-se, além do próprio *Regeneración*, nas notas enviadas do México por um dos dirigentes do movimento argentino, Rodolfo González Pacheco, que havia passado pelo país do norte em fins de 1913, antes de seguir para a Espanha. (YANKELEVICH, Pablo. *Op. cit.*, p. 190).

81 *La Razón*, Acontecimientos de México, 16/04/1914, 1ª pág. 3ª ed.; *México y los Estados Unidos*, 24/04/1914, p. 3, 4ª ed.; 22/1913, p. 5, 3ª ed.

cujos representantes têm todas as tendências e caracteres físicos e morais da raça indígena”.⁸²

Aqui aparece claramente a “questão racial”, um dos aspectos fundamentais a ser considerado nas leituras argentinas da Revolução Mexicana e um elemento interessante a ser comparado com o caso brasileiro.



Imagem 1 - La Razón, 22/12/1913, p. 9.

Imagem cedida pela Hemeroteca José Hernández, Legislatura da Cidade de Buenos Aires.

Na Argentina, o processo histórico de formação do Estado nacional envolveu tanto a assimilação quanto o extermínio de populações indígenas de parte de seu território, através de ações militares que ficaram conhecidas como “Campanhas do deserto” e que só terminaram em fins do século XIX.⁸³ Embora boa parte das populações indígenas tenha permanecido no território argentino, o discurso oficial foi o da negação de sua presença, sendo as diferenças “étnicas” rapidamente traduzidas em “sociais”, vinculadas a caracteres como “marginalização” e “pobreza”. De acordo com Mónica Quijada, muito mais do que o extermínio físico dos indígenas, a “conquista do deserto” marcou o início da construção de um mito nacional, que passava pela auto-identificação da nação argentina como “de raça branca”, sendo

82 Idem, Acontecimientos de México, 16/04/1914, 1ª pág., 3ª ed.

83 Sobre o processo histórico argentino conhecido como Campanhas do Deserto, consultar: PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. São Paulo: Alameda, 2012.

que a grande afluência de imigrantes europeus no período “contribuiu para dar uma aparência de ‘realidade demográfica’” a essa “elaboração identitária.”⁸⁴

Os discursos dos jornais portenhos demonstram que todos eles compartilhavam dessa auto-imagem da Argentina como “nação branca”, o que, também em todos, desembocou num olhar de “superioridade” em relação ao México. Uma visão depreciativa do “México indígena” transpareceu de forma latente nos diários argentinos independentemente de seus posicionamentos em relação à Revolução. Nem mesmo *La Prensa*, que buscou insistentemente aproximar as realidades argentina e mexicana, escapou dessa perspectiva.

Para o maior jornal argentino, ainda que o contexto político de seu país apresentasse um quadro semelhante ao mexicano, “não chegamos aos extremos do México, porque aqui [na Argentina], felizmente, atuam poderosos fatores de salvação: a superioridade do grau médio intelectual das massas, o predomínio da raça europeia.”⁸⁵ Assim, na percepção dos editores de *La Prensa*, em comparação com o México, a “raça europeia” correspondia a um elemento de “superioridade” da sociedade argentina, na qual seria possível alcançar a democracia sem a necessidade de uma guerra civil.

La Nación, em sua característica defesa da ordem porfirista, encontrou, na herança indígena, a explicação para as guerras e violências que assolavam o país do norte. Em sua visão, o México, “sob a enérgica administração de Porfirio Díaz[,] havia conseguido nos enganar com uma aparência de tranquilidade e trabalho”, mas voltava a “atrair a atenção do mundo [...]. Em dois dias a capital do antigo império asteca voltou a presenciar as matanças do tempo de Montezuma.”⁸⁶

Enquanto *La Nación* vinculou as violências da política mexicana às heranças do passado asteca, um contraponto interessante apareceu nas páginas do brasileiro OESP, num artigo de Oliveira Lima que se referiu elogiosamente ao passado indígena do México, ao criticar a situação que vigorava no campo mexicano. Intitulado “Barbarous México”, o artigo fazia alusão ao livro de mesmo nome do estadunidense John Kenneth Turner, publicado havia pouco tempo, no qual se denunciava a situação de miséria do campesinato mexicano no período anterior à Revolução.⁸⁷ O fato do

84 QUIJADA, Mónica. De mitos nacionales, definiciones cívicas y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI. In: ANSALDI, Waldo (coord.). *Calidoscopio latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2006. p. 432-433, 436.

85 *La Prensa*, La herencia de un despotismo, 27/02/1913, p. 9.

86 *La Nación*, La revolución en México, 12/02/1913, p. 9.

87 *Barbarous Mexico*, de John Kenneth Turner, é uma coletânea de artigos e fotografias de caráter denunciante sobre a situação de miséria e exploração das classes populares mexicanas durante o porfiriato, produzida a partir de uma longa permanência do periodista estadunidense no país vizinho, entre meados de 1908 e inícios de 1909. Sobre a importância dessa obra no contexto do acirramento da oposição à ditadura porfirista, a historiadora mexicana Eugenia Meyer destaca que os artigos de Turner, depois reunidos no livro, decididamente contribuíram para “lançar lenha na fogueira” da mobilização política que daria início à Revolução Mexicana. Segundo Meyer, naquele contexto, foi Turner “quem ofereceu uma visão de conjunto do que era o México no período imediatamente anterior à Revolução.” MEYER, Eugenia. El encuentro, los encuentros. Introdução a *John Kenneth Turner: periodista de*

livro sobre o México ter sido publicado quase ao mesmo tempo que a apresentação de um projeto de lei de seguro para trabalhadores na Inglaterra chamou ainda mais a atenção do intelectual brasileiro, que afirmou:

No mesmo momento em que o governo inglês resolvia chamar para si a proteção dos trabalhadores nacionais contra a doença e a falta de emprego [...] ficava o mundo sabendo, por aquele volume de um americano, que no estado de Yucatán a antiga população Maya, cuja civilização foi tão notável, se acha forçada ao trabalho sem remuneração, surrada e vendida por efeito de um sistema de dívida pessoal que já foi denunciado na nossa Amazônia e no nosso Acre [...] No México a imprensa, sujeita a um poder ditatorial não pode fazer às revelações americanas o acolhimento que elas poderiam merecer, nem defender todos aqueles desventurados [*peones*].⁸⁸

Dessa forma, o autor encontrava as “barbaridades mexicanas” não numa pretensa característica racial de sua população, mas na situação de miséria e exploração à qual estava submetida. E essa realidade não foi apontada apenas no México, mas também no Brasil, onde grande parte da população rural encontrava-se submetida a condições semelhantes às do país do norte.

Mas ressaltamos, desde logo, que essa foi a única alusão à questão social no México que o jornal paulista veiculou ao longo de todo o período estudado e, tratando-se de um artigo assinado, não necessariamente representava uma opinião compartilhada pelos editores do diário. Além disso, como se depreende da leitura do trecho citado, a situação de exploração social não apareceu vinculada ao movimento revolucionário que se desenvolvia no país do norte, ao contrário, subjaz na argumentação do autor a noção de que caberia à imprensa denunciá-la e “defender” a população explorada.

Com a intensificação da guerra civil no México, após a queda de Madero, o “caráter” da população mexicana apareceu enfocado como explicação para a instabilidade política do país também n’OESP que, até então, vinha se posicionando de forma mais favorável ao movimento revolucionário. Num artigo de um dos principais colaboradores do diário, Aguiar Andrade, encontramos a seguinte análise da situação mexicana: “Madero quis governar com a constituição [*sic*], parecendo ignorar que o povo mexicano[,] em sua grande maioria composto por *peones*, raça inferior e semi-selvagem, ainda está longe de poder compreender o alcance de um governo dessa natureza.”⁸⁹

Como se depreende do excerto citado, apesar da ocorrência da palavra “raça”, o tom pejorativo utilizado para se referir aos mexicanos não remete diretamente a uma caracterização étnica, mas principalmente a uma identificação social e muito claramente a seu pertencimento ao mundo rural. Essa foi a forma mais recorrente

México. México: Era: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 2005, p. 41.

88 OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Barbarous México. *Coisas Estrangeiras*, OESP, 20/06/1911, p. 3-4. (Nessa data, Porfirio Díaz já havia renunciado, mas o artigo havia sido enviado da Europa em maio de 1911.)

89 AGUIAR ANDRADE. A revolução no México, OESP, p. 4.

nos jornais brasileiros, ao contrário dos argentinos, que normalmente tenderam a associar pejorativamente, e de forma explícita, os revolucionários mexicanos à figura do “índio”.

No caso dos diários portenhos, a identificação étnica dos mexicanos pode ser explicada, além do latente preconceito racial, pelo fato de que a presença indígena – que continuava significativa no país apesar de negada pelo discurso oficial – ganhava o cenário público no período por meio de diversos levantes, desencadeados por comunidades originárias da região do Chaco, recentemente incorporadas ao território nacional e forçadas a trabalhar nos canaviais do norte.⁹⁰ Essas revoltas aparecem noticiadas pelos diários portenhos normalmente sob o título “Assalto de índios.”⁹¹

Sobre as referências pejorativas em relação à população mexicana nos jornais brasileiros, é interessante observar que uma das poucas vezes em que identificamos, no *Minas Gerais*, a associação explícita de caracteres raciais à imagem negativa dos mexicanos ocorreu exatamente através de uma reprodução “de um jornal platino”. Apesar de o jornal mineiro não citar o nome do periódico do qual reproduziu o artigo, tratava-se do argentino *La Razón*, que no período vinha publicando um série de artigos do jornalista italiano Luigi Barzini, enviado do diário *Corriere della Sera* ao México. O italiano, que possuía uma visão extremamente negativa dos indígenas, afirmava o seguinte no referido artigo, reproduzido pelo diário oficial mineiro: “entre essa gente, em períodos de desordens, quando difunde a embriaguez do sangue e do mando, para pacificar é necessário aterrorizar e abater.” E completava: “é necessário não esquecer que o México, moderno em aparência, tem enorme maioria de população semi-selvagem e está dominado por uma classe de alma medieval.”⁹²

A reprodução feita pelo jornal mineiro não foi fortuita, visto que, apesar de em todos os diários argentinos o critério “raça” ter atuado como uma referência importante ao se referirem ao México, apenas *La Razón* produziu uma interpretação

90 Embora a situação da chamada “pampa próspera” representasse a maior parte do mundo camponês argentino, a realidade do norte do país apresentava-se de maneira bem mais precária, além de marginalizada no conjunto nacional. Desde as últimas décadas do século XIX, boa parte da força de trabalho para a produção açucareira desenvolvida nas províncias do norte era recrutada entre comunidades indígenas da região do Chaco, que foram submetidas à órbita estatal no período e inseridas em sistemas de coação do trabalho, como o de *peonaje* por dívidas – semelhante ao sistema de *tiendas de raya* que prevalecia nos latifúndios do norte mexicano –, que conservou vigência legal no norte argentino até o início da década de 1920. CAMPI, Daniel. Economía y sociedad en las provincias del norte. In: LOBATO, Mirta. *Op. cit.*, p. 71-118.

91 *La Prensa*, 22/06/1911, p. 10; *La Nación*, 14/05/1912, p. 11. Sob os títulos “assalto de índios” ou “malón de índios” os periódicos publicaram notícias de levantes indígenas no Chaco austral, em Salta e outras localidades do nordeste e noroeste argentino. Essas referências remetem à memória oficial da construção do Estado nacional na Argentina e a todo um imaginário que foi construído em relação aos indígenas no século XIX, relacionando “o índio” às noções de violência, como rapto de mulheres ou ataques a populações brancas indefesas, visando justificar as campanhas do deserto e os massacres das populações indígenas que marcaram o processo de expansão do Estado argentino. Consultar: a respeito QUIJADA, Mónica. ¿“Hijos de los barcos” o diversidad invisibilizada? La articulación de la Población Indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX). In: *Historia Mexicana*, v. LIII, n. 2, 2003, p. 469-510. Disponível em <http://historiamexicana.mx/pdf/131art_13_2080_18117.pdf> (Acesso em 10/2009).

92 *La Razón*, La Revolución Mexicana, 29/04/1914, p. 6.

essencialmente racista dos eventos que se desenrolavam naquele país.

Ao comentar a situação mexicana após os eventos da *Decena Trágica*, o jornal considerou que se constituía numa “restauração” da “arcaica entidade política”, operada pelo sobrinho do antigo ditador, “retrato moral e político do tio”. Então, para criticar a política porfirista, “seus homens e seus métodos”, o diário recorreu à origem genética dos Díaz, que expressou, inclusive, por meio de um organograma contendo a árvore genealógica da família, além do desenho do tipo físico de Félix Díaz, sobrinho de Don Porfirio, ocupando cerca de meia página do jornal, juntamente com o seguinte comentário (Imagem 2):

De pai espanhol e mãe índia mestiça, de raça mixteca, pura até a geração anterior, [Porfirio] Díaz é, pois, um mestiço, como seu irmão mais novo Félix, o pai do homem a quem atribuímos maior influência que o próprio Huerta na atualidade do México. [...] Acaba-se de ensaiar nas cabeças de Madero e de Pino Suárez seus métodos, utilizados por seus homens. Logo veremos a sorte que eles reservam a seu desgraçado país.⁹³

LOS HOMBRES Y LOS METODOS QUE IMPERAN EN MEJICO

La familia y la escuela de Porfirio Díaz



¿Cuáles son los métodos de Porfirio Díaz a que Huerta se lo rebela? La respuesta la dan los hechos, desde que esos métodos araban de ser aplicados al ex presidente Madero, la primera figura, tal vez, del “moderno” México y al ex presidente Pino Suárez.

Esos métodos pueden sintetizarse así: el oro en una mano, para los adversarios fáciles de seducir y el hierro implacable en la otra, para los que no se doblegan. Como consecuencia de todo ello, una yá vana para la nación y una abundancia material, seductora para la masa popular, con tal que ella oblique sin dudar, sobre sus derechos.

Más de un cuarto de siglo imperaron sobre México esos hombres y esos métodos. Madero — la idea nueva y el ambiente moderno — quebró su férrea unidad. Hoy Félix Díaz la restablece. El “Restaurador” no tardará en llegar, así que regrese a Egipto.

En nuestra historia de 1825, la que se repite, con leves modificaciones. El don Porfirio de allá, se parece mucho a nuestro don Juan Manuel, aunque le aventaja en todo sentido, hasta en la especie humana de — — — — —



La casa en que nació Porfirio Díaz, en Oaxaca.

¡Quién es, pues, ese hombre extraordinario que tal influencia ejerce sobre su desdichado país! Don Porfirio Díaz nació en 1829, en Oaxaca.

Vino luego el breve gobierno de Madero y ahora, hace unos días, la “restauración”. Esta, que es ya un hecho, nos ofrece la oportunidad de retratar a los Díaz, don Porfirio y don Félix. El que hoy manda (aunque aparentemente gobierna otra persona), es el retrato físico, según dice, de su padre y humillado, pero así el retrato moral y político de su tío don Porfirio.

El será, pues, el que vuelva a “restaurar” a México, mientras llega el verdadero “restaurador”.

En la cabeza de Madero y de Pino Suárez, se acaban de ensayar “sus métodos”, manejados por “sus hombres”. Ya veremos la suerte que ellos reservan a su desdichado país.



El general Díaz en traje de campaña.

Oaxaca. Tío, pues, ahora el nieto. Sus padres Porfirio José de la Cruz Díaz, descendiente de español y Petrona Muri, indígena mixteca, pura hasta su anterior generación.

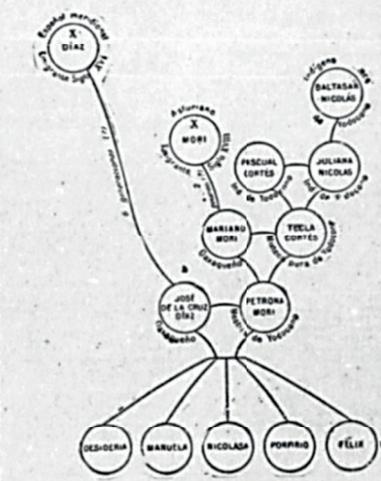
Díaz, es, pues, un mestizo, como su hermano menor Félix, el padre del hombre a quien atribuímos mayor influencia que el mismo presidente Huerta en la actualidad de México.

Los Díaz, sirvieron a la causa nacional con el insubordinado Benito Juárez (indio de pura sangre) — — — — —

Desde entonces hasta “los métodos”, a que nos hemos referido y que proceden a Díaz, con todos los años de dictadura.



Félix Díaz, en traje de común.



Arbol genealógico de los Díaz

Imagem 2 – *La Razón*, 26/02/1913, p. 3, 4ª ed.

Imagem cedida pela Hemeroteca José Hernández, Legislatura da Cidade de Buenos Aires.

93 *La Razón*, Los hombres y los métodos que imperan en México, 26/02/1913, p. 3, 4ª ed.

A origem genética apareceu em *La Razón* como o principal parâmetro para explicar os comportamentos políticos dos mexicanos, configurando uma análise marcada pelo determinismo biológico, pelo qual o elemento racial condicionaria os caracteres morais dos indivíduos. Nessa perspectiva, *La Razón* considerou o governo de Madero como “um breve interregno”, numa história de anarquia e violência, concluindo que a suposta “inferioridade racial” dos mexicanos seria o principal entrave para a consolidação de um governo estável no país.

Com o prolongamento da guerra civil no México, o jornal, que havia criticado duramente o porfirismo, acabou defendendo a necessidade de um governo autoritário como o único remédio para a situação. Mais uma vez, o aspecto racial apareceu como elemento central para a compreensão da situação política mexicana, pois, segundo a opinião dos editores de *La Razón*:

A anarquia na qual até hoje se debate o México prova que seu povo merecia e necessitava da férrea ditadura com que *don* Porfirio no início dominou suas indômitas paixões, até aquietar seus levantiscos partidos e subordinar ao trabalho, à ordem e ao sossego absolutos as energias poderosas da raça.⁹⁴

O critério racial, implícita ou explicitamente remetendo aos indígenas e identificado às noções de é identificadaleitoral, de 1912,o polprmidoanarquia e violência política, foi o traço predominante na representação da Revolução e dos revolucionários mexicanos veiculada por *La Razón*. Nesse sentido, é compreensível que os artigos de Tito Foppa, que destacavam a questão social no processo revolucionário do país do norte, tenham sido rapidamente substituídos pelos do jornalista italiano, Luigi Barzini. Em suas análises, além de enfatizar os aspectos mais sombrios do processo revolucionário, Barzini demonstrava sempre uma visão depreciativa dos indígenas e de sua participação na Revolução, como aparece no seguinte trecho:

Tudo está queimado, destruído, demolido. [...] São as primeiras marcas da revolução que passa como um cataclismo... Na manhã obscura, cinza, triste e fria, no meio de solidões imensas, o espetáculo dessa ruína é angustioso. [...] De nosso trem descem alguns soldados das forças irregulares com grandes *sombreros*, carabina nas costas, cartucheira na cintura e arrastando o laço. Nenhum deles fala; não se ouve nada; a melancolia mexicana chega a uma intensidade fúnebre. Ao redor dos fogões de arbustos se aquecem grupos de soldados. [...] Estão silenciosos, sem nenhum gesto, na imobilidade característica dos índios, a imobilidade instintiva dos povos caçadores.⁹⁵

O quadro desolador, apropriadamente intitulado de “A devastação”, foi traçado por Barzini numa de suas “Notas de viagem no México”, publicada apenas dois dias após a reprodução do último artigo de Tito Foppa por *La Razón*. Enquanto um observador *in loco*, o jornalista italiano dificilmente conseguiria negar a participação popular, mais precisamente indígena, no processo revolucionário mexicano; portanto,

94 *La Razón*, General Porfirio Díaz: muerte ayer en Paris, 03/07/1915, p. 10, 3ª ed.

95 BARZINI, Luigi. La devastación, *Notas de viaje en México*, *La Razón*, 04/05/1914, p. 5, 3ª ed.

optou por dar destaque principalmente à destruição causada pelas batalhas e aos pretensos aspectos morais/raciais dos “peles-vermelhas”. Essa representação da Revolução e dos revolucionários mexicanos apresentava grande sintonia com as percepções racistas que vinham sendo expressas pelos editores de *La Razón*.

Quer seja explicitamente ou de forma mais sutil, mas não menos reveladoras, o que as abordagens de todos os jornais analisados sobre o México refletem é a mesma consciência de que os dilemas “de lá” encontravam-se presentes também “aqui”. Nesse sentido, destacar ou minimizar a importância dos acontecimentos mexicanos e ressaltar ou negar a participação popular – indígena e/ou camponesa – no processo revolucionário denotava muito mais do que tratar do México. Significava trazer ou não à discussão os conflitos, reivindicações e contestações latentes nos contextos em que a Revolução Mexicana era noticiada.

Evidentemente, como órgãos ligados às elites dominantes, os diários analisados não tinham interesse em ressaltar o caráter social de uma revolução que seguia vitoriosa. Dessa forma, também sobressaem em seus discursos sobre o México as estratégias que lhes permitiram afastar-se dessa faceta fundamental da Revolução Mexicana. Tais estratégias são mais facilmente apreendidas quando atentamos para os usos que os diários fizeram da palavra “revolução” ao se referirem ao processo mexicano.

2.3. Revolução, revoluções...

Em todos os jornais analisados os eventos mexicanos foram percebidos como uma revolução e assim denominados desde o início do processo. Mas a palavra “revolução” foi preenchida por cada um com significados diferentes, por vezes contrastantes. Assim, quando seguimos o caminho traçado pelo uso dessa palavra em cada um dos diários, através de sua recorrência ou abandono e da permanência ou mudança dos sentidos que lhe foram conferidos, encontramos delineada uma visão global, ou seja, a “leitura” predominante que cada jornal conferiu ao processo revolucionário.

Em primeiro lugar, é preciso considerar a novidade colocada pela Revolução Mexicana no âmbito continental. É certo que o sentido moderno de revolução foi consagrado com a Revolução Francesa, impondo às consciências, entre outras coisas, aquilo que Reinhart Koselleck identifica como um “trajeto”, a passagem da revolução política à social ou a ideia de que uma revolução política possa comportar o objetivo de uma transformação da estrutura social.⁹⁶ Também é certo que durante

96 Sobre os sentidos que acompanham o conceito moderno de revolução, consultar: KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Contraponto, 2006; ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática e Editora UNB, 1988.

os processos de independência das colônias espanholas e formação das novas repúblicas hispano-americanas esse sentido tinha vindo à tona com a participação popular, mais ou menos significativa de acordo com cada região. Mas, ao longo do século XIX, muitas “revoluções” no subcontinente não passaram de conflitos intra elites e o aspecto social permaneceu ofuscado precisamente até a Revolução Mexicana de 1910. Dessa forma, é plausível pensar que, no início, o caráter social do movimento mexicano não estava claro para aqueles que o analisavam de fora.

Outro fator fundamental a ser considerado nas análises dos diários sobre processo revolucionário mexicano é a pluralidade ideológica que o caracterizou. A Revolução Mexicana foi um movimento de amplitude realmente nacional, com disputas políticas que envolveram a sociedade em seu conjunto; não se tratou de um movimento único e generalizado mas, como muito bem define Romana Falcón, foi composto por “um mosaico de rebeliões locais, [...] em que, todas juntas, compuseram a Revolução.”⁹⁷ Assim, a própria diversidade ideológica do movimento revolucionário – resultante da participação de diversos grupos sociais com suas distintas demandas e propostas – permitia aos jornais, de acordo com seus interesses, enfatizar essa ou aquela faceta do movimento.⁹⁸

Mas, tão importante quanto todos esses fatores, é o fato de que os discursos dos diários estudados nos revelam que seus produtores tiveram clareza da questão social envolvida no processo revolucionário mexicano, em virtude da imensa participação popular no mesmo.

Antes de analisar como os jornais empregaram a palavra “revolução” ao tratar dos eventos revolucionários desencadeados no México, retomemos sucintamente os principais episódios que se seguiram à *Decena Trágica*.

O assassinato do presidente Madero, em fevereiro de 1913, reacendeu as forças revolucionárias no México, sob o comando de Venustiano Carranza, governador de Coahuila e o único eleito constitucionalmente, durante o governo de Madero, que se opôs à ditadura de Victoriano Huerta.⁹⁹ Assim, sob a bandeira do “constitucionalismo”, Carranza publicou, em março do mesmo ano, seu *Plan de Guadalupe*, que desconhecia a autoridade do governo huertista e nomeava a si próprio como Primeiro Chefe da Revolução Constitucionalista. O Plano de Carranza não fazia qualquer menção à questão social, sua preocupação residia apenas na retomada da ordem constitucional ferida pelo golpe.

97 FALCÓN, Romana. Carisma y tradición: consideraciones en torno a los liderazgos campesinos en la Revolución Mexicana. El caso de San Luis Potosí. In: KATZ, Friedrich (comp.). *Revuelta, rebelión y revolución*. Tomo 1. México: Era, 1990, p. 89.

98 A diversidade ideológica do processo revolucionário mexicano foi um dos fatores geradores de uma amplíssima e também diversificada historiografia a respeito. Um panorama histórico da historiografia da Revolução Mexicana pode ser encontrado em: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & LOPES, Maria Aparecida de Souza, A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. São Paulo: *História*, Revista do Departamento de História UNESP, vol. 20, 2000, p.163-198.

99 AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *Op. cit.*, p. 57.

O Exército Constitucionalista recebeu o apoio do líder camponês Francisco Villa, cujas forças militares, batizadas de Divisão do Norte e compostas por cerca de dez mil homens, se tornaram a principal força militar da Revolução no período.¹⁰⁰ Entre fins de 1913 e inícios de 1914, importantes batalhas foram vencidas pelos constitucionalistas no norte do país, enquanto, ao sul da capital, o exército zapatista, sem aderir ao constitucionalismo, seguia com sua revolução e aproximava-se da Cidade do México.¹⁰¹

O ditador mexicano teve que enfrentar, ainda, as pressões crescentes do governo dos Estados Unidos, cujo novo presidente, Woodrow Wilson, operou “um giro de 180° na política para com o México”, ao começar a pressionar por eleições para a formação de um governo democrático no país vizinho.¹⁰²

Após sucessivas vitórias, em agosto de 1914, o exército constitucionalista obteve a rendição do exército de Huerta e Carranza entrou triunfante na Cidade do México. Mas a hegemonia do constitucionalismo não estava consolidada após a derrubada do ditador. Junto com o *primer jefe* chegaram à capital as forças zapatistas, que nunca haviam estabelecido aliança com o constitucionalismo ou qualquer outra facção revolucionária desde o rompimento com Madero; além disso, os desentendimentos entre Villa e Carranza já se avolumavam, o que levou ao rompimento entre ambos pouco tempo depois.

Assim, o período compreendido entre meados de 1914 e os primeiros meses de 1915 correspondeu a uma conjuntura decisiva para a definição dos rumos da Revolução. Novamente, após a derrubada do inimigo comum, diversas facções disputavam a hegemonia do movimento revolucionário e estavam, então, divididas em três principais forças militares: Exército Constitucionalista, liderado por Carranza; Divisão do Norte, por Panhco Villa; e Exército Libertador do Sul, reunido em torno de Zapata. Mais do que um conflito militar, tratava-se de um confronto entre diferentes e divergentes projetos políticos e ideais de sociedade, representados por cada um desses grupos.¹⁰³

Desde o início do movimento revolucionário a questão agrária e a proposta de uma transformação substantiva da estrutura fundiária do país foram o cerne da atuação dos exércitos camponeses. Villismo e zapatismo representavam os desdobramentos regionais da luta histórica do campesinato mexicano e seus projetos respondiam às

100 Graças à tática de ataques noturnos às ferrovias, as tropas villistas conseguiam rápida mobilidade, o que se somava ao conhecimento do terreno do norte do país, criando um grande arrojo militar. (VILLA, Marco Antônio. *Francisco “Pancho” Villa. Uma liderança da vertente camponesa na Revolução Mexicana*. São Paulo: Ícone, 1992, p. 79.)

101 AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *Op. cit.*, p. 65.

102 VÁZQUEZ, Josefina Z.; MEYER, Lorenzo, p. 129.

103 Para um estudo sobre as bases ideológicas e as disputas que caracterizaram o processo revolucionário mexicano nesse âmbito, consultar: os trabalhos de Arnaldo Córdova: *La ideología de la Revolución Mexicana*. México: Era, 1977 e “La lucha ideológica en Revolución Mexicana”. In: *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989. p. 54-75.

perspectivas locais do problema agrário. No norte, onde abundavam os latifúndios, o projeto villista enfocava a divisão da terra em pequenas propriedades individuais, além de enfatizar a educação, “considerada essencial para romper o domínio do saber dos ‘de cima’.”¹⁰⁴ No sul, onde predominavam as comunidades indígenas, os zapatistas defendiam a organização produtiva comunitária, como, historicamente, se realizava na região. Com essa concepção, Zapata repartiu as terras de Morelos entre, aproximadamente, cem *pueblos*. Cada um destes funcionava como “município livre, dotado de autonomia e recursos próprios” e representava “a entidade política central” dentro do projeto zapatista.¹⁰⁵

Ainda que possamos pensar as medidas adotadas nas regiões governadas por villistas e zapatistas como propostas a serem estendidas para o conjunto nacional, a ocupação do poder central não era o objetivo dos líderes camponeses. Isso ficou bastante claro num dos mais marcantes episódios da Revolução Mexicana, ocorrido em dezembro de 1914, quando Zapata e Villa, juntos, ocuparam a Cidade do México, adentraram o Palácio Nacional, sentaram-se à cadeira presidencial mas não tomaram o governo. Voltaram, cada um, para sua região de origem, onde seguiram lutando.¹⁰⁶

Os constitucionalistas, ao contrário, tinham como objetivo primordial a tomada do Estado. Inicialmente não propuseram qualquer alteração à estrutura social do país, porém, a imensa participação popular na luta revolucionária deixou claro que as reformas sociais eram imprescindíveis. Os constitucionalistas, então, passaram a adotar algumas medidas sociais como estratégia política, visando impor seu projeto sobre o conjunto da sociedade. Assim, em dezembro de 1914, Carranza publicou um decreto adicional ao *Plan de Guadalupe*, garantindo que efetivaria reformas sociais e, em seguida, lançou sua Lei Agrária, de 6 de janeiro de 1915, arrebatando a principal bandeira revolucionária dos camponeses.¹⁰⁷

No caso das lideranças camponesas, a falta de uma perspectiva nacional

104 VILLA, Marco A.. *Op. cit.*, p. 88. Esse trabalho analisa o projeto villista e as ações empreendidas pelo líder camponês quando governou o estado de Chihuahua, entre 1913 e 1915. Consultar: a respeito principalmente o capítulo 6.

105 WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, 1990, p. 15.

106 Ao analisar essa situação para o caso do zapatismo, Arturo Warman observa que “o governo era concebido como um instrumento de opressão por seu centralismo, por seu controle por uma casta profissional afastada do povo, por sua natureza repressiva e expropriatória”, enquanto “a revolução era concebida como um processo e não como um ato de tomada do controle.” (WARMAN. *Op. cit.*, p. 22). No caso do villismo, ainda que o líder camponês tenha assumido o governo de Chihuahua durante a Revolução, julgava não ter educação o bastante para ser presidente do México, segundo declaração atribuída a Villa por John Reed. (REED, John. *México Rebelde*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 121). Villa, assim como Zapata, aprendeu a ler durante a Revolução.

107 Uma parte fundamental da estratégia para consolidação da hegemonia constitucionalista foi a aliança articulada com a *Casa del Obrero Mundial*, central sindical fundada em 1912. O acordo firmado entre Carranza e a COM, em fevereiro de 1915, previa a criação de leis trabalhistas em troca da ajuda do operariado urbano para combater militarmente os camponeses, através da formação dos chamados Batalhões Vermelhos. As reformas sociais foram concedidas estrategicamente por Carranza que, logo que viu consolidado seu poder – após vencer militarmente os camponeses e ter seu governo reconhecido –, reprimiu duramente os movimentos grevistas, no início de 1916. Sobre o movimento operário mexicano durante a Revolução, consultar: CARR, Barry. *Op. cit.* e RUIZ, Ramón E.. *Op. cit.*

acabou se transformando numa grande debilidade política, posto que dificultou a formulação de um projeto que pudesse conquistar a adesão de outros grupos sociais e empreender um combate também ideológico ao carranzismo, que começou a se impor militar e ideologicamente sobre o conjunto nacional a partir de então.¹⁰⁸

Voltando às análises dos jornais sul-americanos sobre os acontecimentos mexicanos, observamos que *La Nación* foi o diário que menos empregou o termo “revolução”. No início do movimento revolucionário, a palavra praticamente não apareceu no jornal portenho, que enfatizou notas telegráficas que aludiam a “motins”, “desordens” ou “distúrbios”.¹⁰⁹

Após a renúncia de Díaz, os telegramas sobre o México passaram a ser agrupados pelos editores de *La Nación* sob o título “A rebelião mexicana”, sempre destacando os aspectos de desordem e violência no país do norte. Durante os eventos da *Decena Trágica*, por sua vez, as notícias publicadas pelo jornal ganharam a alcunha de “Outra revolução” e o jornal posicionou-se ante os acontecimentos, revelando claramente o sentido de “revolução” que predominou em suas páginas. A seguinte passagem o explicita muito bem:

São um tanto tranquilizantes as notícias que chegam do México. [...] Em todo caso, é de lamentar, pelo prestígio das instituições, que o governo constitucional do senhor Madero tenha que cessar suas funções por causa de uma revolta armada; mas se as gestões resultarem no restabelecimento da paz, haverá motivo para congratularmos de seu bom resultado. [...] Quanto aos revolucionários, só Deus sabe o que farão. Zapata sempre foi inimigo do regime porfirista, e não é provável que uma mudança de governo seja motivo bastante para que ele e seus bandos mudem sua atitude, mais de bandoleiros do que de revolucionários. [...] O presidente Madero não pôde dominar a revolução, degenerada em bandoleirismo; o porfirismo renascente conseguirá vencer uma vez mais a anarquia?¹¹⁰

Na argumentação de *La Nación*, portanto, “revolução” correspondia a “anarquia”, já a “revolta armada” contra o “governo constitucional” – que se tratava do assassinato do presidente e do vice, episódios que deram início à ditadura do general Huerta – aparecia como uma notícia “tranquilizadora”, posto que poderia significar o restabelecimento da ordem, o que parecia muito mais importante para

108 Após terem sido vencidos política e militarmente, os exércitos villista e zapatista entrincheiraram-se em seus estados de origem, procurando garantir o domínio em nível local. Zapata seguiu controlando Morelos até que foi assassinado, em 1919. Villa depôs as armas, em 1920, mas também foi assassinado, em 1923. Embora o projeto político que se impôs ao México não tenha sido o dos camponeses revolucionários, sua participação efetiva durante a Revolução resultou em ganhos sociais significativos, ratificados na nova Carta constitucional que expressava, em grande medida, a diversidade ideológica que marcou o processo revolucionário durante quase uma década. A Constituição Mexicana de 1917, além de prever a realização da reforma agrária pelo Estado, garantiu a forma *ejidal* de propriedade da terra. Ao lado da propriedade privada, continuaram existindo *ejidos*, terrenos familiares ou comunitários, que eram de propriedade do Estado, cedidos em usufruto aos seus habitantes, não podendo ser vendidos, visando evitar a formação de latifúndios. A Constituição foi, também, uma das mais avançadas para a época quanto à legislação trabalhista, definindo jornada máxima de oito horas de trabalho e reconhecendo o direito de greve, entre outros direitos conquistados. (Artigos 27 e 123 Constituição de 1917. Apêndice de CORDOVA, Arnaldo. *La ideologia ... Op. cit.*, p. 486-494.)

109 *La Nación*, *Telegramas*, novembro e dezembro de 1910.

110 *La Nación*, La situación en México: renuncia del presidente Madero, 15/02/1913, p. 9.

os editores do jornal que o respeito à Constituição. Além disso, como se percebe, a figura que, para *La Nación*, resumia o caráter “revolucionário” do México era Zapata, identificado como “bandoleiro”, para quem “uma mudança de governo” não seria suficiente. Dessa forma, o significado de “revolução” só poderia ser desqualificado enquanto “anarquia” ou “distúrbio” por um jornal claramente comprometido com a manutenção da ordem social e a conservação de uma estrutura política autoritária.

Desde o início do conflito diplomático entre México e Estados Unidos, a partir de meados de 1913, o diário dos Mitre se afastou dos acontecimentos internos mexicanos para se concentrar no conflito externo. Mas não sem antes destacar as “nobres qualidades” do novo ditador mexicano, por meio da reprodução de um artigo assinado por Estlin Grundy, supostamente apresentando “o ponto de vista britânico”. O artigo denunciava a ação dos Estados Unidos como um “desdobramento marcadamente significativo” da doutrina de Monroe,¹¹¹ deixando clara a nova perspectiva que seria assumida pelo jornal ao tratar da situação do México.

Uma das poucas vezes em que *La Nación* voltou a se referir à situação interna mexicana após os desentendimentos entre o México revolucionário e os Estados Unidos foi em uma matéria denominada precisamente “A revolução mexicana”, que contava com várias fotografias dos “revolucionários” com *sombreros* e rifles. (Imagem 3)

111 GRUNDY, Estlin. México y la doctrina de Monroe, el punto de vista británico, *La Nación*, 12/11/1913, p. 5-6.

LA REVOLUCION MEJICANA



Revolucionarios regresando a sus campamentos después de expulsar a las fuerzas del gobierno de Ciudad-Juárez



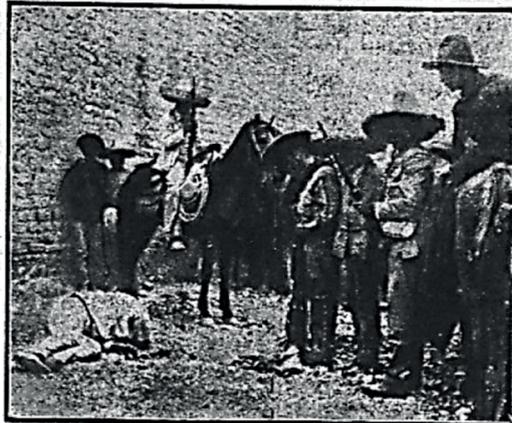
Soldados norteamericanos de servicio en la frontera para impedir el paso de rebeldes a Estados Unidos

La situación de la lejána República de Méjico ocupa la atención del mundo civilizado. Allí no solamente se está jugando la suerte de un gobierno, sino también la suerte de un país; de un país que comparte con nosotros el idioma, la religión y la historia.

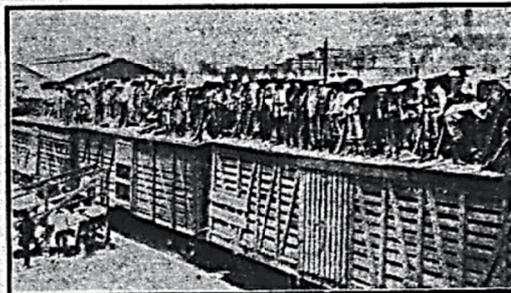
Desde la caída del general Porfirio Díaz, viejo y experto gobernante que cayó más fatigado que vencido, la nación mejicana no conoce un instante de reposo. La actuación efímera de Madero sólo sirvió para demostrar que es imposible y hasta perjudicial: dirigir aquel pueblo por los procedimientos puros de la democracia, después de una larga dominación de hierro, rica en malas enseñanzas y en grandes beneficios materiales.

Pertenece al dominio público los hechos transcurridos desde la muerte del infortunado Madero. El general Huerta, en el poder es una supervivencia del régimen porfiriano, que la experiencia enseña ser el único practicable allí por el momento. La revolución encabezada por Carranza, Zapata y otros caudillos de menor prestigio, no da señales de vencer ni de concluirse. La actitud adoptada por el presidente Wilson, le sirve de apoyo moral. Entretanto, aquel país, cuya historia es heroica, sigue balándose en sangre y hundido en miseria. Las entradas de algunos ferrocarriles han disminuido en una proporción de 90 a 50.

Hay una cosa que extraña y asombra en el actual instante histórico mejicano. Los diarios que de aquella tierra proceden nos dan, junto a las noticias de la guerra, grandes, extensas informaciones de corridas de toros, de bailes, concursos deportivos, etc. Allí están, obteniendo magníficos éxitos, el torero Belmonte—el «fenómeno», como le llaman en España—y el torero Vicente Pastor, dos celebridades. Esos hechos revelan una exuberancia capilar como indiferencia ante la sujeción de la mitad de la nación, que gime bajo el dominio incompasivo de los revolucionarios.



Oficial del gobierno fusilado por los rebeldes



Un convoy de tropas en la ciudad de Méjico

Lo que más contrista el ánimo es que no se ve próximo el fin de tantos males para el país hermano. Los carrancistas, zapatistas, panchovilistas, etc., cuentan con armas y soldados suficientes para continuar su acción de exterminio durante mucho tiempo. Huerta, con su enérgico rechazo de las proposiciones del presidente Wilson, se ha hecho simpático a la mayoría de los patriotas mejicanos; por lo demás, cuenta con el ejército de línea y con los hombres de trabajo, que creen ver en él una garantía para su vida y para sus intereses.

Imagem 3 – La Nación, 05/01/1910, p. 9

Imagem cedida pela Hemeroteca José Hernández, Legislatura da Cidade de Buenos Aires.

Nessa matéria de *La Nación*, os editores do diário destacaram a triste sorte de uma nação “que gem[ia] sob o domínio incompassível dos revolucionários”, que “conta[va]m com armas e soldados suficientes para continuarem sua ação de extermínio durante muito tempo.”¹¹² Permanecia, portanto, nas páginas do segundo maior jornal argentino, uma visão que associava o processo revolucionário mexicano simplesmente a um caráter de anarquia e violência, que não denotava qualquer tipo de motivação política ou social.

Já no brasileiro OESP, encontramos uma conotação muito distinta para

112 *La Nación*, La revolución mexicana, 05/01/1914, p. 9.

“revolução”. A primeira nota publicada sobre o movimento mexicano, à qual já fizemos referência, é bastante representativa a respeito; ela destaca que a “agitação” vivida pelo México em novembro de 1910 era um “prenúncio seguro de que a revolução não pode mais nem sequer ser evitada [...] porque o povo já esta[va] farto de suportar a ditadura do general Porfirio Díaz.”¹¹³

Portanto, na concepção dos editores d’OESP, “revolução”, apesar de envolver “agitação”, ou seja, violência, não equivalia a isso; significava uma mudança política, como o fim da ditadura, e era atribuída à vontade popular. Até a renúncia de Díaz, o jornal continuou dando destaque para notícias sobre “as forças revolucionárias mexicanas”, enfatizando: “continuam, pois, a exigir [...] a extinção da atual oligarquia mexicana.”¹¹⁴

Enquanto processo de derrubada da ditadura e restabelecimento da ordem constitucional, a Revolução do México foi vista positivamente e explicitamente apoiada por OESP. No entanto, após o golpe huertista e o acirramento da guerra civil, outros termos derivados de “revolução”, como “revolucionário”, por exemplo, foram empregados pelo jornal paulista com sentidos de anarquia e violência política, como apareceu numa das *Cartas* de Zeno algum tempo depois dos episódios da *Decena Trágica*: “o México, quando parecia definitivamente curado do sarampo revolucionário [...] deixou-se novamente atacar pela moléstia infantil [...] desceu outra vez ao nível das repúblicas vulcânicas que o mundo não toma a sério.”¹¹⁵

Percebe-se, nesse caso, que a situação mexicana não era vista como uma “revolução”, mas uma situação “revolucionária” de permanente de anarquia, identificada pelo jornal à ideia de doença e percebida enquanto um retrocesso político, sendo que o uso da expressão “outra vez” dava a entender que o México voltava à situação de instabilidade que tinha predominado ali durante praticamente todo o século XIX. Nesse contexto, outro colaborador do jornal, Aguiar Andrade, destacou negativamente a participação popular, afirmando o seguinte: “não sentindo mais pesar sobre os ombros a mão de ferro de Porfirio, acudiram em massa os ‘peones’, aventureiros afeitos à sedição e à revolta, ao primeiro brado dos antigos companheiros de Madero.”¹¹⁶

Se, no início do processo, as abordagens sobre o processo revolucionário mexicano veiculadas por OESP destacavam positivamente “o povo” indignado contra a ditadura porfirista e apoiando a “revolução” de Madero, no contexto da ditadura de Huerta, os mesmos “peones” apareciam nas páginas do jornal como seguindo qualquer caudilho inimigo do governo constitucional e desencadeando “revoltas”. Fica muito claro que “revolta”, “rebelião” ou “situação revolucionária” não

113 OESP, *Telegramas do Exterior*, 20/11/1910, 1ª pág.

114 Idem, *Notícias Diversas*, 21/04/1911, p. 7.

115 ZENO, *Cartas de Londres*, OESP, 29/07/1913, p. 4.

116 AGUIAR ANDRADE, *A revolução no México*, OESP, 27/02/1913, p. 4.

equivaliam a “revolução” no discurso do jornal paulista. Seu apoio ao que qualificou de “revolução”, ou seja, a derrubada da ditadura e o estabelecimento de uma ordem constitucional, não se confundia com a situação que considerava degenerada em anarquia e violência, em meio a qual a “massa” era facilmente manipulada.

Mas a “face” dos acontecimentos mexicanos mudou drasticamente no jornal a partir dos conflitos diplomáticos entre Huerta e o presidente Wilson. O cerne das interpretações veiculadas por OESP recaiu sobre a ideia de que a situação de instabilidade no México era fomentada pelos Estados Unidos, tendo em vista seus interesses econômicos no país vizinho. A partir dessa ideia, Huerta não era aceito pela Casa Branca porque procurava estabelecer laços comerciais privilegiados com a Europa, como fica evidente num artigo de Oliveira Lima, publicado no jornal em inícios de 1914:

Huerta não é tanto indigno da proteção norte-americana porque mandou fuzilar à traição o seu inimigo [...] – *don* Porfirio fazia o mesmo – como porque apelou para interesses europeus e com eles pretendeu fundar um contrapeso econômico que fizesse oscilar o fiel da balança política do México e subir o prato carregado [...] com concessões norte-americanas.¹¹⁷

Além dos artigos de seus próprios colaboradores, OESP reproduziu telegramas do jornalista italiano Luigi Barzini – o mesmo cujos artigos racistas haviam sido reproduzidos pelo argentino *La Razón* – que trazia a mesma interpretação anti norte-americana dos eventos mexicanos por meio de informações como: “os *Yankees* procuram, por todo meio, exercer influência no espírito dos revolucionários do norte [mexicano], induzindo-os à luta, em suma, os norte-americanos fazem guerra contra o general Victoriano Huerta servindo-se dos próprios mexicanos como instrumento”; e afirmações, supostamente do próprio Huerta, como a seguinte: “a revolução mexicana, hoje, nada mais é do que a guerra dos norte-americanos disfarçada. [...]”¹¹⁸

Além do próprio posicionamento anti-imperialista d’OESP, é preciso levar em conta o fato de que a maioria dos colaboradores do jornal escrevia da Europa e, assim, prevalecia em suas argumentações uma opinião europeísta, marcada pela disputa de interesses para com o país que despontava como uma potência continental, fator que analisaremos no próximo capítulo. Mas o fato é que, desde o início dos conflitos diplomáticos com o país vizinho, a Revolução no México apareceu nas páginas do jornal paulista explicada simplesmente pela lógica externa, do suposto jogo de interesses estadunidenses. Dessa forma, o sentido do processo revolucionário no âmbito de sua realidade nacional acabou sendo negligenciado.

Na realidade, o que transparece é o desinteresse em pensar e discutir o México e sua Revolução por si mesmos; a situação daquele país só interessava ao jornal paulista na medida em que servia de “argumento” para suas críticas políticas, fossem

117 OLIVEIRA LIMA. Manuel de. *Coisas Estrangeiras*, OESP, 02/01/1914, p. 3.

118 OESP, *Telegramas do Exterior*, 29/04/1914 e 12/05/14, p. 2.

elas à situação brasileira ou ao “imperialismo *yankee*”.

Apesar dos posicionamentos tão diferentes que apresentaram ante os eventos revolucionários no México, o antinorte-americanismo d’OESP e de *La Nación* levou ambos os diários a se concentrarem quase que exclusivamente nos conflitos entre os dois países do norte e, sobretudo, a submeter a compreensão da situação interna do México aos revezes da conjuntura internacional.

A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, não demonstrou, desde o início, qualquer simpatia pelos acontecimentos revolucionários no México. As primeiras notícias que publicou sobre o assunto apareceram com o título “Agitação no México”, mas rapidamente o jornal passou a qualificar os acontecimentos como “revolução” e, inclusive, “revolução mexicana”, termo que apareceu pela primeira vez em razão do anúncio da renúncia de Porfirio Díaz.¹¹⁹ Mas o diário, como já destacamos, foi o que menos dedicou análises mais detidas sobre os eventos da Revolução antes que se desdobrassem no conflito internacional. No entanto, nas poucas ocasiões em que essas intervenções públicas se fizeram presentes, foram bastante reveladoras.

Numa matéria intitulada “A revolução no México” e publicada com certo destaque, os editores do jornal carioca destacaram a permanência da instabilidade política no país do norte mesmo durante o governo constitucional, eleito após a derrubada do porfirismo: “o general Madero, que tão bem soube coligar os revolucionários para depor o ditador, não achou ainda meio de restabelecer a ordem entre as facções que se digladiam e que ambicionam o poder.” Em que pese a tácita defesa da revolução maderista, chama a atenção o fato de o jornal qualificar Madero de “general”, sobretudo durante seu mandato presidencial, para o qual havia sido eleito constitucionalmente. Vale destacar que em nenhum outro diário analisado encontramos semelhante referência a Madero, em qualquer conjuntura do período estudado, ao contrário, quase sempre, seu nome aparece vinculado à defesa de valores constitucionais.

O discurso da *Gazeta de Notícias* aponta no sentido da defesa da ordem, mais do que das instituições, e também da noção de que qualquer movimento que se lançasse contra o Estado desembocaria fatalmente em disputas facciosas, no “militarismo”, que o diário tanto atacava. Assim, nas poucas análises ou comentários a respeito da Revolução Mexicana, os editores do jornal carioca sempre destacaram seu caráter violento e faccioso, como aparece na seguinte matéria que comentava o exílio de Huerta, após a derrubada de sua ditadura no México, a qual ocupou a primeira página do jornal:

119 *Gazeta de Notícias, Boletim Telegráfico*, 27/05/1911, p. 4.

Huerta, que tanto deu o que falar ao mundo e teve sua hora de celebridade por motivo de sua bela desgovernança [*sic*] no México e de sua forte teimosia caudilhista, naturalmente anteviu, após tantas complicações maderistas, zapatistas, carranzistas e por fim woodrow-wilsonistas, um doce refúgio na velha Europa. [...] Mas eis que surge uma complicação maior – a de todas as grandes potências europeias [em vésperas da Guerra Mundial]. Huerta não gostou: esse privilégio pertencia a ele e à imensa família de caudilhos, ramificada pelo resto da América. [...] Num vapor de nome banal, *Antonio Lopez*, partiu [da Europa] para a América do Sul [...]. Tudo isso [a situação europeia] recordava-lhe o México, o Madero traído e fuzilado numa noite, o general Villa saqueando cidades, o Carranza irreduzível.¹²⁰

Assim, a Revolução no México aparecia nas páginas da *Gazeta* como mais uma demonstração de “militarismo”, em meio ao qual as diferentes “facções” ou “complicações” – de maderista a carranzista, passando pela villista – não possuíam qualquer particularidade. A referência à figura de Antonio Lopez de Sant’Anna – o mais caricato caudilho mexicano do século XIX – como suposto nome da embarcação usada por Huerta reforçava o enquadramento da Revolução de então no rol das muitas demonstrações do caudilhismo continental. Mas os editores da *Gazeta de Notícias* sabiam que os eventos mexicanos iam muito além disso...

Uma análise um tanto quanto inusitada sobre a Revolução Mexicana foi publicada pelo jornal carioca durante o governo maderista. A matéria, que foi publicada em destaque, fazia menção à “marcha vitoriosa” de Zapata “à frente de seus bandos rebeldes, compostos em grande medida por índios”; afirmava o caráter “popular” do movimento dirigido por Madero e ressaltava: “no México, é necessário que um movimento seja realmente popular e poderoso para que insurgentes, sem outro recurso a não ser sua coragem e seu entusiasmo, possam fazer frente durante meses [...] a todas as forças de que dispõe a autoridade.”¹²¹

O tom, como se percebe, era diametralmente oposto ao empregado pelo jornal nos demais comentários sobre a situação mexicana. O artigo punha em destaque o caráter popular da Revolução e a longevidade do movimento. A *Gazeta de Notícias* não informou a seus leitores, mas tratava-se da reprodução de grande parte de um artigo escrito pelo anarquista cubano, então radicado em Londres, Fernando Tarrida de Mármol, que havia sido publicado, alguns dias antes, no periódico *A Guerra Social*.¹²²

Em primeiro lugar, essa reprodução demonstra que as poucas e quase sempre superficiais análises que a *Gazeta* publicou a respeito da situação interna do México não podem ser explicadas simplesmente pela pouca informação que possuía a respeito, já que, quando interessou a seus editores, até mesmo um jornal operário serviu de fonte. Mas a parte que os editores da *Gazeta* suprimiram do referido artigo

120 Idem, O ditador Huerta parte para a América do Sul, 01/04/1914, 1ª pág.

121 Idem, A revolução no México, 27/03/1912, p. 4.

122 Em análise sobre a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira, Fábio da Silva Souza (2011) destaca a crítica dos editores d’*A Guerra Social* à reprodução do referido artigo feita pela *Gazeta*.

é ainda mais reveladora do que a que publicaram, posto que retiraram do texto de Mármol exatamente o trecho em que o autor criticava “os grandes jornais” por publicarem notícias contraditórias e que tendiam a minimizar o movimento mexicano. É provável que essas críticas tenham incomodado os editores da *Gazeta*, que se pretendia um jornal “moderno” e “popular”, ao ponto de levá-los a reproduzir apenas parte do texto, evidentemente submetido à lógica de seu próprio discurso. Sem referências à real autoria, a publicação de uma análise que revelava um conhecimento mais aprofundado dos acontecimentos no México passava aos leitores a impressão de que tinham em suas mãos o fruto de um jornalismo realmente competente, ao contrário, por exemplo, daquele que o verdadeiro autor do artigo criticava.

Mas é fundamental ressaltar que essa não foi a única ocasião em que a *Gazeta de Notícias* se referiu ao caráter popular da Revolução Mexicana. Ao contrário, desde o início do movimento o jornal destacou notícias que aludiam à “efervescência popular”. Uma das primeiras notas que publicou, enfatizava como causa do “movimento revolucionário” exatamente “a animosidade do povo contra o governo”. E quando Díaz se negava a renunciar, destacou que “o populacho exasperado [...] dirigiu-se em massa ao palácio da presidência e em atitude ameaçadora, dando vivas a Madero e morras a Díaz.”¹²³

Com o desenrolar dos acontecimentos, as notícias sobre o México foram perdendo o caráter de “revolução” para ganhar a alcunha “o México rebelionário”, sob a qual o jornal agrupava as notícias que selecionava publicar sobre a situação do país do norte. Uma estratégia amplamente utilizada pela *Gazeta* foi a de dar títulos próprios às notas recebidas das agências em forma de telegramas. Essa é uma das principais estratégias do discurso jornalístico, como observa Maurice Mouillaud, pois permite condicionar a visão do leitor, “submetendo-a a uma categoria de sentido”.¹²⁴ Os títulos dados pelo diário às notas permitiam empregar-lhes o sentido que os editores pretendiam, o que nem sempre correspondia ao cerne do conteúdo das mesmas.

As notas publicadas pelo jornal carioca não apresentaram qualquer variação que fugisse ao seguinte esquema: ora aludiam às “atitudes ameaçadoras” dos revolucionários – sendo que o jornal chegou a intitular algumas como “o movimento jacobino no México” –, ora enfatizavam a inferioridade dos “rebeldes” diante do exército “regular”, independentemente da situação política na qual o México se encontrasse. Por exemplo, durante a ditadura de Huerta, o diário carioca salientava, numa notícia intitulada “Melhoria da situação política”, o seguinte: “tem melhorado sensivelmente a situação política [no México] depois da brilhante vitória alcançada pelas tropas federais.” Em alguns momentos a extremada defesa das forças “estatais” chegou a

123 *Gazeta de Notícias*, *Boletim Telegráfico*, 27/11/1910, p. 8 e 26/05/1911, p. 2, respectivamente.

124 MOUILLAUD, Maurice. Crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. *Op. cit.*, p. 50.

desembocar em situações cômicas, como na ocasião em que publicaram uma nota intitulada: “o tifo e a varíola entre os revolucionários” e, dois dias depois, outra que destacava: “o tifo e a varíola não atacam as tropas federais.”¹²⁵

Diante do inquestionável caráter popular do movimento mexicano, não restava outra opção que minimizar suas proporções, em se tratando de um jornal pretensamente “popular” como a *Gazeta de Notícias*, que tanto defendia a ordem instituída como pretendia chegar “aos bolsos mais modestos.”¹²⁶

Já para um jornal oficial como o *Minas Gerais*, incontestavelmente comprometido com a manutenção da ordem vigente, a estratégia de barbarizar o caráter e a ação dos “rebeldes” mexicanos pareceu mais eficaz. Desde o início a palavra “revolução” apareceu no jornal mineiro carregada de sentidos depreciativos, sendo que podia ser substituída, e por vezes foi, por “anarquia”, “agitação” ou “desordens”. Mas, no geral, o diário oficial mineiro procurou minimizar o alcance dos acontecimentos “revolucionários” e, para isso, além de publicar notas de cunho oficial que ressaltassem a capacidade do governo em manter a ordem, chegou a ridicularizar a situação mexicana, como na anedota já citada, na qual as damas estadunidenses que viviam na fronteira tomavam e ofereciam às amigas “the batle tea”, assistindo aos conflitos aramados no país vizinho.

A ideia atribuída rapidamente pelo jornal ao termo “revolução” foi a da violência, como apareceu no comentário em forma de apresentação das notícias recebidas, no contexto da derrubada da ditadura porfirista: “sobre o movimento revolucionário que há meses vem ensanguentando a infelicada república [mexicana], são as notícias que se seguem as mais recentes”.¹²⁷

Desde então, as notas publicadas passaram a ser agrupadas sob o título “A situação no México”, sendo que normalmente se referiam a “desordens provocadas pelos insurretos”, “rebeldes zapatistas”, “bandos revolucionários” ou simplesmente “bandidos”.¹²⁸ Essa perspectiva permaneceu até o golpe de Huerta, quando o jornal mineiro publicou a seguinte notícia:

A paz no México

Como terminou a revolução. O ajuste de contas...

Em certas rodas diz-se que a revolução foi provocada por inúmeros abusos, praticados pelo irmão do presidente Madero, na pasta de Finanças. [...] Os camponeses, amotinados, mataram um irmão do sr. Rafael Hernandez, ministro da Indústria do governo do sr. Madero.¹²⁹

125 *Gazeta de Notícias, Boletim Telegráfico*, 19/1912, 09/03/1912, 03 e 05/05/1912, p. 7, 5, 4 e 6, respectivamente.

126 Essa foi uma afirmação do fundador do jornal, Antônio Ferreira de Araújo, feita em 1889 (*apud* ALONSO, Angela. *Ideias em movimento Op. cit.*, p. 299). Conforme mostramos, esse perfil da *Gazeta de Notícias*, que se pretendia popular, ainda era marcante durante o contexto estudado.

127 *Minas Gerais, Telegramas*, 11/05/1911, p. 9.

128 *Idem*, 03/03, 14/08, 07/10 e 24/10/1912.

129 *Idem*, A paz no México, 22/02/1913, p. 9.

Podemos observar claramente como o título dado pelos editores do diário à notícia permite condicionar sua leitura. Assim, o golpe de Estado não foi posto em questão e foi, inclusive, associado à ideia de “paz”, aparecendo praticamente justificado pelos “abusos” do governo de Madero. Na mesma nota, Huerta – que acabara de orquestrar o assassinato do presidente Madero de seu vice – já passava a ser denominado, ele próprio, de “presidente” e aparecia preocupando-se em explicar os acontecimentos à população. Observe-se que, mesmo nesse contexto, no discurso do diário são os “camponeses” que praticam assassinatos.

Nas páginas do diário oficial mineiro, a “revolução” do México apareceu sempre identificada à violência e à anarquia, atribuídas, em geral, a setores do campesinato. Antes que a situação mexicana se desdobrasse num conflito internacional, o jornal oficial mineiro não desenvolveu qualquer argumentação ou análise minimamente fundamentada a respeito do México revolucionário. Seu discurso sobre os acontecimentos internos daquele país foi composto unicamente por anedotas ou a pura e simples “barbarização” dos camponeses, cujos atos eram apresentados simplesmente como demonstração de barbárie. Portanto, da maneira como foi construído, o discurso do jornal mineiro sobre o México tendia a dificultar qualquer associação entre as situações descritas e um contexto de luta política ou reivindicação social.

Já o vespertino portenho, *La Razón*, foi o jornal que apresentou a utilização mais elaborada, e também a mais ambígua, da palavra “revolução”. Defendeu veementemente a “revolução purificadora” de Madero e a completa extinção do regime porfirista e considerou a violência, nesse caso, como justa, já que não era possível uma mudança pelas vias institucionais. Contudo, a partir do assassinato de Madero, o termo “revolução” ganhou um sentido negativo, referindo-se a “golpes de quartel e revoluções intestinas”. Esses eventos não podiam ser considerados como parte da “revolução mexicana” que o jornal apoiou em seu início. Assim, para *La Razón*, “a revolução do México tem o seu epílogo” com o golpe militar liderado por Huerta, “esse movimento que enlutou uma vez mais aquela república”.¹³⁰

O jornal, como mostramos, chegou a publicar alguns artigos que enfocavam a questão da terra como uma reivindicação central da Revolução Mexicana. Em uma das análises de Tito Foppa publicadas por *La Razón*, por exemplo, argumentava-se que a questão agrária, os latifúndios e abusos, a situação de semi-escravidão no campo eram os principais “entraves ao desenvolvimento moral e intelectual do índio mexicano”. Porém, mesmo nesses artigos já começava a soar a ideia de uma incapacidade ideológica das massas, lutando puramente pela sobrevivência, quase instintiva, e sendo facilmente manipuladas pelos “caudilhos” de ocasião. Ao explicar, por exemplo, porque considerava que a Revolução do México não tinha o

130 *La Razón*, 10/02/1913, p. 3, 3ª ed. e 21/02/1913, p. 3, 3ª ed.

caráter anarquista, o diplomata argentino afirmou o seguinte: “a mente de Emiliano e Eufemio Zapata não foi nem é campo apto [...] [para esse tipo de] ideias, [pois eles] só alcançam a parte imediata e se atém ao resultado puramente local: não há, pois, tal revolução anarquista e nem há tais possíveis transcendentais.”¹³¹

Essa ideia ficou ainda mais patente no diário portenho quando os artigos de Foppa foram substituídos pelos de Barzini, que descreviam a situação mexicana nos seguintes termos: “para o vulgo índio, a revolução não é mais que a suspensão da lei. [...] os instintos mais ferozes estão à expectativa na alma de uma multidão humilde, miserável, submissa, inerte, apática, que se aglomera nos pórticos da praça maior de qualquer povoado.”¹³²

Ora, “submisso, inerte, apático” são as classificações mais inexatas que poderíamos encontrar para o campesinato mexicano em meados de 1914, período áureo dos exércitos populares, tanto do norte quanto do sul, que entrariam vitoriosos na cidade do México no fim do mesmo ano. Partindo de um observador que estava dentro do México no período, essa percepção só pode ser explicada como uma postura política interessada em negar a atuação central das massas populares, particularmente camponesas e indígenas, no processo revolucionário mexicano. Tal argumentação se apresentava bastante acorde com o posicionamento político-ideológico manifestado por *La Razón*, pelo qual as explicações racistas levaram a desqualificar o processo revolucionário mexicano, sendo impossível negar a participação da massa indígena ao veicular relatos escritos a partir do próprio território do país em conflito.

La Prensa, por sua vez, foi, entre os diários estudados, o que desenvolveu análises mais coerentes e fundamentadas a respeito da Revolução Mexicana. O diário manifestou seu apoio à revolução maderista, que defendeu enquanto um movimento que “responde a uma melhora política”. Assim, quando da derrubada da ditadura porfirista, os editores do diário afirmaram: “a revolução terminou virtualmente e começa hoje uma nova era para essa República.”¹³³

A argumentação de *La Prensa* indica que, embora o termo “revolução” se referisse à derrubada da ditadura, incluía também o processo de consolidação da ordem institucional, posto que durante o governo de Madero o diário continuou manifestando apoio à “revolução no México”, até que, após o golpe huertista, a situação política do país do norte passou a ser denominada de “a ditadura mexicana”.¹³⁴

Até a ascensão do constitucionalismo, *La Prensa* enfatizou a situação de “guerra civil” no país do norte e seguiu apoiando a luta dos “revolucionários” contra a ditadura, dentre os quais “o general revolucionário” Zapata que, ao contrário do que

131 FOPPA, Tito L. *Del país de la tragedia*, *La Razón*, 02/05/1914, p. 4, 3ª ed. e 01/03/1914, p. 5, 3ª ed.

132 BARZINI, Luigi. *La devastación. Notas de viaje en México*, *La Razón*, 04/05/1914, p. 3, 3ª ed.

133 *La Prensa*, *La situación mexicana*, 19/05/1911, p. 4.

134 Foram os títulos atribuídos por *La Prensa* às notícias veiculadas nos respectivos contextos.

ocorreu nos demais jornais analisados, ganhou referências positivas no maior diário argentino.¹³⁵

La Prensa foi, também, o único jornal a se ocupar efetivamente dos acontecimentos internos da Revolução após o conflito internacional que envolveu o México revolucionário e os Estados Unidos e manifestou certo conhecimento da situação ao se referir à política interna mexicana. Manifestou entusiasticamente seu apoio à ascensão do constitucionalismo e publicou parte de um discurso de Carranza, visto que, para os editores do diário, “ao converter-se o chefe da revolução em governante, é oportuno conhecer suas ideias a respeito dos problemas que está chamado a resolver.” A matéria terminava afirmando o seguinte: “depois do problema agrário e o da educação pública, no sentido de educar o povo analfabeto, o senhor Carranza declarou que se estudarão e se resolverão todos os [outros] [...]. Essas são as ideias da revolução mexicana, que nesse momento se dispõe a constituir um governo.”¹³⁶

O fio condutor do apoio de *La Prensa* à Revolução Mexicana é bastante evidente. Em seu discurso, o processo revolucionário começa e termina com um movimento liberal, em prol de “uma melhora política”, e as reformas sociais, que só são referidas pelo diário a partir da ascensão de Carranza, aparecem como concessões feitas pelo “chefe da revolução convertido em governante”, ou seja, dentro da “nova ordem” constitucional(ista). A luta popular pelo “problema agrário” não ganhou relevância no discurso do maior diário argentino. Se, por um lado, Zapata não foi desqualificado como bandido nas páginas do diário, por outro, apareceu como apenas mais um general dos vários que lutaram juntos – é o que sugere a argumentação do jornal – na “revolução mexicana”. Essa, por sua vez, apareceu no discurso de *La Prensa* como um processo iniciado por Madero e conduzido, após a sua morte, por Carranza, representando fundamentalmente “uma melhora política”, em suas palavras, uma política “liberal” e “moderna”, que se separava paulatinamente das heranças de um passado dominado por caudilhos militaristas e personalistas.

Dessa forma, como demonstramos, a palavra “revolução” esteve presente nos discursos de todos os diários analisados para se referir ao processo mexicano. Entretanto, foi preenchida com sentidos muito diversos, por vezes opostos, que variaram de acordo com o posicionamento assumido por cada diário. “Revolução” atuou nesses discursos como um conceito, concentrando um conjunto de significados e experiências que foram atribuídos aos eventos por meio da própria utilização da palavra. Como todo conceito, o de “revolução” não é unívoco, mas se apresenta de forma polissêmica e “elástica”, para usar a expressão de Koselleck.¹³⁷

135 *La Prensa*, 01/01/1914, 19/12/1913 e 22/04/1914, p. 20, 15 e 9, respectivamente.

136 *Idem*, El gobierno de los constitucionales, *Vida continental*, 02/06/1914, p. 10.

137 Concordamos com a definição do autor de que “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada se agrega a ela” e que

Podemos identificar dois sentidos contrapostos de “revolução” que sobressaem dos discursos construídos pelos jornais sobre o México revolucionário: um que comporta todo um campo semântico negativo, envolvendo as noções de golpe de Estado, violência, anarquia, vandalismo; foi o predominante nas páginas dos diários que apresentavam posicionamentos mais inclinados à conservação da “ordem conservadora” em seus próprios países. Já um outro conceito que identifica “revolução” a um processo positivo, de evolução política, e que comporta basicamente a ideia de fundação e consolidação de uma ordem política legal, no contexto estudado esteve presente em diários mais comprometidos com a alteração da estrutura política autoritária, sobretudo *La Prensa* e OESP.

Como destaca Koselleck, a importância de se estudar a trajetória dos conceitos político-sociais se encontra no fato de que a sua função semântica excede a descrição. “Um conceito não é somente o indicador” da experiência histórica mas, de acordo com os usos e significados que lhe são atribuídos, “é também o seu fator”.¹³⁸ Na análise realizada, foi possível perceber que, ao tratar da Revolução Mexicana, a utilização do conceito de revolução demarcado positivamente possibilitou abrir um “horizonte de expectativas” que envolvia a reforma política e, apesar de pontualmente, nos casos de *La Razón* e de *La Prensa*, também permitira vislumbrar algumas reformas sociais. No entanto, em todos os jornais analisados o conceito de revolução, tanto empregado no sentido positivo quanto no negativo, atuou como limitador da “experiência possível”, na medida em que, nas páginas desses diários não foi possível associar “revolução” a atuação política das massas populares e, por seu intermédio, a conquista de direitos sociais, o que de fato ocorreu no México.

Antes de adentrarmos em uma outra das temáticas centrais de nossa análise, que foram as relações estabelecidas pelos editores dos jornais brasileiros e argentinos da situação do México revolucionário com o entorno continental – e muito especificamente com a posição dos Estados Unidos no continente –, queremos chamar a atenção para um aspecto igualmente relevante para a compreensão da repercussão da Revolução Mexicana na grande imprensa latino-americana em seus anos iniciais. Conforme já mencionamos em diversos momentos, ao tratarem da situação interna do México revolucionário todos os jornais analisados, de uma ou outra forma, incorreram numa determinada tipologia de notícias, que recobre desde a reprodução de diversas pequenas notas telegráficas com imagens barbarizantes dos revolucionários mexicanos – presentes em todos eles –, até a criação de anedotas mirabolantes a respeito dos mexicanos e de sua revolução, o que, como mostramos, foram marcantes no brasileiro *Minas Gerais* e no argentino *La Razón*. Essa tipologia de notícias cujo cerne é a capacidade de “diminuir, suprimir ou impossibilitar a os “conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos.” (KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 108-9.).

138 KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 109-10

correlação entre a representação do receptor e a realidade original” enquadra-se naquilo que há muito já se denominava na teoria da comunicação de “mensagens desinformativas.”¹³⁹ Elas se constituem numa ação consciente – portanto uma estratégia – utilizada pelos produtores do discurso.

Mas as recentes reflexões a respeito do fenômeno atualmente dominante das *Fake News* permitem aprofundar um pouco mais a perspectiva das “mensagens desinformativas” ao vinculá-las mais claramente a interesses específicos de natureza econômica e/ou política. Conforme argumenta Marc Amorós García, “as *fake news* são informações falsas configuradas de forma a se fazerem passar por notícias com o objetivo de difundir um engano ou uma desinformação deliberada visando obter um fim político ou financeiro.”¹⁴⁰ Ao contrário do que muitos pensam, tal fenômeno não é recente e nem depende da existência das atuais mídias sociais que nos cercam.

Ao analisar historicamente a formação do que hoje chamamos de “fake news”, Amorós García remonta o surgimento do fenômeno durante a Guerra Hispano-Americano-Cubana de 1898, a guerra da Independência de Cuba da Espanha na qual tomou parte os Estados Unidos. A ocasião tornou-se um filão mercadológico para o magnata da imprensa estadunidense Willian Randolph Hearst, dono do *New York Journal*, que publicava em suas páginas “crônicas cheias de temas mórbidos e detalhes que incluíam imagens [ilustrações] forjadas para dar credibilidade às notícias.” Os fatos por trás dessas “crônicas”, conforme descritos pelo autor espanhol, foram os seguintes: Hearst percebeu o potencial mercadológico das notícias sobre a guerra ainda antes que os Estados Unidos intervissem na disputa entre a então colônia de Cuba e a Espanha. Assim, enviou um desenhista a Havana para que ilustrasse melhor os conflitos que seriam noticiados no jornal. Mas o desenhista enviou-lhe um telegrama afirmando que não havia tanta instabilidade em Cuba que rendesse as imagens esperadas, ao que Hearst teria respondido com uma frase que acabou se tornando um verdadeiro lema dessa estratégia jornalística: “Você faz os desenhos, eu ponho a guerra.”¹⁴¹

Amorós García destaca o papel político cumprido, indiretamente, por essas notícias falsas difundidas pelo jornal de Hearst, cujo objetivo inicial era apenas financeiro (vender jornais), mas que acabaram desembocando no estopim da intervenção estadunidense na guerra hispano-cubana ao culpar a Espanha da explosão de um couraçado norte-americano no porto de Havana. A notícia publicada não apenas afirmava textualmente, como também veiculava uma ilustração de como os espanhóis, descritos como “o inimigo”, haviam atacado o navio estadunidense

139 FRAGUAS DE PABLO, María. *Teoría de la desinformación*. Madri: Alhambra, 1985, p. 11, *apud* BORRAT, Héctor. *Op. cit.*, p. 90.

140 AMORÓS GARCÍA, Marc. *Fake News: la verdad de las noticias falsas*. Barcelona: Plataforma Editorial, 2018 [versão digital Kindle], p. 326.

141 Citado por AMORÓS GARCÍA, Marc. *Op. cit.*, p. 300.

com uma bomba submarina, sua “arma secreta infernal.”¹⁴²

Evidentemente, a intervenção dos Estados Unidos na guerra entre Cuba e Espanha não foi simplesmente uma decorrência direta das falsas notícias e imagens difundidas pela imprensa; certamente, os interesses ligados ao expansionismo do poder estadunidense foram sua causa principal. No entanto, é evidente que a criação de uma imagem demonizada em torno do conflito – essa, sim, fruto das falsas notícias – tendia a gerar uma opinião pública favorável à intervenção dos Estados Unidos no conflito.

No que diz respeito aos interesses que podem haver cercado a propagação dos diversos tipos de “mensagens desinformativas” a respeito da situação mexicana pelos jornais analisados, trata-se de uma questão ainda mais complexa pelo fato de que a maioria dessas notícias – especialmente as notas telegráficas – não era produzida nos próprios países sul-americanos que as veiculavam. Como já salientamos, essas notas eram distribuídas pela rede mundial da informação, sendo que na maioria dos casos apontam os Estados Unidos como fonte original, em boa medida pelo próprio lugar ocupado pela agência Associated Press no cartel da informação internacional no período.

Autores como Pablo Yankelevich apontam o interesse político estadunidense em difundir “notícias, muitas vezes injuriosas, a respeito do México e de sua Revolução”¹⁴³, por se tratar de um movimento que punha em xeque boa parte de seus investimentos no país vizinho. Não por acaso chegou a haver uma intervenção armada por parte dos Estados Unidos no México visando pôr fim ao movimento revolucionário, como abordaremos no próximo capítulo. Mas, sem questionar os interesses ou a ação estadunidense no sentido de difundir internacionalmente uma imagem negativa do México revolucionário, não podemos deixar de notar que a estrutura discursiva de boa parte das notícias detratadoras dos revolucionários mexicanos que foram reproduzidas nos jornais sul-americanos estudados é muito semelhante à “visão contrainsurgente” produzida dentro do próprio México, conforme demonstrado pelo trabalho de Daniela Marino, ao qual já fizemos referência.

De qualquer forma, o inquestionável a respeito da reprodução dessas notas como parte do discurso dos jornais analisados sobre a Revolução Mexicana é que elas, sem dúvida, cumpriam o inegável objetivo político de afastar o olhar dos leitores do processo de transformação social que se vislumbrava no México em meio à violência, ou seja, a ação autônoma de camponeses que conquistavam, pela via das armas, reivindicações históricas, como era notadamente a questão agrária. Como já destacamos, em momentos diferentes e tratando de distintas situações, vários dos diários analisados se referiram ao México como “lição” ou “exemplo” de alguma

142 AMORÓS GARCÍA, Marc. *Op. cit.*, p. 299.

143 YANKELEVICH, Pablo. *Op. cit.*, p. 83-4.

situação que consideravam que deveria ser evitada em seus contextos nacionais. Seus discursos nos sugerem, de forma implícita mas não menos reveladora, que a “grande lição” que identificaram no México revolucionário foi a consolidação em experiência histórica de uma situação, até então, colocada no cenário latino-americano apenas enquanto um “horizonte de expectativa”: a ascensão das massas populares ao centro das disputas políticas. Sem dúvida, a Revolução Mexicana deixava seu recado para as elites latino-americanas, das quais os grandes diários eram meios de expressão.

Com o início dos conflitos entre o México revolucionário e os Estados Unidos, esse se tornou praticamente o único tema relativo ao México presente nos jornais. Apesar da atitude da potência do norte ser percebida como um foco de perigo para toda a América Latina e, então, despertar um interesse mais direto em relação a essa temática, não parece ser uma simples coincidência o fato de que os assuntos internos do México foram praticamente abandonados pelos jornais exatamente no momento em que os exércitos populares conheciam o seu apogeu. Embora a atuação camponesa tenha sido marcante desde o início da Revolução Mexicana, o ano de 1914 representou o auge dos exércitos camponeses, quando as massas em armas alcançaram o cumprimento de reivindicações sociais levantadas desde o início do processo revolucionário. Mas enfatizar essa situação certamente não correspondia aos interesses dos grupos representados pelos jornais analisados.

O MÉXICO REVOLUCIONÁRIO E O DEBATE SOBRE AS RELAÇÕES CONTINENTAIS

3.1. “Os Estados Unidos e o México”

O título acima foi utilizado por todos os jornais estudados para se referirem ao conflito, inicialmente diplomático, entre o México revolucionário e os Estados Unidos. Sob essa denominação apareceram reunidas as notas telegráficas sobre o assunto e a alcunha também foi usada para intitular matérias e editoriais, sendo mais ou menos recorrente em cada um dos diários de acordo com os posicionamentos que assumiram em relação à temática. Por vezes o título variou para “O México e os Estados Unidos”, mas chama a atenção o fato de que, em todos os jornais, a expressão que traz a potência continental em primeiro lugar foi a mais utilizada. Isso aponta para a lógica à qual passaram a estar submetidas as análises dos jornais sobre a situação do México.

Antes da invasão do porto mexicano de Vera Cruz por navios estadunidenses, em abril de 1914, houve um longo litígio diplomático entre os dois países, iniciado por pressões da Casa Branca pela renúncia de Huerta e agravado pela expedição de um ultimato do presidente Henry Lane Wilson ao ditador do país vizinho. A crise entre os países do norte, que se aguçava desde finais de 1913, foi alvo de grande atenção por parte dos diários estudados. Suas reflexões e seus posicionamentos a respeito devem ser compreendidos dentro do contexto mais amplo de discussões sobre a política externa estadunidense no continente.

Desde a guerra contra o próprio México, entre 1846 e 1848, os Estados Unidos vinham demonstrando uma postura intervencionista e agressiva no continente, que se intensificou a partir da intervenção na guerra de independência de Cuba, em 1898. Nesse contexto, a política do *Big Stick*, formulada pelo governo de Theodore Roosevelt, em 1902, e seu posterior corolário, de 1904, à Doutrina Monroe, foram os marcos oficiais da agressiva política externa estadunidense no continente.¹

¹ Na guerra contra os Estados Unidos, entre 1846 e 1848, o México perdeu os territórios que correspondem atualmente aos estados norte-americanos do Arizona, Califórnia, parte do Colorado, Novo México, Utah e Wyoming. O Texas, que tinha se tornado independente do México em 1836, foi anexado ao território estadunidense em 1845. Mas o ano de 1898 é considerado um marco na postura agressiva dos Estados Unidos no continente, quando o país entrou na guerra liderada pelos cubanos contra o domínio espanhol e, após a vitória, no mesmo ano, arrematou da Espanha as Filipinas e as ilhas de Porto Rico e Guam, além de impor à Constituição cubana, em 1901, a Emenda Platt, que garantia a intervenção estadunidense nos negócios internos da ilha. Esses eventos

Mas, ao mesmo tempo em que levavam a cabo uma política expansionista e intervencionista, os Estados Unidos desenvolviam toda uma articulação diplomática em torno de uma aproximação entre os países do continente, sob a lógica pan-americanista. A proposta, inaugurada oficialmente em 1889, com a Primeira Conferência Pan-Americana, realizada em Washington, previa o estreitamento de laços, sobretudo comerciais, entre os países americanos, sob a hegemonia da grande potência continental.²

Assim, as discussões em torno da proposta pan-americanista estadunidense e de sua agressiva política externa configuraram um intenso debate continental no início do século XX, sendo que boa parte da intelectualidade latino-americana considerava os Estados Unidos como uma potência imperialista que ameaçava as demais nações americanas.

No que diz respeito às posturas oficiais das suas diplomacias nacionais ante a proposta estadunidense, argentinos e brasileiros representavam posicionamentos opostos. A Argentina vinha sustentando uma postura fortemente contrária ao pan-americanismo desde a Primeira Conferência. Roque Sáenz Peña, que representou seu país na conferência, foi responsável pelo protesto mais explicitamente contrário à proposta estadunidense, ao sintetizar o posicionamento argentino com a frase “América para a humanidade”, contrastando a velha fórmula de Monroe, “América para os americanos”.

O Brasil, por sua vez, inclinava-se ao apoio à política pan-americanista, dada a vinculação econômica e a aproximação diplomática com os Estados Unidos, que foi ainda mais intensificada com a ascensão de Lauro Muller ao Ministério das Relações Exteriores, após a morte do Barão do Rio Branco, em 1912. Embora a Inglaterra continuasse sendo a principal fonte dos investimentos e de produtos manufaturados que entravam no Brasil, a economia brasileira tornava-se cada vez mais dependente dos Estados Unidos, posto que era esse país o principal importador do café brasileiro. Assim, a conexão econômica passou a exercer grande influência sobre a política externa da República, levando à introdução de mudanças “com o objetivo de direcioná-la para Washington, colocando-a em compasso com a crescente vinculação da economia de ambos os países”.³

Mas havia um intenso debate entre a intelectualidade brasileira e mesmo nos

exerceram um forte impacto nos debates intelectuais latino-americanos e também espanhóis. Consultar: a respeito CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e na Hispanoamérica. In: *História*. São Paulo: Ed. UNESP, v. 22, n. 2, 2003, p. 35-58. Sobre a política externa estadunidense no continente, no período, consultar: SCHILLING, Voltaire. *Op. cit.*

2 O objetivo eminentemente comercial da proposta pan-americanista se evidencia no único resultado prático da Primeira Conferência: a aprovação da criação de um órgão responsável pela coleta e distribuição de dados comerciais sobre os países do continente. Ver ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 158.

3 BUENO, Clodoaldo. *A política externa da Primeira República. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 107.

meios diplomáticos a respeito das relações que o Brasil republicano deveria tecer com o restante do continente. A proximidade com a potência do norte era criticada por parte da intelectualidade nacional, temerosa do “imperialismo *yankee*”. Dentro da diplomacia também se faziam ouvir vozes contrárias à estreita “amizade” brasileira com os Estados Unidos, como era o caso do próprio Domício da Gama, embaixador em Washington, cuja posição Clodoaldo Bueno qualificou como “a voz dissonante” no âmbito da política oficial. De uma forma geral, as primeiras décadas republicanas no Brasil foram marcadas pelo desenvolvimento de reflexões mais sistemáticas sobre os países hispano-americanos, ainda que tenha prevalecido uma visão negativa sobre a “outra” América, como demonstrou Kátia Gerab Baggio.⁴

Portanto, havia todo um contexto de discussões continentais a respeito das relações entre os países e, sobretudo, em relação às atitudes da potência continental, quando se desencadeou o conflito diplomático entre os Estados Unidos e o México revolucionário e a posterior invasão estadunidense do país vizinho. Esses acontecimentos foram enquadrados no debate preexistente e analisados pelos produtores dos jornais com base nas reflexões desenvolvidas e nos posicionamentos assumidos em relação à polêmica sobre as relações continentais.

Dos jornais analisados, apenas *La Razón* não manifestou muito interesse em discutir a questão continental. Por um lado, podemos pensar que as relações diplomáticas entre os países não deviam figurar entre os assuntos de interesse mais geral que o vespertino pretendia levar a um público mais amplo que o dos dois grandes matutinos portenhos; por outro, seus editores também não demonstravam grandes preocupações a respeito da atitude da potência do norte no continente. Quando da iminência de uma intervenção estadunidense no México revolucionário, o jornal observou o seguinte: “pode ser que haja um interesse ‘latino-americano’ em vigiar de perto os procedimentos políticos que põe em prática Mr. Wilson ao pressionar o governo de Huerta”, mas, acima desse, “há evidentemente um interesse ‘humano’”. Este, segundo o jornal, estaria relacionado à possibilidade de um movimento xenófobo por parte dos mexicanos em meio à Revolução, o que, na opinião dos editores do diário, “traria como consequência fatal a imolação de milhares de estrangeiros indefesos.”⁵

Assim, enquanto boa parte da imprensa latino-americana manifestava temor em relação à atitude dos Estados Unidos para com o México, *La Razón* afirmava:

4 Entre os admiradores dos Estados Unidos, destacaram-se, entre outros, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. Representativas de uma postura anti-imperialista, foram, por exemplo, as posições de José Veríssimo e Oliveira Lima. Sobre as interpretações desenvolvidas por intelectuais brasileiros acerca dos demais países do continente no início da República, consultar: BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1998, 224 p. (Tese de Doutorado) e, da mesma autora, *A América Latina e os Estados Unidos na visão de Euclides da Cunha*. In: *Estudos de História*. Franca, SP: Departamento de História UNESP-Franca, nº 2, v. 7, 2000. p. 55-68. A respeito da postura de Domício da Gama, ver BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 367-74.

5 *La Razón*, Los acontecimientos de México: grave amenaza a los extranjeros, 16/04/1914, 1ª pág, 3ª ed.

“o verdadeiro perigo do momento atual [é o] que pode converter num instante os numerosos exércitos que hoje combatem entre si em outras bandas indisciplinadas e armadas de hostes astecas, que não hão de deixar *yankee* com cabeça.”⁶ Mais uma vez, a perspectiva racista impediu qualquer outro tipo de avaliação por parte do vespertino portenho. Nessa concepção, as “hostes astecas” representavam um perigo muito maior do que uma invasão estrangeira.

O maior jornal argentino, *La Prensa*, vinha demonstrando expectativas positivas em relação à política continental dos Estados Unidos. Na opinião dos editores do diário, as impressões negativas que alguns políticos estadunidenses ainda tinham a respeito do subcontinente se deviam simplesmente à falta de conhecimento do verdadeiro “estado de civilização da América latina no século XX”; dessa forma, acreditavam que as visitas de “homens ilustres do Estados Unidos” contribuíam para desfazê-las. Num editorial intitulado “A política americana do presidente Wilson”, *La Prensa* protestou contra a percepção do presidente estadunidense, que teria se referido à “anarquia sul-americana” num discurso. Criticou a visão estadunidense da “South America” – termo que era utilizado principalmente por parte dos Estados Unidos para se referir a todo o subcontinente latino-americano – e registrou sua crítica como “uma formal demanda de mais estudo e meditação antes de julgar a cultura continental.”⁷

Com base nessa perspectiva, os editores de *La Prensa* demonstraram grande admiração pela figura do ex-presidente Theodore Roosevelt, que visitava outros países do continente no período. Em finais de 1913, quando já se aguçava o clima de tensão entre a Casa Branca e o México revolucionário, Roosevelt, em viagem pela América do Sul, visitou a Argentina. Imediatamente, um editorial do diário fez referência à presença do ex-presidente estadunidense na Universidade de Buenos Aires e, revelando a figura de Zeballos por trás do texto, se desculpou com os leitores por não tê-lo questionado sobre a postura do governo de seu país em relação ao México: “isso [o] colocaria numa situação constrangedora.”⁸ O mesmo editorial elogiou amplamente o visitante e afirmou que suas ideias sobre uma possível intervenção no México eram “diametralmente opostas à ação do presidente Wilson”. Até mesmo a política externa assumida por Roosevelt quando era presidente foi elogiada no mesmo texto, da seguinte maneira:

6 Ibidem.

7 *La Prensa*, La política continental del presidente Wilson (editorial), 14/03/1913, p. 8.

8 Apesar de ser um editorial, portanto um artigo não assinado, mas vinculado aos editores, certamente o artigo foi escrito por Zeballos, que era, então, professor da Faculdade de Direito e recebeu Roosevelt na Universidade de Buenos Aires. No mesmo ano, o intelectual argentino publicou seus comentários a respeito da visita do ex-presidente estadunidense num artigo intitulado “Roosevelt e a política internacional americana”, publicado na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, da qual era editor-fundador. Ver a respeito, YANKELECIVH, Pablo. *Op. cit.*, p. 51.

Durante seu governo, com exceção do acontecimento do Panamá, já suficientemente explicado por ele mesmo, e que obedece a causas acidentais e políticas, [Roosevelt] nunca quis intervir na vida interna dos Estados americanos e, quando alguma vez interveio, foi para favorecê-los, devolvendo-lhes a liberdade.⁹

A intervenção de um país sobre o outro aparecia, assim, como um princípio aceito pelos editores de *La Prensa*, desde que “favorecesse” o país cuja soberania fosse violada. Dessa forma, Theodore Roosevelt, o ícone da postura intervencionista estadunidense no início do século XX chegou a ser elogiado nas páginas do maior diário argentino e mesmo sua atuação nos episódios da independência do Panamá, que fizeram parte da articulação estadunidense em torno do direito de construção do Canal, apareceu como uma situação que obedecia a “causas acidentais”. E o tom de aprovação no discurso de *La Prensa* não se explica simplesmente pela presença do “homem ilustre” na Argentina. Meses antes, no editorial já citado, que criticava o desconhecimento de Wilson sobre o restante do continente, os editores ressaltavam exatamente a figura de Roosevelt como contraponto, afirmando que “o mesmo que criou a ideia do ‘porrete’ a tirou de cena” por seu “reconhecimento da avançada civilização da América do Sul.” Com a certeza de que os Estados Unidos caminhavam na direção de reconhecer a “civilização” em outros países do continente, o maior jornal argentino manifestava seu apoio à “confraternidade dos povos que ocupam o hemisfério ocidental”, esgrimindo uma postura que qualificava de “pan-americanismo nato”.¹⁰

Mas o otimismo de *La Prensa* foi se desvanecendo com o desenrolar da crise entre a potência do norte e o México revolucionário. Às vésperas da invasão do porto mexicano de Vera Cruz, o jornal portenho manifestou abertamente o temor em relação à postura estadunidense no continente: “a questão do México pode ser, pois, num dado momento, motivo de complicações gerais [...] pois suas tendências e conclusões poderiam se traduzir em precedentes aplicáveis a todos os países do Novo Mundo, em maior ou menor grau de intensidade.”¹¹

La Nación, por sua parte, sempre demonstrou grande preocupação em relação à política externa estadunidense e um forte ceticismo quanto a sua proposta de aproximação continental. Foi, por exemplo, o único diário argentino que enviou um correspondente especial para cobrir a Primeira Conferência Pan-Americana, em 1889. O enviado em questão era o proeminente intelectual cubano José Martí, cujos escritos sobre a Conferência, publicados pelo diário portenho, chamavam a atenção exatamente para a ameaça que a proposta estadunidense representava aos países latino-americanos.¹²

9 *La Prensa*, Los americanos en México (editorial), 17/11/1913, p. 8.

10 *Idem*, 14/03/1913, p. 8.

11 *Idem*, La suerte de México y la política americana (editorial), 20/04/1914, p. 8.

12 MARTÍ, José. Congreso Internacional de Washington, *apud* FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. Introdução a José Martí. In: MARTÍ, José. *Nossa América* (Antologia). São Paulo: Hucitec, 1991. p. 22. José Martí foi um dos principais mentores do movimento pela emancipação política cubana e morreu em batalha, em 1895, durante a

No contexto do conflito entre os Estados Unidos e o México revolucionário, o diário dos Mitre enfatizou o perigo representado pela ideia de uma posição tutelar da potência do norte no continente, a qual classificou como “escabrosa”, posto que “esbarra[va], sobretudo, na política interna” dos demais países. Assim, com o agravamento dos conflitos diplomáticos entre os dois países do norte, o jornal advertia: “esses conflitos ensinam uma lição proveitosa para os países sul-americanos, a de que [...] se não sabem governar com tranquilidade, temperança e legalidade se verão expostos aos avanços das grandes potências, convertidas em guardiãs da paz e da normalidade institucional.” Na perspectiva do diário, só havia um caminho para “a garantia da independência” política das nações do subcontinente, que estaria “[n]os capitais que disputa[ssem] os investimentos nesses países virgens.”¹³

A “virgindade” latino-americana relaciona-se à ideia que vinha sendo sustentada pelo jornal, como já observamos, de que o subcontinente era composto por nações jovens e imaturas. No plano de sua crítica anti-imperialista, essa noção se expressava no receio de que pudessem tornar-se alvos da expansão das grandes potências capitalistas devido a seus interesses financeiros, principalmente quando houvesse uma vinculação comercial muito estreita com uma única potência. A invasão do México pelos Estados Unidos aparecia, assim, como uma simples prova do perigo imperialista a respeito do qual o jornal vinha alertando. Nessa ocasião, *La Nación* manifestou-se num tom de desabafo: “há tempos que os povos mais civilizados do mundo vem nos ensinando o que valem para eles o direito, a justiça, a humanidade, quando são contrários a seus grandes interesses.”¹⁴

Dos jornais estudados, apenas *La Nación* e OESP manifestaram uma contundente crítica anti-imperialista, mas apenas no diário dos Mitre essa postura extrapolou o contexto continental e se dirigiu também à Europa, o que certamente se relacionava à enorme vinculação econômica de seu país com a Inglaterra no período.¹⁵ No âmbito continental, os editores do diário portenho consideravam a agressiva política externa dos Estados Unidos como uma perigosa releitura da doutrina de Monroe e a classificavam como um “neomonroísmo, econômico e político”, uma “nova e muito recente modalidade imperialista”.¹⁶

guerra pela independência da ilha. Martí já alertava em relação ao perigo de Cuba se libertar do domínio espanhol e acabar submetida aos interesses dos Estados Unidos, cujos desígnios expansionistas considerava uma ameaça para todo o continente e principalmente para o Caribe. A citada “Introdução a José Martí”, de Roberto Fernández Retamar, recupera a trajetória intelectual e política de Martí.

13 *La Nación*, El caso de México, *Ecos del día*, 30/11/1913, p. 13.

14 Idem, El nuevo monroísmo, 03/03/1914, p. 10; El futuro de México, *Crónica Americana*, 24/04/1914, p. 10.

15 A vinculação da economia argentina à Inglaterra era tamanha que o historiador Luis Alberto Romero chegou a qualificar a Argentina desse período como “um membro informal” do império britânico. (ROMERO, Luis Alberto. *Sociedad democrática y política democrática en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004. p. 24.). Para se ter uma noção, por volta de 1914, enquanto os investimentos de outros países europeus eram pouco significativos no país, os ingleses representavam quatro vezes mais que os estadunidenses, que começavam a entrar. Dado citado por ROCCHI, Fernando. *Op. cit.*, p. 35.

16 *La Nación*, El nuevo monroísmo, 03/03/1914, p. 10.

Assim como o argentino *La Nación*, OESP manifestou-se em defesa de uma posição clássica do liberalismo econômico, quanto à livre concorrência de capitais. Conscientes da posição subordinada do subcontinente na ordem capitalista, ambos os diários demonstraram grande preocupação com o tema e uma postura fortemente anti-imperialista. De forma semelhante ao discurso de *La Nación*, um dos principais colaboradores d'OESP argumentava que “só a concorrência dos capitais mundiais [...] pode[ria] mover o desenvolvimento autônomo das repúblicas americanas.” Mas não escondia sua preferência pelas relações brasileiras com a Europa, pois, ao contrário da posição do diário argentino, considerava que o Velho Mundo não representava qualquer perigo para as nações americanas: “a Europa está longe e dividida. Os capitais ingleses, franceses, alemães serão rivais no Brasil. ‘*Divide et impera*’ é sempre um bom princípio político. Por outro lado, os Estados Unidos estão próximos, e ninguém da Europa competirá com eles na América.”¹⁷

A postura marcadamente europeísta d'OESP, além de aparecer delineada em seu próprio discurso, se expressava também no fato de que os únicos correspondentes internacionais do diário estavam precisamente em Londres e Paris. A maioria dos artigos publicados pelo jornal paulista sobre a Revolução Mexicana foi enviada da Europa, mais exatamente da Inglaterra, ou baseada nas opiniões da imprensa londrina, como foi o caso dos artigos de Oliveira Lima que, mesmo estando em Paris, em geral tomava os jornais ingleses como fontes para escrever sobre o México. A opção dos colaboradores, e do jornal de uma forma geral, pela imprensa inglesa não era fortuita. O argumento sobre o “nefasto” “imperialismo *yankee*” era utilizado pelos jornais londrinos contra a ação dos Estados Unidos no México, tendo em vista os interesses ingleses no país hispânico da América do Norte.¹⁸ Assim, tomar os diários da Inglaterra como fontes de informações sobre o México permitia ao jornal paulista reforçar sua própria “leitura” dos acontecimentos mexicanos e, em grande medida, legitimá-la, como sendo uma percepção partilhada por um país de grande expressão mundial.

A posição da imprensa inglesa sobre a situação do México foi criticada, por exemplo, pela *Gazeta de Notícias*, que se posicionava favoravelmente à aproximação com os Estados Unidos. Comentando as notas recebidas sobre “a questão mexicana”, os editores do jornal carioca afirmavam: “na Inglaterra parece haver uma corrente de simpatia pelo México e a imprensa só acha explicação [para as atitudes estadunidenses em relação ao país vizinho] ‘na excessiva extensão dada

17 ZENO. *Cartas de Londres*, OESP, 01/01/1914 e 02/03/1914, p. 6 e 5, respectivamente.

18 De acordo com Friedrich Katz, a rivalidade entre Inglaterra e Estados Unidos por interesses petrolíferos no México foi acentuada durante a ditadura de Huerta, que recebeu o apoio de empresas inglesas. O autor observa que somente às vésperas da Primeira Guerra Mundial, quando os antagonismos com a Alemanha se exacerbaram, a Inglaterra passou a apoiar a política estadunidense; nessa conjuntura, o apoio norte-americano tornava-se “muito mais valioso para ela do que as concessões petroleiras mexicanas.” (KATZ, 1991, p. 207).

à doutrina de Monroe”¹⁹. Essa foi, exatamente, a posição assumida por OESP, que considerou a proposta pan-americanista simplesmente como um desdobramento histórico da doutrina de Monroe, aplicada ao novo contexto continental. Assim, sobre a atitude da potência do norte para com o México, o colaborador Zeno, em um de seus artigos para a coluna *Cartas de Londres*, publicada em OESP, afirmou: “os Estados Unidos, esticando até o inverossímil a doutrina de Monroe, arrogam-se o direito de investidura dos presidentes das outras Repúblicas americanas. Este é o fato essencial.”²⁰

Nessa mesma direção, o ultimato de Wilson ao ditador mexicano Huerta foi amplamente criticado por OESP através de artigos de seus principais colaboradores. Algo que chama bastante a atenção é que todos os artigos publicados nesse contexto foram marcados pela ironia. Em “Novos desenvolvimentos da doutrina Monroe”, Oliveira Lima declarou o seguinte: “a América Latina desconfia das lições de moral do presidente Wilson não menos do que das arremetidas sociológicas do presidente Roosevelt. O México está tomando aspecto de vítima e Huerta – quem diria? – de cordeiro perseguido pelo lobo *yankee*.” Por sua vez, Zeno, em outra de suas *Cartas*, afirmou: “Deus me livre de pôr em dúvida a sinceridade do presidente dos Estados Unidos, se é verdade que a base da sua política [...] é puramente moral, e consiste em não reconhecer o princípio de se conquistar o poder por meio do assassinio”, mas “Mr. Wilson, sendo um distinto humanista, não é o único humanista no mundo nem sequer na América. Também os há no México, embora em menor número talvez, por causa das revoluções que perturbam as leituras.”²¹

E, num tom ainda mais irônico, Sílvio de Almeida, que escrevia de dentro do Brasil para OESP, e cujos artigos eram publicados numa coluna denominada “Divagações”, protestou contra a atitude do presidente estadunidense sob a forma de uma carta ao “Mr. Uncle Sam”:

Enquanto o ódio ao negro depôs contra a sua pretendida fraternidade, evangélica ou republicana, o processo das execuções sumaríssimas, estabelecido por Lynch protesta contra o seu apregoado sentimento de justiça, de cuja falta, ao contrário, se têm ressentido todas as relações internacionais para com o vizinho México. [...] Não, meu caro amigo Sam, em vez de nos mandar para cá, para nosso uso interno, a sua moral em pastilhas açucaradas de retórica, você a deve empregar, como cozimento de malvas, no curativo das passadas e futuras contusões do México. Espero uma resposta urgente à minha amistosa intervenção particular, folgando, por mim e pelo Brasil, se você, à maneira dos índios, quiser quebrar conosco a flecha da paz.²²

Assim, a oposição d’OESP à atitude estadunidense em relação ao México se baseou numa crítica moral, visto ser esse o argumento utilizado pelo presidente Wilson, que exigia a renúncia de Huerta por se tratar de uma ditadura criada a partir

19 *Gazeta de Notícias*, Os Estados Unidos contra o México, 23/04/1914, 1ª pág.

20 ZENO. *Cartas de Londres*, OESP, 01/01/1914, p. 6.

21 OESP, 18/12/1913, 02/01/1914 e 10/11/1913, p. 5, 3 e 3, respectivamente.

22 ALMEIDA, Sílvio de *Divagações*. OESP, 02/01/1914.

do assassinato de um presidente eleito democraticamente.

Já o *Minas Gerais*, dada sua posição oficial, apoiava a postura da diplomacia brasileira e, portanto, defendia o estreitamento de laços com os Estados Unidos. O jornal fez uma ampla cobertura da viagem de Lauro Muller a Washington, em meados de 1913, que marcou oficialmente o estreitamento ainda maior da “amizade” entre o Brasil e a potência continental. Antes que o conflito entre os países do norte desembocasse na invasão do México por navios estadunidenses, o diário oficial procurou minimizar a existência de tensões entre os dois países. Das notas recebidas por telégrafo, publicou quase que exclusivamente as originárias dos centros diplomáticos de Washington, as quais, num tom tranquilizador e “diplomático”, negavam qualquer possibilidade de intervenção armada no país vizinho. Quando o agravamento dos conflitos entre os dois países se tornou inquestionável, o diário mineiro, em editorial, disparou:

Se o chefe da nação mexicana é tão inábil general nos campos de batalha como tem sido inábil presidente no campo político, tem uma coisa a fazer: recolher-se desde já à vida privada. [...] Só um cego não via que os Estados Unidos romperiam mais cedo ou mais tarde, interviriam militarmente no México e com essa intervenção introduziriam porventura importantes modificações na carta da América.²³

Essa crítica soa mais como um desabafo pontual, pois nem a oposição a Huerta nem a postura crítica aos Estados Unidos foram mantidas pelo jornal, que assumiu, desde então, uma posição ambígua. Até a invasão do porto mexicano de Vera Cruz pelos estadunidenses, o *Minas* reproduziu de outros jornais, brasileiros e também ingleses, vários artigos favoráveis e outros tantos contrários à atitude dos Estados Unidos em relação ao México. Mas podemos afirmar que, antes da invasão de Vera Cruz, a defesa da potência do norte ainda levou vantagem no jornal. Um indício revelador é que o único artigo assinado que o jornal publicou sobre o tema nesse contexto, escrito pelo colaborador Gomes dos Santos, apareceu ocupando quase toda a página e com o título “Americanismo” em letras garrafais, defendendo a “hegemonia tutelar dos Estados Unidos sobre o resto do continente”, como uma “admirável trincheira de resistência” contra possíveis ataques europeus. Sobre a questão mexicana, o texto afirmava:

A sentimental solidariedade com o México, ultimamente revelada entre nós (se bem que em proporções muito reduzidas) não é apenas uma atitude impolítica; é sobretudo uma atitude ridícula, [...] a manifestação de solidariedade com um povo ainda submetido aos piores vícios políticos.²⁴

Mesmo depois do ultimato de Wilson a Huerta, o jornal chegou a justificar a atitude dos Estados Unidos, lançando mão, uma vez mais, do argumento da “barbárie mexicana”, agora atribuída aos “revolucionistas constitucionistas”: “há arrepios de

23 *Minas Gerais*, Os Estados Unidos e o México, 04/11/1913, p. 7.

24 GOMES DOS SANTOS, Americanismo. *Minas Gerais*, 25/12/1913, p. 5.

pavor, ante a ideia da sorte bárbara que se reserva ao infeliz México na hipótese de caber um sucesso a esses ‘constitucionalistas’”. Baseado nessa percepção, antes mesmo da invasão de Vera Cruz, o jornal oficial mineiro defendeu abertamente a necessidade de uma intervenção estrangeira no México:

É chegado o momento da humanidade, unida no interesse geral, pedir a todas as potências europeias o início de uma ação das mais enérgicas, de concerto com os Estados Unidos, para forçar os partidos mexicanos a arrear as armas.²⁵

Como se pode observar pelos trechos citados e comentários realizados anteriormente, antes que os Estados Unidos intervissem militarmente no México, os diários analisados já refletiam amplamente sobre a postura da potência do norte no continente; no entanto, as relações dos países latino-americanos entre si não encontravam espaço significativo nas discussões dos jornais. A *Gazeta de Notícias* representou uma exceção nesse sentido.

As relações continentais eram uma temática que ganhava muitas considerações por parte do diário, que desenvolvia uma forte e constante campanha pela aproximação entre todos os países americanos. Para os editores da *Gazeta*, a Europa representava o passado, enquanto os Estados Unidos encarnavam o modelo de civilização e progresso que deveria ser seguido pelo restante da América. Assim, consideravam “benéfica” a proeminência estadunidense no continente e apoiavam a proposta pan-americanista, afirmando confiar na “palavra de fé de união política do excelso da Norte-América.”²⁶

Mas os editores da *Gazeta* não deixavam de considerar que a própria hegemonia da potência do norte poderia acabar se tornando perigosa para os outros países americanos. Não foi à toa, por exemplo, que apoiaram o discurso anti-imperialista de Manuel Ugarte. O intelectual socialista argentino esteve no Rio, em 1913, para dar conferências e sua atuação foi enaltecida pela *Gazeta* nos seguintes termos: “como brasileiros ficamos muito sensíveis às [suas] palavras. [...] As conferências que tem realizado por toda parte são orientadas no sentido de fazer sentir aos povos americanos o perigo que constituem as tendências cada vez mais acentuadamente imperialistas da Grande República Norte-Americana.”²⁷

A solução defendida pelos produtores do jornal carioca para contrabalançar o poderio estadunidense era a aproximação entre os latino-americanos e, de forma muito particular, entre as duas “potências do sul”, Brasil e Argentina. Movidos por essa ideia, os editores da *Gazeta* deram amplo destaque para a presença de proeminentes personalidades latino-americanos no Brasil, como ocorreu, em 1912, com a visita de Rubén Darío, cuja atuação em prol de uma identidade latino-americana foi elogiada pelo diário, que apresentou o nicaraguense a seus leitores como “o poeta que tanto

25 *Minas Gerais, Gazeta do Exterior*, 07/01/1914, p. 3.

26 *Gazeta de Notícias*, A política internacional, 18/1914, p. 2.

27 *Idem*, Manoel Ugarte, notável escritor e conferencista fala à *Gazeta*, 29/08/1913, 1ª pág.

ama esta política de concórdia e mútuo apoio entre os povos latinos da América”. Numa matéria de primeira página, denominada “Os latinos americanos em paz”, a *Gazeta* fez a seguinte afirmação, sobre as relações entre os países do continente: “é inegável que a corrente pacifista cada vez mais se fortifica entre todos os povos americanos, sem exceção mesmo daqueles que muita gente julga rivais.”²⁸

Os “rivais” referidos indiretamente pelo diário eram Brasil e Argentina, que haviam protagonizado uma crise diplomática em torno da questão dos armamentos navais, entre 1906 e 1908.²⁹ Assim, na década de 1910, o jornal carioca fazia questão de ressaltar as boas relações que eram então mantidas entre os dois países, os quais considerava possuírem uma missão civilizadora no continente. Quando da chegada do ex-presidente argentino Julio Roca à capital brasileira, em 1912, como representante diplomático de seu país, a *Gazeta* também dedicou ao tema uma matéria de primeira página, que destacava o seguinte:

A fatalidade que aproxima as nações ligou-nos à Argentina, aliada do Brasil numa campanha provocada pela megalomania de um ditador e que ameaçava de convulsionar a América Meridional. Essa ligação jamais se quebrou e os anos [...] mais apontam a necessidade de estreitarem esses laços [...] as duas nações que, na América do Sul, hão de ser os dois núcleos poderosos de civilização, de indústria e de grandeza.³⁰

A visão dos editores da *Gazeta* era a de que a “missão civilizadora” das grandes nações do sul do continente já se havia manifestado na ocasião da Guerra do Paraguai, que foi tomada pelos editores do jornal como modelo de atuação a ser seguido pelas “potências do sul”. Apesar de defender “a unificação dos ideais políticos, comerciais, artísticos e diplomáticos das nações americanas”, aparecia claramente no discurso do diário carioca a ideia de uma hierarquia natural, que colocava Brasil e Argentina num patamar de superioridade, juntamente com os Estados Unidos, em relação ao restante do continente.

No contexto dos conflitos entre a potência do norte e o México, a *Gazeta de Notícias* criticou palidamente a atitude dos Estados Unidos nos seguintes termos: “não temos até aqui aplaudido o governo do general Huerta [...] Mas, no caso, a atitude do governo de Washington parece querer aproveitar-se [...] da crise revolucionária pela qual passa o México.” Crítica muito mais áspera o diário desfechou aos latino-americanos pelo que considerava como um descaso da parte de uns para com os outros países do continente: “na América, [...] a criminoso indiferença pelo recíproco

28 Idem, Os latinos americanos em paz, 23/07/1912, 1ª pág.

29 Em 1906, o Congresso brasileiro aprovou um projeto para a construção de navios de guerra, com o objetivo de proteger o litoral do país. Imediatamente, iniciou-se na Argentina, com Estanislao Zeballos à frente do Ministério das Relações Exteriores, uma campanha pelo aumento do aparato naval do país para se equiparar ao brasileiro. O clima de tensão em torno da disputa armamentista vigorou até a renúncia de Zeballos, que deixou o Ministério em 1908. Consultar: a respeito FERRARI, Gustavo. La Argentina y sus vecinos. In: FERRARI, Gustavo; GALLO, Ezequiel. (comp.). *La Argentina del ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Sudamericana, 1981, p. 671-94; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 182-271.

30 *Gazeta de Notícias*, Brasil-Argentina, a obra da aproximação, 03/07/1912, 1ª pag.

conhecimento [...] faz [...] os países americanos interessarem-se mais pelos problemas e conflitos da Europa e da Ásia que pelos fatos graves passados no nosso próprio continente.”³¹

Lembremos apenas que, até então, a *Gazeta* era, dos diários analisados, o que menos espaço dedicava ao tema da Revolução Mexicana. No entanto, desde os conflitos do México com os Estados Unidos, o jornal carioca se tornou, entre os diários analisados, o que mais se dedicou aos acontecimentos mexicanos, inclusive após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando a maior parte dos diários praticamente abandonou o tema do México revolucionário. No ano de 1915, por exemplo, o jornal carioca foi o que mais abordou acontecimentos mexicanos.

Dessa forma, se, como mostramos, as questões internas da Revolução Mexicana não ganharam muito espaço no discurso do jornal carioca, que encontrava-se particularmente preocupado com o “perigo” das mobilizações sociais no Brasil, o conflito externo que envolveu o México revolucionário e os Estados Unidos, ao contrário, foi um tema amplamente discutido pelo jornal e utilizado para embasar sua campanha pela aproximação dos países do continente.

Em todos os diários estudados, à exceção de *La Razón*, a atitude dos Estados Unidos para com o México revolucionário impactou fortemente o debate sobre a situação continental. Significou um forte alerta, mesmo para os mais otimistas em relação às “boas intenções” da potência do norte, como os editores da *Gazeta*, que consideraram que “uma intervenção no México nas vésperas do grande feito do canal do Panamá seria [...] um golpe de morte na confiança que nos tem inspirado [o pan-americanismo].” Para os mais críticos, representou a prova irrefutável dos desígnios imperialistas estadunidenses e sua ameaça a todo o continente. Assim apareceu nas páginas d’OESP, na reprodução de um trecho do comentário do jornal carioca *O Diário*: “Oxalá possamos em tempo compreender a extensão desse perigo que caminha para nós, ao avizinhar-se da América do Sul.”³²

Apesar das diferentes perspectivas de análise e dos distintos posicionamentos assumidos pelos jornais, o elemento que permeou essas discussões foi a consciência de que os Estados Unidos despontavam como uma potência, alterando as relações políticas no continente e impondo aos países latino-americanos a necessidade de se firmarem internacionalmente. Foi com base nessa percepção que os jornais, cada um a seu modo, interpretaram e se posicionaram em relação à atuação conjunta das diplomacias de Argentina, Brasil e Chile – que ficou conhecida como bloco ABC – para mediar o conflito entre os países do norte, após a invasão do território mexicano pelos Estados Unidos, em abril de 1914.

31 Idem, Estados Unidos-México, 18/04/1914, p. 2 e 28/04/1914, 1ª pag.

32 *Gazeta de Notícias*, 18/04/1914, p. 2; OESP, *Jornais do Rio*, 26/04/1914, p. 3.

3.2. O ABC e as relações internacionais

A ideia de um bloco diplomático formado pelos três principais países da América do Sul já vinha se desenvolvendo há alguns anos, antes que a primeira atuação do ABC se produzisse exatamente nos conflitos entre os países do norte. De acordo com Clodoaldo Bueno, em 1904, Rio Branco e o então ministro argentino no Brasil, Manuel Gorostiaga, travaram conversas a respeito da possibilidade de um tratado de arbitramento entre seus países e sobre a possível inclusão do Chile. O assunto continuou sendo discutido nos anos seguintes e ganhou fôlego por volta de 1909, com uma forte atuação do argentino Roque Sáenz Peña, ainda como diplomata, em prol da aproximação dos três países.³³

A formação do bloco diplomático tinha o duplo objetivo de garantir a estabilidade na América do Sul e de servir como contrapeso à hegemonia estadunidense no continente. A primeira oportunidade encontrada para colocar esse segundo ponto em prática foi justamente o oferecimento da mediação do conflito entre os Estados Unidos e o México revolucionário, que ameaçava desembocar numa guerra internacional, após a invasão de Vera Cruz. Assim, os representantes do ABC em Washington — respectivamente Rómulo Naón, Domício da Gama e Eduardo Suárez Mújica —, por meio de uma nota conjunta, ofereceram-se para mediar o conflito entre os dois países.

As conferências mediadoras foram realizadas no Canadá, na cidade de Niagara Falls, entre maio e julho de 1914. Embora a mediação tenha servido para conter o avanço das tropas estadunidenses dentro do território mexicano, não estabeleceu qualquer acordo a respeito da retirada das tropas estadunidenses do porto de Vera Cruz, que só foi desocupado no fim daquele ano.³⁴

Por outro lado, a simples ocorrência da mediação serviu para consagrar o ABC como ator na política continental e o bloco foi oficialmente reconhecido por meio de um tratado, assinado pelos três países em 1915. Nesse ano, a Casa Branca convocou uma Conferência Pan-Americana — que envolveu, além do ABC, as representações de Bolívia, Guatemala e Uruguai — visando intervir no México, dada a continuidade da guerra civil naquele país. A nova conferência, cuja iniciativa partia dos Estados Unidos, trazia explicitamente a proposta de uma intervenção na política interna do

33 BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 133. Roque Sáenz Peña é apontado como a principal figura responsável pela propaganda em torno do ABC e o período de sua presidência (1910-1914) é apontado como marco fundamental das boas relações entre Argentina e Brasil. Nesse contexto, ao voltar da Europa, já eleito presidente, a passagem de Sáenz Peña pelo Rio de Janeiro teve o sentido de demonstrar o novo momento da diplomacia entre os países vizinhos. Consultar: a respeito FERRARI, Gustavo, *Op. cit.*; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 442.

34 VINHOSA, Francisco Luiz T. A Diplomacia Brasileira e a Revolução Mexicana. In: *Revista do IHGB*, n° 327 (abril a junho), 1980, p. 67.

país revolucionário.³⁵

Ambas as conferências, assim como a formação do bloco diplomático entre os países sul-americanos, tornaram-se alvo de discussões por parte da imprensa. A atuação do ABC no conflito do norte foi apoiada por todos os jornais analisados, com exceção d'OESP.

A postura do jornal paulista pode ser explicada por vários fatores que atuaram conjuntamente. Em seu posicionamento tipicamente liberal, os produtores d'OESP opunham-se veementemente a qualquer violação das soberanias nacionais, o que consideravam ser o caso da atuação do ABC. Em sua crítica à vinculação do Brasil aos Estados Unidos, também a mediação foi vista como uma manipulação estadunidense e o diário praticamente não se referiu às conferências. No ano de 1914, o próprio tema do México foi perdendo espaço no jornal, que passou a se ocupar muito mais dos conflitos europeus. Como as discussões sobre a Revolução Mexicana vinham sendo desenvolvidas principalmente por colaboradores do jornal que estavam na Europa, a exacerbação dos eventos que logo culminaram na Primeira Guerra Mundial colocou as questões mexicanas definitivamente em segundo plano.

Mas antes que o tema do México fosse abandonado pelo jornal paulista, Oliveira Lima, num artigo escrito de Paris, questionava a “autoridade moral” do Brasil para mediar conflitos externos. De forma irônica e direta, a crítica foi formulada nos seguintes termos:

Na simpatia que provoca o impulso sempre generoso de manter a paz entre criaturas humanas, chega-se a esquecer que falece a um país num estado de desordem que requer um estado de sítio de seis meses, bastante autoridade moral para tentar serenar conflitos políticos e guerras civis no estrangeiro, por mais altruísta que apareça sua ação. E a verificar-se o “controle” em que falam os Estados Unidos para a eleição presidencial que se deveria seguir à abdicação de Huerta, também será lícito perguntar quando por sua vez terá o México qualidade para fiscalizar as nossas pseudoeleições? A nossa eleição presidencial de 1910 teria tido um outro desfecho.³⁶

Mais uma vez, os acontecimentos mexicanos embasaram a crítica do jornal ao sistema político-eleitoral brasileiro e às nefastas consequências das intervenções militares nos estados, o que agravava as disputas locais, como ocorria no Ceará.³⁷

Após essa intervenção, OESP publicou apenas algumas notas do exterior sobre o México e passou a ocupar-se muito mais dos conflitos europeus. Nem mesmo a nova conferência em torno da questão mexicana, em 1915, ganhou espaço no jornal.

35 Sobre as Conferências do ABC, consultar: BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 425 ss; YANKELEVICH, Pablo. *Op. cit.*, p. 56 ss. A respeito da assinatura do Tratado do ABC, ver BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.*, p. 441-8.

36 OLIVEIRA LIMA, Manoel de. A trapalhada mexicana, OESP, 09/06/1914, p. 3.

37 Desde 1912, desenvolvia-se no sertão do Ceará o conflito entre as tropas do “acciolismo” e as do Tenente-Coronel Marcos Franco Rabelo, que ascendeu ao governo do estado após a derrubada de Antônio Accioly por uma das famosas intervenções militares do hermismo. Juazeiro era o reduto da oposição – encabeçada por Floro Bartolomeo, com apoio do padre Cícero – e o conflito agudizou-se em março de 1914, quando o governo federal designou um interventor militar para controlar o estado, que permaneceu em estado de sítio por meses. Consultar a respeito: MONTEIRO, Douglas. *Op. cit.*, p. 50-1.

La Nación, que vinha se posicionando de forma semelhante a OESP quanto à polêmica continental, manifestando repulsa a qualquer tipo de violação da soberania nacional e temor frente às pretensões estadunidenses, inicialmente se opôs ao que considerou como boatos a respeito de uma mediação do ABC. Relembrou que a postura oficial da diplomacia argentina vinha sendo “a de não intervir nas contendas civis dos países irmãos” e alertou para o perigo de “pacificar o México em companhia dos Estados Unidos”, dada a postura imperialista da “poderosa irmã do norte.” Mas, após a invasão de Vera Cruz, o diário dos Mitre passou a apoiar entusiasticamente a atuação do ABC e fez questão de informar aos leitores que sua atitude não era contraditória: “trata-se agora de um conflito de caráter internacional”.³⁸

A expectativa que *La Nación* depositou na “mediação amistosa”, como a qualificou, foi a de que a atuação do ABC pudesse “demonstrar a hierarquia alcançada por esses países, que até pouco tempo eram entidades anônimas ante o critério das grandes potências.” Nessa perspectiva, não importava tanto o que se conseguisse em relação ao conflito méxico-americano, mas, muito mais, a possibilidade de mostrar ao mundo a estatura das “potências do sul”. Nas palavras do diário: “qualquer que seja definitivamente a obra da conferência, o ABC haverá obtido um grande triunfo moral.”³⁹

Assim, o diário portenho passou a veicular uma forte propaganda da mediação e mais particularmente do ABC, o que o levou, inclusive, a mudar de posição em relação à situação interna do México. O jornal, que vinha apoiando Huerta, celebrou a renúncia do “mandatário mexicano”, o que, em sua argumentação, ocorria “por obra da mediação amistosa do ABC.” Ao fim das reuniões em Niagara Falls, o diário destacou “o triunfo da mediação”, afirmando que esta “cheg[ava] ao fim, coroada de um êxito completo.” Como já destacamos, a conferência não alterou absolutamente nada em relação à situação interna do México, mas o grande êxito ao qual *La Nación* se referia estava no “novo vínculo” que considerava que a mediação tinha significado “para as três repúblicas da América do Sul, que a levaram a tão feliz termo e afirmaram nessas circunstâncias sua personalidade internacional”.⁴⁰

Mas o início da guerra europeia logo desviou a atenção de *La Nación*, assim como da maior parte dos diários, dos eventos mexicanos, que só voltaram a ser abordados pelo diário portenho por ocasião da Conferência de Pan-Americana de 1915. Dessa vez o jornal defendeu abertamente a necessidade de uma intervenção na política interna mexicana ao afirmar:

38 *La Nación*, La cuestión mexicana, 03/03/1914, p. 10; 12/03/1914 p. 11; La mediación en el conflicto del norte, 26/04/1914, p. 11.

39 *Idem*, La mediación amistosa, 05/05/1914, p. 11.

40 *Idem*, El triunfo de la mediación, 26/06/1914, p. 9.

As facções mexicanas estão demasiado ensimesmadas em seus ódios e ambições para saírem do mal por si mesmas. [...] A palavra pacificadora tem, pois, que vir de fora, e se ela é pronunciada, não como uma ameaça de intervenção, mas como um convite fraternal para que os partidos em guerra discutam dentro de uma assembleia amiga suas querelas, não se vê, de fato, por que não haveríamos de contribuir com ela.⁴¹

O discurso do diário demonstra que, para seu editores, quando se tratou de coroar “a personalidade moral” do ABC, mesmo o princípio da inviolabilidade das soberanias nacionais, que tanto haviam defendido, perdeu importância. Assim, as “querelas” mexicanas, que inclusive podiam comprometer a imagem do continente, teriam que ceder diante da “ação pacificadora”, que era vista como a oportunidade de mostrar ao mundo a “hierarquia” alcançada pelos países sul-americanos.

No contexto brasileiro, também para o oficialíssimo *Minas Gerais* a atuação do ABC aparecia como uma boa oportunidade de passar ao exterior uma imagem positiva dos países que o integravam. Condizente com sua posição, o diário deu destaque para pronunciamentos oficiais, como o discurso de Domício da Gama na inauguração da conferência de Niagara Falls, que foi reproduzido na íntegra pelo jornal. O *Minas* também destacou os elogios recebidos pela mediação por parte dos diários europeus, como o francês *Éclair*, que teria qualificado o ABC de “entente que deslocou o eixo diplomático, não só da América, mas de todo o mundo.”⁴² A eclosão da Grande Guerra também desviou as atenções do jornal oficial mineiro, que também não se ocupou da segunda atuação do ABC nos assuntos mexicanos, em 1915.

Já os editores de *La Razón*, diferentemente das posições sustentadas por *La Nación* e *Minas Gerais*, defenderam que a atuação do ABC se constituía “[n]a própria essência da doutrina de Monroe”, a qual, segundo o diário, era “aceita no novo mundo de forma ampla e autônoma, [...] de acordo com nossa consciência de logo sermos povos maiores de idade.” Percebe-se claramente nesse discurso a ideia de que a “hierarquia” do ABC estaria diretamente relacionada a sua vinculação à órbita da grande potência continental. Se “logo” seriam maiores de idade, ainda precisavam dos auspícios “altamente pacíficos e paternais” dos Estados Unidos, como qualificou o encarregado de negócios estadunidense na Argentina, ao ser entrevistado pelo vespertino portenho. E se não havia qualquer dúvida sobre qual era a grande potência continental, na concepção dos editores de *La Razón* tampouco havia dúvida sobre quais eram “os expoentes do continente austral”. Assim, na opinião veiculada pelo diário, naturalmente “essa ação diplomática, amistosa e eficaz, não podia nem devia partir senão [...] [desses] países sul-americanos, por razões que seria prolixo enumerar.”⁴³

41 Idem, México: la conferencia de hoy, 04/08/1915, p. 10.

42 *Minas Gerais*, O México e Estados Unidos, 28/05/1914, p. 5.

43 *La Razón*, El ABC, 28/04/1914, 1ª pág., 3ª ed.; Estados Unidos y México: lo que dice el encargado de la Unión definiendo la acción de su gobierno, 29/04/1914, p. 7, 5ª ed.; La mediación del ABC, 27/04/1914, p. 4, 5ª ed.

Quanto ao caráter da atuação do ABC, *La Razón* defendia que fosse intervencionista e não apenas mediador. Para os editores do jornal, tratava-se de um “processo necessário e inevitável”, dada a situação interna mexicana. Os fins deveriam justificar os meios, visto que “o anseio do mundo é a paz do México e sua reintegração ao trabalho de suas indústrias e à exploração de suas riquezas, afirmando sua posição de nação livre da América”. Assim, afirmavam, “quaisquer que fossem os procedimentos da mediação, esse resultado lhe daria o êxito prático que seria sua desculpa.”⁴⁴

Na argumentação de *La Razón*, a ideia da volta à normalidade no México aparecia diretamente relacionada ao processo de produção de riquezas, como algo que “o mundo” ansiava – o mundo aqui certamente pode ser lido como as grandes potências. Enquanto dentro do continente os povos ainda “menores de idade” precisavam gravitar em torno da potência do norte, no plano mundial o estatuto de “nação livre” se ligava à capacidade de servir como espaço de investimento de capitais das grandes potências, o que era vislumbrado como a única forma de engrandecimento e mesmo de reconhecimento perante o mundo considerado civilizado. Não por acaso o tema da guerra europeia passou a chamar muito mais a atenção do diário, que logo abandonou os assuntos mexicanos.

Na realidade, os dois únicos jornais estudados que continuaram dando destaque para a situação do México após a eclosão da Primeira Guerra Mundial foram a *Gazeta de Notícias* e *La Prensa*, exatamente os jornais que mais se engajaram numa propaganda em torno da atuação do ABC no conflito méxico-americano.

Antes mesmo da proposta de mediação por parte dos países do sul, imediatamente após a invasão do porto mexicano de Vera Cruz, a *Gazeta* considerou que a agressão estadunidense era “de algum modo salutar”, pois teria permitido “reuni[r] num ideal comum as várias facções caudilhistas [mexicanas], dando de novo a impressão de grande pátria.” Os editores do jornal carioca veicularam tal ideia inclusive por meio de uma gravura, que representava “os caudilhos Carranza e Huerta” fazendo as pazes “ante a invasão da pátria mexicana”.⁴⁵ (Imagem 4)

Na versão da *Gazeta* – que se afastava completamente dos reais acontecimentos – a invasão estadunidense de Vera Cruz teria tido o efeito imediato de resolver as disputas internas e conciliar o país em torno do que chamou de “fugoso patriotismo mexicano”. Esse, segundo os editores do diário, contrastava com “o patriotismo racional da América no norte” e teria sido o motivo do “longo preparo da hostilidade latente nas fronteiras.” Quando já se vislumbrava a proposta mediadora para o conflito, os editores do jornal carioca afirmaram, de forma despreziosa: “resta

44 Idem, El conflicto mexicano: actitud del ABC, mediación e intervención, 07/05/1914, p. 7, 5ª ed.

45 *Gazeta de Notícias*, 22/04/1914, p. 2; México-Estados Unidos, 24/04/1914, 1ª pág.; A ocupação militar yankee de Vera Cruz e a opinião internacional, 25/04/1914, 1ª pág.

agora saber [...] se, por meio dos bons ofícios de alguma potência estrangeira, [se] chegará a um acordo para a solução amistosa dos seus erros [de Huerta] de político arrivista.”⁴⁶



Ante a invasão da patria mexicana pelas forças americanas, os caudilhos Carranza e Huerta fraternizam—E dormindo um ao norte, outro ao sul, será agora a vez do general Carranza conter a invasão na fronteira do Texas e do Arizona

Imagem 4 - Gazeta de Notícias, 25/04/1914, 1ª pág.

Imagem do acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.⁴⁷

Nessa percepção da situação, os “erros” do México decorriam do temperamento passional dos seus caudilhos, o que justificaria a intervenção de uma nação “racional”, capaz de resolver a situação interna do país. A atuação do ABC foi enquadrada nesse esquema e exaltada nas páginas da *Gazeta* como “uma grande vitória americana –

46 Idem, Estados Unidos- México, 25/04/1914 e 28/04/1914, 1ª pág.

47 Imagem disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq= (Acesso em 19/11/2019).

a da razão pela atitude moral do continente contra os ímpetus patrióticos”. Assim, na argumentação do jornal, as “potências do sul”, movidas pelos mesmos atributos “morais” e “racionais” que os Estados Unidos, colaboravam com a potência do norte na tarefa de civilização do continente.⁴⁸

Da perspectiva do periódico carioca, se, dentro da América, a simples aceitação da mediação do ABC pelos Estados Unidos significava o reconhecimento da “estatura moral” das três nações do sul, o mesmo deveria ocorrer em relação ao resto do “mundo civilizado”. Numa matéria intitulada “A Conferência de Niagara Falls trará resultados práticos?”, os editores da *Gazeta* respondiam a sua própria pergunta da seguinte forma: “[ao] conseguir dirimir tão importante questão internacional, o ABC terá inquestionavelmente traçado a mais bela página de sua diplomacia contemporânea e definitivamente [provado], perante a Europa, experimentada e experiente, a sua maioria política internacional”.⁴⁹

Na visão dos editores da *Gazeta*, a ação da nova “entente do sul”, juntamente com a potência do norte, permitiria civilizar toda a América para fazê-la respeitada perante a Europa. Disso decorria que o papel do ABC não seria apenas o de mediar conflitos externos, mas inclusive intervir na política interna de países cuja “anarquia” comprometesse a imagem do continente. O posicionamento manifestado pelo jornal foi exatamente esse no contexto da conferência convocada pelos Estados Unidos em 1915, dessa vez com o objetivo explícito de resolver a situação interna do México.

A *Gazeta* aplaudiu a iniciativa estadunidense e, numa matéria denominada “O México anarquizado”, assim descreveu a situação: “que se pode fazer para apaziguar os caudilhos mexicanos? [...] A primeira conferência do ABC [...] resolveu o conflito yankee-mexicano, não estabeleceu a ordem no México. Agora os Estados Unidos querem que seja restabelecida. Daí o apelo à América do Sul.” Durante o período da conferência, o jornal publicou matérias que enfatizavam a situação do país revolucionário como “a da mais lamentável anarquia, a das revoluções que se sucedem, a de um momento que nenhuma garantia eficaz pode ser dada aos habitantes, nacionais e estrangeiros.” Ao fim das reuniões destacou “a pacificação do México” e elogiou a atitude do presidente Wilson, afirmando que “não se pode[ria] mostrar maior respeito nem mais delicada atenção pela soberania e independência de um país e de um povo”, que tinha sido afastado da vida constitucional pelas “ambições desvairadas dos caudilhos.”⁵⁰

O argumento dos editores da *Gazeta*, assim como o do presidente Wilson, que tanto admiravam, pretendia ser de ordem moral. Era o caráter “degenerado” dos caudilhos mexicanos que justificava, praticamente reclamava, a intervenção de

48 Idem, Estados Unidos-México, 28/04/1914, 1ª pág.

49 Idem, A conferência de Niagara Falls trará resultados práticos?, 15/06/1914, p. 2.

50 Idem, O México anarquizado, 04/08/1915, p. 2; O México, 05/08/1915, 1ª pág.; A pacificação do México, 12/08/1915, 1ª pág.; O caso do México, 25/08/1915, 1ª pág.

homens racionais, os quais sintetizavam os caracteres “superiores” de seus próprios países, considerados como “potências continentais”.

Já na argumentação de *La Prensa*, diferentemente dos demais diários, a noção de superioridade apresentou um viés marcadamente nacionalista. O maior jornal argentino procurou insistentemente destacar e reforçar o papel de seu próprio país dentro do ABC e do continente.

No discurso do maior diário argentino, a intervenção do ABC na política interna do México aparecia como algo justificável, diante do quadro que era traçado por seus editores, ao enfatizarem o “horror que desperta a mais encarniçada e bárbara das guerras civis contemporâneas, a respeito da qual predomina na opinião mundial o anseio humanitário da pacificação a qualquer custo.”⁵¹ Lembremos que a barbarização da Revolução Mexicana não vinha sendo a tônica do discurso de *La Prensa* até então; mas, desde que o ABC entrou em cena, essa passou a fazer parte dos argumentos do jornal em torno de uma pretensa atuação necessária do bloco diplomático, e mais especialmente da Argentina, no continente.

Os editores do diário informaram a seus leitores argentinos que a iniciativa da mediação teria sido “ideia de nosso governo” e, num editorial intitulado “Momentos de expectativa, deveres argentinos evidentes”, enfatizaram que a atuação no conflito mexicano correspondia à “consciência de tão sagrado dever [...] que corresponde à República Argentina”. A justificativa encontrava-se no que entendiam como a “superioridade natural” do país: “a boa sorte quis que chegássemos a ser um país constituído e rico, tomando a dianteira a outros irmãos menos felizes.” Quanto a seus vizinhos, considerava que Brasil e Chile experimentavam “análoga satisfação” e que, portanto, a mediação e o próprio ABC significavam, no contexto continental, “um esforço moral e civilizador”.⁵²

A posição do diário traduzia a concepção de uma parte da elite nacional quanto a uma superioridade da Argentina no contexto sul-americano, baseada no desenvolvimento econômico alcançado pelo país.⁵³ Apesar de severos críticos do “materialismo” nos debates nacionais, os editores de *La Prensa* não deixaram de considerar o “progresso” do país como fonte de proeminência no continente. Esse argumento apresenta-se bastante condizente com seu *status* de maior diário do país mais rico da América do Sul no período. A crítica ao “materialismo” logo se

51 *La Prensa*, México y Estados Unidos, la mediación sudamericana, 26/04/1914, p. 10 e Incertidumbres México-americanas (editorial), 23/04/1914, p. 6.

52 *Idem*, 26/04/1914, p. 10; Momentos de expectativa, deberes argentinos evidentes (editorial), 30/04/1914, p. 9; La opinión da América (editorial), 01/05/1914, p. 8.

53 Dentro dessa perspectiva, o grande desenvolvimento econômico alcançado pelo país, identificado à noção de “progresso”, tendia a ser explicado pela pretensa “superioridade racial”, que levava inclusive a vislumbrar uma posição hegemônica no subcontinente, sob a forma de uma “missão civilizadora”. O maior expoente desse pensamento foi José Ingenieros, defensor da “superioridade” da “raça argentina” e de sua “missão civilizadora” no subcontinente latino-americano, sob a forma de um “imperialismo pacífico”. Essas ideias foram desenvolvidas pelo autor no ensaio *Sociología argentina*, publicado em 1913.

desvanecia frente à possibilidade de ver a “superioridade argentina” reconhecida no âmbito continental.

Como seria impossível desconsiderar a supremacia da potência do norte, o diário portenho elevou “as repúblicas maiores”, Brasil e Chile, e principalmente “nossa república”, a Argentina, ao estatuto de colaboradoras dos Estados Unidos. Em editorial intitulado precisamente “As repúblicas maiores”, o jornal destacou que, “segundo o juízo de [Theodore] Roosevelt”, as nações do ABC estavam “aptas pelo poder de sua civilização [...] para aplicar a doutrina Monroe na América do Sul.”⁵⁴ Mais uma vez, o diário tomava a figura de Roosevelt como referência para o âmbito da política externa.

La Prensa passou, então, a encarar o ABC como uma verdadeira realização do princípio pan-americano. O resultado da conferência mediadora foi qualificado como “o pan-americanismo triunfante”, que representaria uma missão tutelar na América: “uma política de paz protetora dos destinos de um continente”, protagonizada pela potência do norte e as do sul do continente. E, finalmente, a defesa da proposta estadunidense para o continente se desdobrou na defesa de vínculos econômicos mais estreitos entre a Argentina e a grande potência continental.

Em editorial, o diário celebrou “a propaganda iniciada na América do Norte, tendente à cimentação de suas vinculações econômicas com o nosso país” e pediu “aos apóstolos dos novos ideais de confraternização continental” que continuassem a propaganda até que esses ideais, sobretudo econômicos, fossem “encarnados em fatos”, o que, ansiava, se daria “num futuro que já não pode estar longe.” Segundo os editores de *La Prensa*, a atuação do ABC tinha cumprido um papel fundamental para essa aproximação. Ressaltavam que, antes da mediação do conflitos méxico-americano pelos países do sul do continente, os Estados Unidos “não se interessavam por nada ao sul do Panamá”, mas a atuação da “entente do sul” teria demonstrado, inclusive, “o desenvolvimento econômico sul-americano” e despertado o interesse estadunidense em investir capitais nessa parte do continente.⁵⁵

A defesa da aproximação comercial com a potência do norte por parte dos editores de *La Prensa* pode ser entendida como uma alternativa à enorme vinculação de seu país com a Inglaterra, sobretudo num momento em que a Europa experimentava tão grave crise. Nesse sentido, cabe observar que o argumento comercial só apareceu claramente no discurso do jornal num momento bem posterior ao início da Primeira Guerra Mundial.

Embora levantando argumentos distintos, todos os jornais analisados, à exceção d’OESP, desenvolveram uma ampla propaganda em torno da atuação do ABC, a qual não teve qualquer relação com a imagem negativa que esses episódios

54 *La Prensa*, Las repúblicas mayores (editorial), 17/06/1914, p. 7.

55 *Idem*, Los Estados Unidos en la Argentina (editorial), 24/08/1915, p. 5.

produziram no México, sobretudo entre os constitucionalistas, então a principal força revolucionária no país.

Os delegados constitucionalistas não participaram oficialmente das conferências de Niaga Falls, pois Carranza considerava que a mediação tinha um caráter intervencionista nos assuntos internos mexicanos e, além disso, um aspecto de favorecimento a Huerta, posto que os mediadores insistiam na necessidade de um cessar-fogo quando as forças revolucionárias estavam em situação cada vez mais privilegiada ante as tropas da ditadura huertista.⁵⁶

Para os países mediadores, no entanto, muito mais do que o destino do México, a grande questão que estava em jogo na intervenção no conflito do norte era a expectativa de que, a partir de então, o ABC se transformasse num fator de poder a ser considerado nas relações internacionais.⁵⁷

Todos os jornais que apoiaram a atuação do ABC no conflito México-americano, apesar das diferentes abordagens que deram ao tema, manifestaram a esperança de que a intervenção transformaria o bloco diplomático sul-americano num significativo ator internacional, não apenas dentro do continente mas, inclusive, com capacidade para destacar o continente em nível mundial.

Embora a própria formação do bloco diplomático implicasse numa espécie de “hierarquia continental”, ao diferenciar o ABC dos demais países latino-americanos, os discursos dos jornais nos revelam que essa ideia se produzia, em grande medida, como reação a uma identificação mais ampla, baseada na consciência da posição marginal de todos os países do subcontinente perante as grandes potências e da situação de vulnerabilidade que essa representava numa “era de impérios”.

Essa percepção era aprofundada pelo despontar de uma potência no continente e esse fator contribuía para que o fortalecimento de uma identidade que abarcasse os países latino-americanos estivesse diretamente relacionado a uma contraposição a grande potência continental, entendida como uma “outra América”. Os discursos dos jornais sobre o México revolucionário também foram marcados por essas identidades continentais.

56 A posição brasileira foi ainda mais criticada pelos constitucionalistas, em grande medida pela atuação do ministro plenipotenciário brasileiro no México, Cardoso de Oliveira, que nutria grandes simpatias por Huerta e que se tornou o encarregado de negócios dos Estados Unidos no país revolucionário, após o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países do norte. Antes do agravamento dos conflitos entre os Estados Unidos e o México, Cardoso de Oliveira se empenhou para que o Brasil reconhecesse o governo do ditador mexicano, o que não foi feito pelo Itamaraty pela determinação de esperar pela ação dos Estados Unidos, visando um reconhecimento conjunto. Os constitucionalistas consideraram que o Brasil não tinha reconhecido o governo de Huerta apenas por uma atitude de subserviência aos Estados Unidos, mas que, por meio da intervenção do ABC, pretendia evitar a derrota militar do ditador. PALACIOS, Guillermo. Um turbilhão diplomático: as relações durante a Revolução Mexicana, o pacto do ABC e a gestão de Cardoso de Oliveira. In: *Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 159-62.

57 Sobre as expectativas de projeção internacional vislumbradas pela diplomacia argentina em torno da participação do país na mediação levada a cabo pelo ABC, consultar: YANKELEVICH. *Op. cit.*, cap. 4.

3.3. O México revolucionário e a questão das identidades continentais

As reflexões dos diários sobre o México, desde o início, apontam para o fato que seus produtores tinham clareza de que o subcontinente era visto como um todo homogêneo pelo “mundo civilizado”. Essa percepção explica o temor, manifestado explicitamente em alguns diários, de que a instabilidade política do México compromettesse a imagem da América Latina “ante o conceito universal” e a preocupação que demonstraram quanto à “impressão que os acontecimentos da República do México causa[vam] nos Estados Unidos e na Europa”.⁵⁸

Além disso, os homens à frente dos grandes diários sul-americanos sabiam que a imagem internacional do subcontinente estava atrelada à instabilidade política que tinha marcado a região no século anterior, identificada a caracteres pejorativos como “caudilhismo” e seus derivados, como “republiquetas ingovernáveis” ou “repúblicas vulcânicas que o mundo não toma a sério.”⁵⁹ Nesse quadro, o prolongamento da guerra civil no México poderia ser percebido como mais uma demonstração da “barbárie política” da América Latina. Daí a necessidade de diferenciar, no contexto continental, a situação dos países que se julgavam “civilizados”, de demonstrar sua estabilidade política e seu desenvolvimento, sobretudo material, para que se comprovasse “a avançada civilização da América do Sul”, nas palavras do maior jornal argentino.⁶⁰

Essa lógica geopolítica também influenciou nas identificações negativas que os jornais estudados estabeleceram entre seus próprios países e o México revolucionário, para além do próprio significado político-social da Revolução Mexicana, conforme já demonstramos. Apesar de nem sempre aparecerem explicitamente, essas identificações baseavam-se em situações que eram repudiadas pelos produtores dos diários no plano nacional e identificadas também no país do norte: os vícios dos sistemas políticos, denunciados por alguns, e a mobilização das classes populares, temida por todos.

Até a invasão do território mexicano pela potência do norte, a identificação negativa ao México foi absolutamente predominante nos jornais analisados. Entretanto, esse episódio implicou numa inflexão significativa, gerando, em grande medida, uma nova identificação, agora positiva, em relação ao país revolucionário.

Imediatamente após a invasão estadunidense do porto de Vera Cruz, o México recebeu grandes elogios por parte dos jornais, inclusive daqueles que veiculavam as

58 *La Razón*, Revolución Mexicana – Porfirio Díaz en peligro, 04/05/1911, 1ª pág, 3ª ed.; *La Prensa*, Los americanos en México (editorial), 17/11/1913, p. 6.

59 OESP, *Ecos Americanos*, 27/02/1913, p. 3; ZENO, *Cartas de Londres*, OESP, 29/07/1913, p. 4.

60 *La Prensa*, La política continental del presidente Wilson (editorial), 14/03/1913, p. 8.

visões mais negativas sobre aquele país. O próprio *Minas Gerais*, que poucos dias antes tinha defendido a necessidade de uma intervenção das grandes potências no México, ao ver o território mexicano invadido pelo vizinho do norte, qualificou a nação revolucionária de “país vigoroso e cheio de glórias” e condenou “a intromissão intempestiva da América do Norte nos [seus] negócios [...]”⁶¹

Já o argentino *La Razón*, que até então só via motivos para criticar a “anarquia mexicana”, em geral explicada pelos caracteres raciais de sua população, encontrou ocasião para elogiar o patriotismo do país hispânico da América do norte, da seguinte forma:

Ante a ameaça da invasão estrangeira, [...] as paixões se emudeceram e a energia se junta no mesmo esforço. E essa é a alta nota do povo mexicano, que convém ressaltar no que tem de significativa, [...] a noção de Pátria [...] Os mexicanos demonstram nesse caso que o México, para eles, é a Pátria, grande ou pequena, próspera ou desgraçada e se apressam a defendê-la. [...] Os mexicanos, ao defenderem seu território, se mostram dignos dos fundadores da nacionalidade, e se em som de reprovação lhes dizem na América do Norte que eles têm nas veias o sangue da raça vencida dos indígenas, eles hão de provar que também os alenta o espírito daquele Hernán Cortez que fez queimar seus navios para matar todo pronunciamento de fuga.⁶²

Assim, frente à invasão estrangeira, o vespertino portenho elogiou a “noção de pátria” mexicana, o que, aliás, os editores do diário consideravam faltar em seu próprio país devido ao “aluvião migratório”, que dificultava a construção de uma nacionalidade argentina. Sem se afastarem um milímetro da perspectiva racista que guiava suas análises, encontraram como fonte do patriotismo mexicano o “espírito de Cortez”, ou seja, o sangue espanhol que agora consideravam “também” correr nas veias dos mexicanos, junto com o da “raça vencida”.

Em *La Nación*, por sua vez, até mesmo o elemento indígena chegou a ser exaltado, na figura de Benito Juárez, a quem os editores do diário qualificaram como “glória da raça autóctone”. O jornal enfatizou que a cidade de Vera Cruz representava, na história do México, “o baluarte dos sagrados interesses pátrios”, pois ali Juárez tinha expedido “as famosas leis de reforma, cujos benefícios”, na opinião dos editores do diário, “ainda se deixam sentir naquela terra”; também ali, continuava o jornal portenho, os mexicanos “resistiram heroicamente as agressões dos invasores estrangeiros”. Na opinião do diário, assim como tinha ocorrido no século anterior, por ocasião da guerra contra os Estados Unidos e da invasão francesa, Vera Cruz voltava a simbolizar todo o México e tornava a demonstrar a “resistência heróica” dos mexicanos contra a agressão estrangeira.⁶³

61 *Minas Gerais*, México e Estados Unidos, 23/04/1914, p. 5 e 08/05/1914, p. 6.

62 *La Razón*, México y Estados Unidos, 24/01/1914, p. 3, 4ª ed.

63 *La Nación*, Estados Unidos y México: el desembarque en Vera Cruz, 22/04/1914, p. 12. O diário se referia à guerra contra os Estados Unidos, entre 1846 e 1848, e à intervenção francesa, levada a cabo por Maximiliano de Habsburgo, sob os auspícios dos conservadores mexicanos, que durou de 1862 a 1867, quando o imperador estrangeiro foi fuzilado pelos liberais mexicanos.

E mesmo a *Gazeta de Notícias*, que, até então, só se referia ao México como a mais pura demonstração da “barbárie caudilhesca”, chegou a mencionar o país invadido como “a grande pátria de Juárez”. Além de uma pontual e compreensível condenação da invasão de um país por outro militarmente mais forte atuar como fator desencadeador de solidariedade em relação ao México, podemos observar que a agressão estrangeira em relação àquele país implicou num momento de inflexão mais profunda nos discursos dos diários analisados. O resultado imediato foi uma avalanche de elogios ao México, o que, como era de se esperar, não se tornou um elemento constante. Mas, o fundamental a ser destacado é que, a partir da invasão de Vera Cruz, os discursos dos diários passaram a ser marcados pela formulação de identificações positivas em relação ao México, tais como “república irmã” ou “país irmão”.⁶⁴

O sentido de “irmandade” por meio do qual se buscava estabelecer vínculos de solidariedade para com o México apareceu de forma bastante clara nos discursos dos jornais. Para o argentino *La Nación*, embora geograficamente “distante”, havia uma identidade histórica com a “República do México”, “um país que compartilha conosco o idioma, a religião e a história.” No contexto brasileiro, de forma semelhante, argumentou um colaborador d’OESP: “prende-nos ao México [...] os elos antigos da vizinhança e parentesco desde o berço comum da Ibéria. [...] O passado fez-nos, sociologicamente, a mesma raça, afeiçoou-nos a mesma alma traduzida por duas línguas irmãs.”⁶⁵

O argumento da “latinidade” foi o traço predominante em todos os jornais analisados, tanto argentinos quanto brasileiros, na formulação de uma identificação com o México. Mas essa identidade não atuava apenas num plano positivo, em relação à “república irmã”, comportava igualmente o sentido de oposição à potência do norte, como expressado claramente em um editorial de *La Prensa*: “no Novo Mundo, por mais distantes que vivam entre si seus Estados, existe, como causa de interesses vivíssimos, além das afinidades históricas, as preocupações que origina a política dos Estados Unidos”. Da mesma forma, na expressão de *La Nación*, tratava-se da consciência das diferenças entre “uma e outra América.”⁶⁶

A identidade latino-americana e a noção de uma dualidade essencial do continente se desenvolviam intensamente nas primeiras décadas do século XX, em grande medida como resposta à postura expansionista estadunidense. A ideia de uma “América latina” havia sido cunhada, em meados do século XIX, por intelectuais latino-americanos residentes em Paris e, desde o início, o desenvolvimento dessa identidade trazia como contraponto fundamental a existência de uma “outra” América,

64 *Minas Gerais*, México-Estados Unidos, 23/04/1914 p. 5; *La Prensa*, La América en México, 10/08/1915, p. 10.

65 *La Nación*, La revolución mexicana, 05/01/1914 p. 9; ALMEIDA, Silvio de. *Divagações*, OESP, 27/04/1914, p. 4.

66 *La Prensa*, La suerte de México y la política americana (editorial), 20/04/1914, p. 9; *La Nación*, El triunfo de la mediación, *Ecós del día*, 26/06/1914, p. 9.

de matriz anglo-saxônica, não apenas diferenciada mas também oposta à América de origem latina. No início do século XX, o latino-americanismo se fortalecia, atuando como contraponto à identificação encarnada na proposta pan-americanista da potência do norte e servindo de base para a formulação de um discurso anti-imperialista no subcontinente.⁶⁷

Posto que o perigo imperialista era identificado como problema comum a todos os países latino-americanos, vários intelectuais encontraram na integração do subcontinente uma forma de conter essa ameaça. Assim, como observa Oscar Terán, a ideia da “unidade latino-americana” se converteu no “fator dominante” do discurso que se desenvolveu no subcontinente no período, configurando o “primeiro anti-imperialismo latino-americano”.⁶⁸ Uma influência ideológica fundamental para o desenvolvimento desse discurso foi a obra *Ariel*, do uruguaio José Enrique Rodó, publicado em 1900. Ao esboçar uma dualidade essencial do continente, que tinha como fundamento a existência de dois troncos culturais distintos, o “latino” e o “anglo-saxão”, e seus inconciliáveis atributos “espiritualistas” e “materialistas”, respectivamente, a matriz arielista passou a embasar o discurso antiestadunidense de boa parte da intelectualidade latino-americana.⁶⁹

Todo esse conjunto de ideias fez parte dos discursos construídos pelos jornais para se posicionarem a respeito do México e, não por acaso, essas concepções apareceram mais enfaticamente nos diários que possuíam um discurso mais fortemente antiestadunidense.

La Nación desenvolveu uma ampla propaganda da campanha de solidariedade para com o México e contra a atitude estadunidense, que foi encabeçada por Manuel Ugarte, um dos principais mentores da solidariedade latino-americana no período. Após publicar *El porvenir de América Latina*, em 1911, denunciando o perigo da expansão da potência do norte sobre todo o continente, o intelectual argentino viajou por vários países do subcontinente, inclusive o Brasil e o México revolucionário, para divulgar a necessidade de construir um sistema defensivo contra “o imperialismo saxão.”

Quando os Estados Unidos invadiram o México, Ugarte, já em Buenos Aires, criou o Comitê pró-México, que conquistou a adesão de vários setores sociais, como organizações estudantis, sociedades mutualistas e associações de bairro, inclusive de outros países, como Chile, Peru e Uruguai. O Comitê organizou conferências e publicou vários folhetos contra a atitude da potência do norte, o que culminou na criação da *Revista Americana* e na transformação do Comitê numa organização

67 Sobre a formação do latino-americanismo e seu fortalecimento em face da proposta pan-americanista, consultar: ARDAO, Arturo. *Op. cit.*

68 TERÁN, Oscar. *Op. cit.*, p. 4.

69 Há uma edição brasileira recente da obra: RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: UNICAMP, 1991.

mais ampla, a Associação Latino-Americana, fundada em julho de 1914.⁷⁰

Embora os três diários argentinos tenham destacado a atuação do Comitê organizado por Ugarte, *La Nación* foi o único que praticamente se converteu num instrumento de divulgação do movimento. O jornal informou diariamente a seus leitores sobre toda a mobilização do Comitê, avisou sobre os eventos que seriam realizados e ressaltou as “adesões de todos os pontos da República. O número delas chega a 4000”. Também publicou na íntegra o manifesto público do Comitê:

[A] América latina e o mundo comoveram-se profundamente ante os acontecimentos do México. [...] Traduzimos o protesto dos homens de todos os partidos e de todas as classes sociais, contra o imperialismo, contra a conquista, contra a anexação, contra o abuso da força nas relações entre os povos, e afirmamos de uma maneira clamorosa e definitiva nossa solidariedade com toda a América de fala hispana e especialmente com o país irmão. [...] Viva o México! Viva a união latino-americana!⁷¹

Como foi a tônica do período, o ataque ao imperialismo vinha junto com a defesa da união latino-americana. Ante o perigo *yankee*, a causa do México se tornava comum a todo o subcontinente.

Assim também apareceu n’OESP. Ainda no contexto do ultimato de Wilson a Huerta, os editores do diário paulista reproduziram trechos de um artigo de José Veríssimo, publicado n’*O Imparcial*, do Rio de Janeiro, no qual o autor mobilizava “o sentimento latino-americano” contra o que considerava “um grande atentado internacional”. Após a invasão de Vera Cruz, a crítica anti-imperialista que vinha sendo sustentada pelo diário ganhou conotações arielistas. O perigo do “imperialismo *yankee*” foi identificado aos “vícios anglo-germânicos”, que ameaçavam “as nações latinas deste continente”.⁷²

Com essa perspectiva, um colaborador do diário, João Grave, num artigo denominado “A guerra entre o México e os Estados Unidos”, argumentava que as desavenças entre os dois países do norte logo seriam acertadas, porém da pior maneira possível: “a pendência vai se resolver pelo fogo, pelo sangue e pela morte, com a pressa fulminante que os *yankees* empregam em todos os seus atos – porque *time is money*”. O autor lembrou a guerra entre os dois países, ocorrida cerca de meio século antes — quando o México perdeu mais da metade de seu território para o vizinho do norte —, e afirmou: “hoje irá o resto. [...] Quando muito, por generosidade dos vencedores, [o México] será de futuro uma república como a de Cuba – uma espécie de protetorado!”⁷³

Nessa passagem, o autor dá à invasão do território mexicano o mesmo sentido do expansionismo estadunidense sobre o Caribe, remontando à guerra de

70 YANKELEVICH, Pablo. *Op. cit.*, p. 159-60.

71 *La Nación*, El conflicto de México, 29/04/1914 e 01/05/1912, p. 12 e 11.

72 OESP, *Jornais do Rio*, 08/11/1913, p. 5; 26/04/1914, p. 3 e 01/06/1914, p. 5.

73 GRAVE, João. A guerra entre o México e os Estados Unidos, OESP, 21/05/1914, p. 3.

independência de Cuba. Essa percepção apontava para a outra grande “lição” que os produtores dos diários identificaram na situação mexicana.

Se até então as intervenções da potência do norte tinham sido levadas a cabo sobre ilhas do Caribe ou pequenos países da América Central, a invasão do México, uma das “grandes repúblicas da América Latina”, como qualificou *La Prensa*, teve um impacto decisivo sobre a discussão em torno do imperialismo estadunidense. A violação do território de um “grande país”, como a *Gazeta* qualificou o México, não deixava lugar a dúvidas quanto às pretensões expansionistas da potência do norte e aparecia, naquele contexto, como prova irrefutável de que a agressiva postura dos Estados Unidos significava um perigo para todos os outros países do continente, independentemente de seu tamanho. O México aparecia, uma vez mais, como “exemplo” daquilo que se buscava evitar. Conforme observou um colaborador d’OESP no contexto da invasão de Vera Cruz, “graças a ti, caro México: a tua desgraça é a nossa lição”.⁷⁴

Além dos interesses materiais, capitalistas, o pretendido “destino manifesto” dos estadunidenses também foi destacado como fonte de perigo, principalmente para o México, “pelo fato de sua contiguidade geográfica com a nação essencialmente organizada e onipotente do Novo Mundo”. Oliveira Lima, escrevendo para o jornal paulista, apresentava a situação da seguinte forma:

Nos Estados Unidos, a interesses privados empenhados na intervenção, junta-se um sentimento geral produzido a um tempo pela força da expansão de uma nacionalidade em plena vitalidade e pela compreensão de seus deveres morais para com a humanidade. Os dois imperativos congregam-se para ameaçar a integridade e independência do México. [...] ⁷⁵

Mas se o México tornava-se um alvo imediato de seu “ameaçador e poderoso vizinho”, como *La Razón* se referiu aos Estados Unidos, essa condição de vulnerabilidade apenas traduzia de forma mais acentuada a situação em que se encontravam todos os países latino-americanos perante a potência continental. Nesse contexto, o México representava a América Latina e a atuação do ABC também chegou a ser percebida como uma reação latino-americana contra a hegemonia *yankee*.⁷⁶

Mesmo os diários que defenderam com mais afinco a existência de uma hierarquia das nações do continente, e que tendiam a aproximar os atributos das “potências” sul-americanas aos daquela que era a incontestável potência continental, encararam a atuação do ABC como uma forma de “solidariedade das nações latinas” e uma possibilidade de “aproximação dos povos latino-americanos”. E essa atuação

74 *La Prensa*, Porfirio Díaz muerto ayer en Paris, 03/07/1915, p. 10; *Gazeta de Notícias*, O México, 05/08/1915, 1ª pág. e ALMEIDA, Sílvio de., *Divagações*, OESP, 27/04/1914, p. 4.

75 OLIVERIA LIMA, Manoel de. A trapalhada mexicana, *Coisas estrangeiras*, OESP, 09/06/1914, p. 5.

76 *La Razón*, El conflicto mexicano, 07/05/1914, p. 7, 5ª ed.; OESP, 09/06/1914, p. 5.

não deixava de ser, principalmente, uma oportunidade de demonstrar “a civilização das repúblicas latinas”, sobretudo diante da crise europeia.⁷⁷

No ano de 1915, a ocasião da data comemorativa da independência argentina foi o momento escolhido pela *Gazeta de Notícias* para exaltar a aproximação propiciada pela atuação do ABC e ressaltar suas expectativas quanto ao futuro do subcontinente. Num editorial intitulado “A independência argentina e o momento atual”, os editores do jornal carioca afirmavam o seguinte: “o momento histórico na Europa é trágico e sangrento; realça-se, assim, mais nítida, a perspectiva da América Meridional”. Portanto, mesmo na *Gazeta*, diário que defendia os Estados Unidos como modelo de desenvolvimento para o continente, os episódios concomitantes da guerra europeia e da atuação do ABC no âmbito continental permitiram vislumbrar a América do Sul – e não todo o continente – como fonte de uma nova “perspectiva” perante a decadência do Velho Mundo. Nesse contexto, os Estados Unidos, embora fizessem parte da América, apareciam identificados à matriz europeia, ao imperialismo e à violência.⁷⁸

Essas ideias apareceram de forma bastante incisiva num artigo do argentino Leopoldo Lugones, escrito de Paris e publicado nas páginas de *La Nación*, sob o título de “A viga no olho”. Ao escrever logo após o início da guerra europeia, o autor procurava desfazer as concepções idealizadas que os latino-americanos possuíam da Europa. Para tanto, destacava que a “barbárie albanesa” em nada diferia dos “índios sublevados do general Zapata”, e afirmava: “não se deve ver, pois, com tanta severidade a palha no olho mexicano”. Além disso, segundo o autor, “se os Estados Unidos exploraram a anarquia mexicana, convém não esquecer [...] que a tríplice aliança e a tríplice entente fazem exatamente o mesmo com a anarquia albanesa”. Em meio à percepção da decadência europeia, Lugones terminava o artigo com a seguinte reflexão:

Como a Europa pode estranhar que o México não tenha civilizado todos os seus índios? [...] Por outro lado, acaso nos importa que a Europa estranhe ou não? Nós somos exclusivamente donos de nosso próprio destino, reafirmando nisso a importância fundamental dessa mediação [do ABC] [...] O Novo Mundo pressupõe e já iniciou uma nova civilização, que substituirá a semi-barbárie cristã, encaminhada por sua própria lógica a fracassar na iniquidade e na violência. O máximo que fizermos para sermos nós mesmos dentro de nossa própria índole e de nossas próprias possibilidades, acelerará esse acontecimento, com benefício para a humanidade inteira. Sigamos e deixemos ver. Aqui [na Europa] também existem selvagens tão autênticos como nos nossos Putamaios e reizinhas tão ridículos como nossos mais penachudos ditadores.⁷⁹

Assim, o contexto da guerra europeia dava lugar à percepção de que ali existiam todos os problemas que antes eram considerados exclusivos da América

77 *Gazeta de Notícias*, ABC, 03/07/1915, 1ª pág. e 27/04/1914, p.2.

78 *Gazeta de Notícias*, A independência argentina e o momento atual, 25/05/1915, 1ª pág.

79 LUGONES, Leopoldo. La viga en el ojo. *La Nación*, 10/08/1914, p. 3.

Latina – ou do mundo “não civilizado”, que também incluía os continentes asiático e africano – e reflexo de sua “inferioridade”. Simultaneamente, a atuação do ABC e a solidariedade manifestada em relação ao México invadido, identificadas por Lugones com a concepção de uma “América, unida pela primeira vez”, permitiam vislumbrar a possibilidade de desenvolvimento autônomo dessa “América latina” unida, com um modelo próprio de civilização. Dessa forma, podemos perceber que a argumentação do intelectual argentino, muito impactada pelo início da Primeira Guerra, já indicava a tônica de um discurso que iria marcar profundamente as reflexões político-intelectuais no subcontinente nos anos seguintes baseado na busca pela autenticidade latino-americana, vista como a possibilidade de um desenvolvimento “dentro de nossa própria índole.”

Como é sabido, um forte discurso latino-americanista de valorização do “próprio”, no sentido latino-americano, se desenvolveu no subcontinente principalmente partir dos anos 20 – mas já desde o movimento da Reforma Universitária de Córdoba, em 1919 –, ganhando força durante o período entre guerras, em decorrência justamente da crise do modelo civilizacional representado pela Europa – colapsado com a Guerra Mundial – e da percepção negativa que vigorava sobre os Estados Unidos, percebido como um perigo imperialista. Dentro dessa nova perspectiva interpretativa do subcontinente, a Revolução Mexicana tendeu a ser valorizada por grupos que defendiam reformas políticas e sociais como sendo o principal modelo autóctone de transformação da ordem social.⁸⁰

Mas esse não era o caso das elites representadas pelos diários analisados. Ainda assim, a invasão do México revolucionário pelos Estados Unidos foi interpretada pelos grupos dirigentes da grande imprensa, preocupados com a situação marginal da América Latina na ordem capitalista mundial, como a primeira oportunidade de demonstrar a capacidade do subcontinente, identificada por muitos na atuação do ABC. Em todos os jornais analisados – mesmo n’OESP, que não apoiou a ação do bloco diplomático sul-americano –, a oposição à invasão do território mexicano atuou como um importante elemento de fortalecimento tanto da identidade latino-americana quanto do discurso anti-imperialista.

Dessa forma, ao contrário do “México revolucionário”, o “México invadido” originou uma identificação positiva por parte dos diários estudados, tanto argentinos quanto brasileiros. Mas, mesmo nesse caso, a identificação e a solidariedade em relação ao país revolucionário passaram pela percepção de que o que ocorria ali representava uma ameaça que pairava sobre os outros espaços continentais. Uma vez mais, o México servia de “lição” e passava, então, a encarnar os dois grandes

80 Sobre o discurso americanista do período entreguerras e a valorização da experiência mexicana nesse contexto, consultar: ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, Ana. *Op. cit.*, p. 635-662; e FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos* Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

perigos vislumbrados pelas elites latino-americanas do período: uma revolução social e a invasão de uma potência imperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Mexicana foi um evento histórico de grande repercussão internacional. Como demonstramos ao longo desse estudo, durante os primeiros anos do processo revolucionário no México, os acontecimentos daquele país foram amplamente comentados e discutidos pelos editores e colaboradores dos grandes jornais diários brasileiros e argentinos.

As abordagens realizadas por cada um dos diários e as interpretações que veicularam sobre os acontecimentos mexicanos foram diretamente influenciadas pelos posicionamentos assumidos pelos jornais nos principais debates políticos de seus respectivos países. Assim, o início do processo revolucionário no México – que foi encabeçado por Madero e enfatizava uma ruptura política, representada pela luta contra a ditadura porfirista – foi apoiado pelos diários que tinham uma postura crítica frente aos sistemas políticos oligárquicos que vigoravam em seus países: OESP, no contexto brasileiro, e *La Prensa* e *La Razón* no argentino. Os demais diários, em momento algum, manifestaram apoio aos eventos que se desenrolavam no país do norte.

Grande parte da repercussão que os eventos mexicanos ganharam nos jornais analisados deveu-se aos pontos de contato que os produtores dos diários estabeleceram entre a realidade do México e a de seus próprios países, o que lhes permitiu mobilizar os acontecimentos mexicanos como argumento para embasar seus posicionamentos nos âmbitos nacionais. Isso ocorreu tanto nos diários que manifestavam posições mais críticas quanto naqueles que expressavam tendências mais conservadoras.

OESP e *La Prensa*, explicitamente comprometidos com a crítica à ordem oligárquica, encontraram no México porfirista problemas políticos semelhantes aos que identificavam em seus países e, principalmente no maior diário argentino, a instabilidade e a violência que marcaram a Revolução Mexicana apareceram explicadas como “herança” da ditadura. *La Nación*, por sua vez, utilizou-se do quadro de instabilidade política no México para fundamentar seus argumentos contrários à reforma democratizante na Argentina. *La Nación* e OESP, embora sustentassem posicionamentos político-ideológicos muito distintos, desenvolviam ambos uma

forte crítica anti-imperialista e encontraram na estreita vinculação econômica do México aos Estados Unidos a explicação para a continuidade da instabilidade no país revolucionários. Os dois jornais tenderam a explicar os rumos tomados pela Revolução Mexicana como uma manipulação estadunidense baseada em interesses financeiros no país vizinho.

La Prensa, *La Nación* e OESP foram os diários que desenvolveram as análises mais fundamentadas a respeito dos acontecimentos mexicanos, cada um de acordo com seu próprio posicionamento e, portanto, com sua própria interpretação. Mas, nos três casos, as abordagens sobre o México privilegiaram os aspectos políticos.

La Razón e *Minas Gerais*, por sua vez, foram os jornais que mais fizeram referências à participação popular na Revolução Mexicana, embora de maneiras muito distintas. O argentino inicialmente apoiou o movimento revolucionário no México, mas desde o assassinato de Madero se opôs veementemente ao desenrolar da Revolução, principalmente no que dizia respeito à participação das massas populares no processo revolucionário.

Por um lado, *La Razón* foi o jornal no qual o aspecto social do processo revolucionário mexicano se fez presente de maneira mais evidente, o que se deveu ao fato de ter sido o único dos diários analisados que publicou comentários sobre a Revolução escritos por pessoas que estavam dentro do México: primeiro, os artigos do diplomata argentino Tito L. Foppa; depois, do jornalista italiano Luigi Barzini, enviado especial do diário *Corriere della Sera*. Mas a posição assumida pelo vespertino portenho esteve longe de valorizar o aspecto social da Revolução. O diário demonstrou uma visão claramente racista em relação ao México e, por esse viés, enfatizou e condenou a violência do processo revolucionário como sendo prova irrefutável da inferioridade racial da população indígena daquele país.

Embora *La Razón* tenha sido, de todos os jornais analisados, o único que desenvolveu uma análise marcada pelo determinismo racial para explicar os acontecimentos mexicanos, todos os outros, em algum momento, veicularam uma visão pejorativa da população mexicana. No caso dos diários argentinos, essa percepção esteve diretamente relacionada ao caráter racial, sendo que todos demonstraram visões preconceituosas em relação ao “México indígena”; no caso dos brasileiros, em geral, as imagens pejorativas dos mexicanos estiveram relacionadas ao meio rural, mais ligadas a uma caracterização negativa dos “camponeses” do que a elementos de tipo racial.

Entretanto, apenas o argentino *La Razón* e o diário oficial mineiro, *Minas Gerais*, tiveram como eixo central de seus discursos a desqualificação do processo revolucionário mexicano por meio da difusão de imagens bárbaras da população daquele país. Mas, enquanto o vespertino portenho o fez pela via racista, o diários mineiro utilizou-se amplamente das imagens depreciativas que circulavam a respeito

dos revolucionários mexicanos, muito particularmente dos zapatistas, através da imprensa internacional.

Todos os jornais analisados, em algum momento, publicaram pequenas notas sobre atos de vandalismo praticados pelos “rebeldes” mexicanos, que chegavam pelo telégrafo. Mas, especificamente no caso do *Minas Gerais*, essas notícias foram amplamente divulgadas, principalmente as que especificavam “barbaridades” atribuídas aos zapatistas, e seu formato foi utilizado para descrever supostos atos similares de violência por parte de camponeses brasileiros. Essa estratégia possibilitou ao jornal oficial do governo do estado desqualificar os movimentos rurais que assolavam o Brasil, e particularmente o estado de Minas Gerais, nos mesmos termos que a atuação dos zapatistas era desqualificada, em diversas notas telegráficas veiculadas pela rede internacional de notícias.

Também a *Gazeta de Notícias*, em alguns momentos, utilizou as notícias detratoras dos zapatistas para desqualificar os movimentos camponeses brasileiros. Mas o cerne do discurso do diário esteve na desqualificação da Revolução Mexicana como uma mera demonstração do caudilhismo latino-americano. O jornal se referiu ao processo revolucionário mexicano a partir de uma crítica ao “militarismo caudilhesco” que considerava imperar no país do norte, de Porfirio Díaz a Carranza, passando por Zapata e, inclusive, Madero. Mas o jornal carioca foi, de todos os analisados, o que menos espaço dedicou aos acontecimentos no México antes que se desdobrassem num conflito internacional. Certamente, caso analisasse um pouco mais detidamente os eventos mexicanos, encontraria inevitáveis semelhanças com o contexto brasileiro, em relação ao qual demonstrava grande preocupação com os movimentos sociais, tanto no campo quanto nos centros urbanos. Assim, os editores da *Gazeta de Notícias* preferiram não abordar mais profundamente o desenvolvimento do processo revolucionário no México, limitando-se à reprodução de pequenas notas telegráficas sobre o assunto, selecionando principalmente as que minimizavam o alcance da Revolução.

O discurso do jornal carioca sobre a Revolução Mexicana foi o que mais se ateve à publicação de notícias recebidas das agências internacionais, porém, em todos os diários, essas notas foram as principais fontes de informação a respeito dos eventos mexicanos, já que nenhum dos jornais possuía enviados especiais no México. Além disso, as notícias recebidas das agências internacionais eram basicamente as mesmas para todos os jornais, devido ao próprio funcionamento da rede mundial da informação.

Contudo, ainda que a imprensa internacional tenha influenciado as abordagens dos jornais analisados sobre a Revolução Mexicana, suas interpretações em momento algum foram condicionadas pelas notas recebidas. Ao contrário, mesmo no início do movimento mexicano, quando os diários estudados praticamente se

limitaram à publicação dessas notas, as referências que fizeram aos acontecimentos do México foram muito distintas. A simples seleção das notas recebidas realizada por cada um dos jornais atesta a diversidade de abordagens possíveis mesmo atendo-se à reprodução dessas notas.

Os jornais que manifestavam posturas políticas semelhantes tenderam a interpretar a Revolução e a se posicionar de forma similar em relação aos acontecimentos no México, mesmo pertencendo a contextos nacionais distintos. A exceção relaciona-se às imagens pejorativas veiculadas sobre a população mexicana. O preconceito das elites urbanas, no Brasil, em relação às populações rurais, e o das que se pretendiam “brancas” na Argentina, em relação aos indígenas, apareceram com essas diferentes conotações em cada país e os discursos dos diários demonstraram que esses preconceitos perpassavam as diferenças político-ideológicas e eram partilhados pelos grupos representados pelos vários jornais.

Um aspecto da Revolução Mexicana que chamou muito mais a atenção dos diários brasileiros e argentinos foi seu desdobramento num conflito internacional com os Estados Unidos. A política externa da potência do norte era um assunto que despertava extremo interesse no período, tendo em vista a postura intervencionista daquele país no continente e sua concomitante proposta pan-americanista de integração continental. Desde que o governo estadunidense começou a pressionar pela renúncia do ditador Huerta no México e, principalmente, a partir da invasão do porto mexicano de Vera Cruz por navios estadunidenses – e a decorrente mediação diplomática conjunta de Argentina, Brasil e Chile (o chamado ABC) no confronto entre os países do norte –, os conflitos externos do México revolucionário foram amplamente discutidos pelos diários.

Os jornais apresentavam diferentes posições em relação ao pan-americanismo. *La Nación* e OESP criticaram amplamente a proposta, compreendida por ambos como uma pretensão imperialista da potência do norte. No contexto argentino, *La Prensa* apoiava a aproximação de seu país à potência do norte, enquanto *La Razón* manifestava um certo desinteresse pela questão das relações continentais. Entre os brasileiros, o *Minas Gerais* tinha uma postura pró-estadunidense, já que apoiava a postura oficial da diplomacia brasileira, que estreitava cada vez mais seus laços com os Estados Unidos. A *Gazeta de Notícias* manifestou o posicionamento mais original entre os diários estudados, pois foi o único que enfatizou a aproximação de todos os países do continente e, muito particularmente, de Brasil e Argentina.

Apesar dos seus distintos posicionamentos, a atitude dos Estados Unidos para com o México exerceu um significativo impacto nos discursos dos jornais. Todos eles, inclusive os mais inclinados ao pan-americanismo, passaram a manifestar um grande temor em relação às atitudes estadunidenses após a agressão ao México revolucionário. Em OESP e *La Nación*, que já veiculavam uma forte crítica anti-

imperialista, a ação dos Estados Unidos no México foi vista como a prova do “perigo yankee” que ameaçava todo o continente.

Exceto OESP, que considerou a atuação do bloco diplomático sul-americano também como uma agressão à soberania nacional mexicana, todos os outros diários defenderam a atuação do ABC no conflito entre os países do norte como uma forma de contraposição à hegemonia continental dos Estados Unidos e como uma demonstração da capacidade dos latino-americanos de se firmarem internacionalmente frente às grandes potências capitalistas. Nesse contexto, a identidade latino-americana foi mobilizada por todos os jornais estudados para se solidarizarem em relação ao México, que passou, então, a representar todo o subcontinente.

Em meio a toda essa discussão, a eclosão da Primeira Guerra Mundial alterou dramaticamente o debate. A maior parte dos diários afastou-se da discussão sobre o México e sobre o continente americano para se dedicar ao conflito europeu. Somente a *Gazeta de Notícias* e *La Prensa* continuaram enfatizando as discussões americanas e, quando da nova mediação do ABC, em 1915, *La Nación* voltou a discutir a temática. Nos três jornais, a crise europeia intensificou ainda mais a esperança numa perspectiva de desenvolvimento autônomo do continente americano.

Embora em alguns casos a ideia de valorização da América tenha incluído a aproximação com a potência do norte – como defenderam principalmente *La Prensa* e a *Gazeta de Notícias* – o latino-americanismo apareceu como uma identidade partilhada por todos os jornais, inclusive pelos que defendiam o estreitamento de laços com os Estados Unidos, e a atuação do ABC no conflito entre a potência do norte e o México revolucionário foi tomado como um evento fundamental das relações de aproximação entre os países do subcontinente.

As análises e interpretações que os grandes diários brasileiros e argentinos veicularam sobre a Revolução Mexicana, tanto no que concerne à situação interna do país revolucionário quanto em relação ao conflito internacional com os Estados Unidos, não demonstraram um conhecimento muito aprofundado a respeito da realidade mexicana. Entretanto, todos procuraram se posicionar em relação aos eventos revolucionários naquele país e o fizeram a partir de perspectivas que revelam muito mais suas próprias posições político-ideológicas e preocupações em relação a seus contextos nacionais do que um interesse mais profundo de discutir o processo revolucionário mexicano em si, mesmo porque esse processo encaminhava-se na direção de uma transformação social mais profunda, o que não interessava a nenhum dos grupos produtores dos jornais analisados. Nesse sentido, apesar de indubitavelmente a Guerra europeia passar a atrair os olhares dos editores dos jornais, não parece ser uma simples coincidência que, por volta de meados de 1914, os acontecimentos internos mexicanos tenham sido praticamente abandonados

pelos jornais estudados, exatamente no momento em que os exércitos populares encontravam seu auge no México.

Os eventos da Revolução Mexicana apareceram nas páginas dos grandes jornais diários sul-americanos (re)construídos e interpretados com base nos interesses político-ideológicos aos quais se ligavam os produtores desses órgãos de imprensa. Mas suas “leituras” da Revolução do México não eram veiculadas como construções ou interpretações, mas sim como “a realidade”, conhecida e difundida por aqueles que tinham a “capacidade” de informar sobre o que se passava no mundo. Num período em que os jornais se popularizavam e conseguiam fazer as informações circularem com bastante agilidade, podemos imaginar que seus discursos sobre o México tendiam a encontrar certa legitimidade perante a sociedade e a cumprir um papel importante na formação de um imaginário sobre aquele país, muito embora, como demonstramos, suas análises, em geral, carecessem de embasamentos mais aprofundados em relação à realidade mexicana.

Dessa forma, pensamos que as reflexões aqui apresentadas – suscitadas pelo estudo de uma época que nos precede em vários sentidos –, podem fornecer elementos para pensar a atualidade da nossa “sociedade em rede” e um tanto quanto permeada por *Fake News*, dentro da qual nos encontramos cada vez mais cercados de informações, mas não necessariamente de conhecimento.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Jornais argentinos

- *La Nación*: acervo da Biblioteca del Consejo Deliberante de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, localizado na Hemeroteca José Hernández.
- *La Prensa*: acervo da Biblioteca del Congreso de la Nación, República Argentina, localizado na Hemeroteca do Sector de Investigaciones Históricas.
- *La Razón*: acervo da Biblioteca del Consejo Deliberante de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, localizado na Hemeroteca José Hernández.

Jornais brasileiros

- *Gazeta de Notícias*: acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, localizado na Divisão de Publicações Seriadadas.
- *Minas Gerais*: acervo da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.
- *O Estado de São Paulo*: acervo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, localizado no Setor de Periódicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sobre o México

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana*. São Paulo: Edusp, 2000.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *20 de novembro de 1910: a Revolução Mexicana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & LOPES, Maria Aparecida de Souza, A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. São Paulo: *História*, Revista do Departamento de História UNESP, vol. 20, 2000, p.163-198.

- BARTRA, Armando. (Prólogo, selección y notas). *Regeneración (1900-1918). La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*. México: Era, 1985.
- BRADING, David. *Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985.
- CABRAL, João Batista P. *O Partido Liberal Mexicano e a greve de Cananea*. Brasília: UnB, 1981.
- CARR, Barry. *El movimiento obrero y la política en México (1910-1929)*. México: Era, 1981.
- COCKCROFT, James. *Precursores intelectuales de la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1971.
- CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. México: Era, 1977.
- _____. *La Revolución y el Estado en México*. México: Era, 1989.
- CUMBERLAND, Charles. *Madero y la Revolución Mexicana*. México: Siglo XXI, 1984.
- FALCÓN, Romana. Carisma y tradición: consideraciones en torno a los liderazgos campesinos en la Revolución Mexicana. El caso de San Luís Potosí. In: KATZ, Friedrich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución*. México: Era, 1990. (Tomo 1). p. 89-112.
- GUERRA, François-Xavier. *México: del antiguo régimen a la Revolución*. México: FCE, 2003. (2 Vols.).
- KATZ, Friedrich. *La guerra secreta en México*. México: Era, 1991. (2 Tomos).
- _____. Las rebeliones rurales a partir de 1810. In: KATZ, Friedrich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX.* México: Era, 1990. (Tomo 2), p. 177-213.
- KNIGHT, Alan. Caudillos e campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: BRADING, David. (org.). *Caudillos e campesinos en la Revolución Mexicana*. México: FCE, 1985, p. 32-85.
- MARINO, Daniela. Dos miradas a los sectores populares: fotografiando el ritual y la política em México, 1870-1919. In: *Historia Mexicana*, v. XLVIII, n. 2, 1998, p. 209-76.
- MEYER, Eugenia. El encuentro, los encuentros. Introdução a *John Kenneth Turner: periodista de México*. México: Era: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 2005.
- PAULA, Melissa Carolina Marques Santos e. *Ricardo Flores Magón e a propaganda do Partido Liberal Mexicano (1900-1911)*. Franca: Departamento História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, 2005, 123p. (Dissertação de Mestrado)
- REED, John. *México Rebelde*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- RUIZ, Ramón Eduardo. *La Revolución Mexicana y el movimiento obrero (1911-1923)*. México: Era, 1978.
- TUTINO, John. *De la insurrección a la revolución em México. Las bases sociales de la violência agraria, 1750-1940*. México: Era, 1990.
- VÁZQUEZ, Josefina Zoraida & MEYER, Lorenzo. *México frente a Estados Unidos (un ensayo*

histórico, 1776-1988). México: FCE, 1992.

VILLA, Marco Antônio. *Francisco "Pancho" Villa: uma liderança da vertente camponesa na Revolução Mexicana*. São Paulo: Ícone, 1992.

WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friedrich. *Revolución, rebelión y revolución*. México: Era, 1990, Tomo 2, p. 9-23.

Sobre a Argentina

ABAD DE SANTILLÁN, Diego. *La FORA, ideología y trayectoria*. Buenos Aires: Proyección, 1976.

ALONSO, Paula. *Entre la revolución y las urnas. Los orígenes de la UCR y la política argentina en los años '90*. Buenos Aires: Sudamericana/ Universidad de San Andrés, 2000.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Movimiento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERTONI, Lilia Ana. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: FCE, 2001.

BONAUDO, Marta & BANDIERI, Susana. La cuestión social agraria en los espacios regionales. In: FALCÓN, Ricardo (org.). *Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Tomo VI. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 229-282.

BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.

BOTANA, Natalio & GALLO, Ezequiel. *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

CAMPI, Daniel. Economía y sociedad en las provincias del norte. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000. (Tomo 5), p. 71-118.

COGGIOLA, Osvaldo & BILSKY, Edgardo. *História do movimento operário argentino*. São Paulo: Xamã, 1999.

FALCÓN, Ricardo (org.). *Nueva historia argentina. Democracia, conflicto social y renovación de ideas (1916-1930)*. Tomo VI. Buenos Aires: Sudamericana, 2000,

FERRARI, Gustavo & GALLO, Ezequiel. (comp.). *La Argentina del ochenta al Centenario*. Buenos Aires: Sudamericana, 1981, p. 671-94.

HALPERIN DONGUI, Tulio. Intelectuales em la primera democracia argentina (1910-1943). In: *Las tormentas del mundo en el Río de la Plata: cómo pensaron su época los intelectuales del siglo XX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015, p. 19-66.

LIERNUR, Jorge Francisco. La construcción de país urbano. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Tomo 5. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 409-464.

LOBATO, Mirta Zaida. Trabajadores en la era del progreso. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Tomo 5. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 465-506.

QUIJADA, Mónica. De mitos nacionales, definiciones cívicas y clasificaciones grupales. Los indígenas en la construcción nacional argentina, siglos XIX a XXI. In: ANSALDI, Waldo (coord.). *Calidoscopio latinoamericano. Imágenes históricas para un debate vigente*. Buenos Aires: Ariel, 2006. p.425-450.

_____. ¿“Hijos de los barcos” O diversidad invisibilizada? La articulación de la Población Indígena en la construcción nacional argentina (siglo XIX). In: *Historia Mexicana*, v. LIII, n. 2, 2003, p. 469-510.

ROCCHI, Fernando. El péndulo de la riqueza: la economía argentina en el período 188-1916. In: LOBATO, Mirta Zaida (dir.). *Nueva historia argentina. El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Tomo 5. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 15-70.

ROMERO, Luis Alberto. *Sociedad democrática y política democrática en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SURIANO, Juan. *Trabajadores, anarquismo y el Estado represor: de la Ley de Residencia a la Ley de Defensa Social (1902-1910)*. Buenos Aires: CEAL, 1989.

YANKELEVICH, Pablo. YANKELEVICH, Pablo. *Miradas australes. Propaganda, cabildeo y proyección de la Revolución Mexicana en el Río de la Plata, 1910-1930*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Secretaría de Relaciones Exteriores, 1997.

Sobre o Brasil

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: ANPOCS, Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da terra na Primeira República. In: SILVA, Sérgio S. & SZMERCSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 143-156.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1998, 223p. (Tese de Doutorado).

_____. A América Latina e os Estados Unidos na visão de Euclides da Cunha” In: *Estudos de História*. Franca, SP: Departamento de História UNESP-Franca, nº 2, v. 7, 2000. p. 55-68.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra. 2003.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Nova Fronteira, 2002, p. 384-449.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.

MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense, 1889-1920. In: SILVA, Sérgio S. & SZMERCSÁNYI, Tomás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 215-234.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)*. Tomo3, vol. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 39-92.

OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Na Argentina (impressões 1918-19)*. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993*. São Paulo: Edusp, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Maria do Carmo C. O Processo Político Partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: DIFEL, 14ª ed., 1984, p. 162-226.

VINHOSA, Francisco Luiz T. A Diplomacia Brasileira e a Revolução Mexicana. In: *Revista do IHGB*, nº 327 (abril a junho), 1980. p. 19-81.

VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das oligarquias, uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: Com Arte, 2001.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS E SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO COM A FONTE IMPRENSA

ALBERT, Pierre. Comment étudier un journal? In: *Cahiers Français*, nº 178. Paris. La Documentation Française, Out-Dez, 1976.

ALONSO, Paula (comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2003.

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática e Editora UNB, 1988.
- BARBIER, Frédéric & LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires, Colihue, 2007.
- BARBOSA, Marialva. *História Social da Imprensa. Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: *Mélange Historiques*. Paris: SEVPEN, 1963, (Tomo 1), p. 16-40.
- _____. Comparasion. In: *Revue de Synthèse Historique*. Paris, Vol. LXIX, Boletim Anexo, 1930, p. 31-39.
- BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- _____. Imprensa, uma mercadoria política. In: *História e Perspectiva*. Uberlândia, MG: Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, Vol. 4 (jan/jun), 1991. p. 131-39.
- _____. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando T.; NAXARA, Márcia R. C. & CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: Editora Unimep. 2003.
- CASTRO, Maria Ceres et alii. *Folhas do tempo. Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal, 1997.
- GRUZINSKI, Serge Gruzinski. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autre “connected histories”. In: *Annales HSS*, n° 1, janvier-février, 2001.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Contraponto, 2006.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, UFMG, 1995.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 111-153.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo Companhia das Letras, 2000.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell

(orgs.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 29-35.

_____. A informação ou a parte na sombra. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 37-47.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

PERALTA, Dante. *El periodismo según "La Razón" a fines de la etapa Cortejarena (1917-1921)*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2005. p. 6. (Publicación electrónica) <www.ungs.edu.ar/publicaciones>

PRADO, Maria Lígia & CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Ômega, 1980.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. In: *Revista de História*. São Paulo: FFLCH-USP, n. 153, 2005, p. 11-33.

RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina. Literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: REMÓND, René. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 35-6.

REYES MATTA, Fernando. A evolução histórica das agências transnacionais de notícias no sentido da dominação. In: *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SAÍTTA, Sylvia. *Regueros de tinta. El diario "Crítica" en la década de 20*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

_____. El periodismo popular en los años veinte. In: FALCÓN, Ricardo. *Nueva historia argentina. (1916-1930)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000, p. 435-469.

SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba. Las ideas del diario "La Nación", 1909-1989*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Fábio Silva. *Operários e camponeses: a repercussão da Revolução Mexicana na imprensa operária brasileira (1910-1918)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes toward a reconfiguration of early modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997. p. 289-315.

ULANOVSKY, Carlos. *Parén las rotativas: diarios, revistas y periodistas (1920-1969)*. Buenos Aires: Emecé, 2005.

VAZ, Paulo B. De Liberty a Marioni: feição e feita jornalística. In: CASTRO, Maria Ceres *et alli*. *Folhas do tempo. Imprensa e cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG, AMI, PBH, 1997.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: REMÓND, René. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 4, 1981.

Sobre América Latina

ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Vol. 3. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 635-662.

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.) *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-71.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e na Hispanoamérica. *História*. São Paulo: UNESP, v. 22, 2003, p. 35-58.

FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto. Introdução a José Martí. In: MARTÍ, José. *Nuestra América*. (Antologia) São Paulo: Hucitec, 1991.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

NAPP, Guillermo. *Para la historia del periodismo. El primer congreso panamericano de periodistas*. Buenos Aires: El cronista comercial, 1987.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas: UNICAMP, 1991.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.

SCHILLING, Voltaire. *EUA X América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

TERÁN, Oscar. El primer antimperialismo latinoamericano. In: *Punto de Vista. Revista de Cultura*, Buenos Aires, Ano IV, nº 12 (jul/oct), 1981.

ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Vol. 3. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 489-534.

SOBRE A AUTORA

NATALLY VIEIRA DIAS é professora de História da América na Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando também no Programa de Pós-Graduação em História dessa universidade. Seus trabalhos de pesquisa priorizam a primeira metade do século XX na América Latina, principalmente com os temas da projeção continental da Revolução Mexicana e do indigenismo. Atualmente dirige um projeto de pesquisa institucional sobre a revista *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano* dentro do qual são desenvolvidas diversas pesquisas de iniciação científica e pós-graduação.

 **Atena**
Editora

2 0 2 0